

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS,
MEMÓRIA E PATRIMÔNIO**

MESTRADO PROFISSIONAL

TAYNÁ MICHELE ROCHA DA COSTA

**PATRIMÔNIO PARA QUEM? POPULAÇÃO NEGRA EM SITUAÇÃO DE RUA E
AS DINÂMICAS DA DESIGUALDADE NOS ESPAÇOS PATRIMONIALIZADOS EM
GOIÁS - GO**

GOIÁS – GO

2025

TAYNÁ MICHELE ROCHA DA COSTA

**PATRIMÔNIO PARA QUEM? POPULAÇÃO NEGRA EM SITUAÇÃO DE RUA E
AS DINÂMICAS DA DESIGUALDADE NOS ESPAÇOS PATRIMONIALIZADOS EM
GOIÁS – GO**

Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Oliveira Rotondano

GOIÁS – GO

2025

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem resarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a)autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: Tayná Michele Rocha da Costa
Email: tynamichele0@gmail.com

Dados do trabalho

Título: Patrimônio para quem? População Negra em Situação de Rua e as Dinâmicas da Desigualdade nos Espaços Patrimonializados em Goyaz – GO

Tipos:

[]Tese [X]Dissertação

Curso/Programa: Programa de pós graduação em estudos culturais memória e patrimônio

Concorda com a liberação documento

[X]SIM []NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Cidade de Goiás, 15 de novembro de 2025.

Documento assinado digitalmente

 TAYNA MICHELE ROCHA DA COSTA
Data: 15/11/2025 14:18:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

 RICARDO OLIVEIRA ROTONDANO
Data: 07/01/2026 19:48:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura autor(a)

Assinatura do orientador(a)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorví – UEG Câmpus Cora Coralina

C837p	Costa, Tayná Michele Rocha da. Patrimônio para quem? População negra em situação de rua e as dinâmicas da desigualdade nos espaços patrimonializados em Goyaz - GO [manuscrito] / Tayná Michele Rocha da Costa. – Goiás, GO, 2025. 143 f. ; il.
	Orientador: Prof. Dr. Ricardo Oliveira Rotondano. Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2025.
	1. Patrimônio histórico cultural - Goiás, GO. 1.1. Racismo estrutural. 1.1.1. População em situação de rua. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 323.14:719(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999)

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu

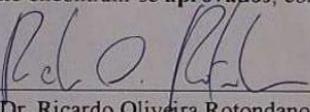
UEG CÂMPUS CORA CORALINA

Av. Dr. Deusdeth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000

Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

ATA DE EXAME DE DEFESA 10/2025

Ao décimo quinto dia do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, às catorze horas, realizou-se a sessão pública de Defesa do Relatório Técnico intitulado **"Patrimônio para quem? População negra em situação de rua e as dinâmicas da desigualdade nos espaços patrimonializados em Goyaz - Goyaz"** e do produto **"Patrimônio para quem?"** da mestrandona Tayná Michele Rocha da Costa. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Ricardo Oliveira Rotondano – Presidente (PROMEP/UEG), Marcos Antonio Cunha Torres (Ilê Axé Fará Imorá Odé), Jeffer Chaparro Mendivelso (Universidad Nacional da Colômbia) e Janete Rego Silva (PROMEP/UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pela mestrandona e seu orientador. Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o presidente da banca examinadora, Dr. Ricardo Oliveira Rotondano, proclamou que o Relatório Técnico e o produto encontram-se **aprovados**, com distinção acadêmica e recomendação de publicação.


Prof. Dr. Ricardo Oliveira Rotondano (PROMEP/UEG)

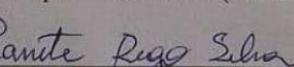
Documento assinado digitalmente



MARCOS ANTONIO CUNHA TORRES
Data: 30/10/2025 15:21:17-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

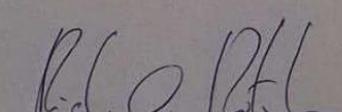
Prof. Dr. M.  Fará Imorá Odé)


Prof. Dr. Jeffer Chaparro Mendivelso (Universidad Nacional da Colômbia)


Prof. Dra. Janete Rego Silva (PROMEP/UEG)

Cumpridas as formalidades de pauta, às 16 horas a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora em duas vias de igual teor.

Goiás-GO, 15/10/2025.


Prof. Dr. Ricardo Oliveira Rotondano (Coordenador)

Epígrafe

A fome

Por Tayná Rocha

(Em homenagem àqueles que tiveram a vida ceifada nas ruas pelo frio, pela fome, pelo abandono, pela injustiça e pela desigualdade social.)

Hoje, vi a fome nos olhos de alguém,
não nos livros,
não nas telas,
mas na carne,
no osso,
na pele seca
de quem já não espera mais nada.

Vi crianças sem colo,
sem sonho,
presas em lares
sem teto,
sem afeto,
onde a noite não traz descanso,
apenas o frio e o medo.

Abracei mãos trêmulas,
senti o calor de quem nada tem,
e, ainda assim, oferece tudo
num gesto simples de gratidão.

Mas o prato que entreguei
era só um suspiro breve,
não mudava o amanhã,
não calava a fome eterna.

E enquanto o mundo posa para fotos,
 fingindo compaixão por likes,
a justiça dorme esquecida,
enterrada sob a indiferença.

O peso do mundo recai sobre os ombros
de quem ainda
sente,
de quem ainda
chora,
de quem ainda
acredita.

Agradecimentos

Chegar até aqui foi um caminho construído com muitas mãos, afetos e resistências. Este trabalho é resultado de encontros, trocas e apoios que foram fundamentais ao longo da jornada.

Em primeiro lugar, agradeço à minha companheira de vida e de luta, Karisa Venção, que, desde a graduação, sempre me incentivou a seguir os estudos com liberdade e coragem, respeitando os caminhos que escolhi trilhar. Estendo também minha gratidão à minha família, em especial aos meus sobrinhos e afilhados Heloísa, Benício e Carlos Eduardo, que são a razão da minha persistência e da minha esperança.

Agradeço de forma especial à minha avó, dona Salviana, que, mesmo sem compreender exatamente o que eu estava fazendo, sempre me apoiou com amor e cuidado, ainda que me cobrando para voltar para casa e morar com ela. Obrigada, vó, por me acompanhar e acreditar em mim à sua maneira.

Expresso ainda minha gratidão à minha mãe, Marizete, que, apesar dos pesares — e ela sabe do que estou falando — esteve ao meu lado e me deu a base para que eu pudesse chegar até aqui. Foi ao trabalhar com ela no centro de Goiânia, em um estacionamento, que tive um dos meus primeiros contatos mais diretos com pessoas em situação de rua, experiência que marcou profundamente meu percurso acadêmico e humano. Também agradeço por suas constantes cobranças em relação aos estudos, sempre lembrando que este é o único bem que ninguém pode nos tirar.

Gostaria também de agradecer a todas as pessoas que fizeram parte da minha trajetória, que acreditaram em mim e se orgulharam das minhas conquistas. É impossível mencionar todos, pois tenho uma família grande e cheia de amor, mas destaco alguns nomes que tiveram presença importante neste percurso: Taynara, Virgínia, Leidiane, Elen, Mariza, Ruth, Yuri, Lorena, Nicolly, Izadora, Suze, Ivonete, Talita, Ildeane, Marineide, Marilúcia, Leiliane e Luciana.

Sei que dois familiares muito queridos estariam especialmente felizes por este momento: meu irmão Douglas e meu avô João. Embora tenham partido desta vida, permanecem vivos em meu coração e em minhas lembranças. Agradeço a todos os professores que, ao compartilharem seus saberes, contribuíram para o meu

crescimento acadêmico. Em especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo Oliveira Rotondano, por ter acolhido a mim e à minha pesquisa com paciência, respeito e sabedoria. Agradeço também ao Prof. Dr. Marcos Cunha Torres, pelo apoio e acolhimento a pesquisa ao lado do meu orientador. Aos docentes da UEG - Câmpus Cora Coralina, do curso de História, e aos professores do PROMEP, registro meu reconhecimento com exceção de algumas experiências que opto por não nomear, por não caber aqui.

Sou profundamente grata aos meus amigos da cidade de Goyaz, que se tornaram família e tem um lugar especial em meu coração: Lays e Edivaldo, que me acompanharam desde a chegada em Goyaz, e da graduação ao mestrado. Aos amigos que me acolheram nos momentos de desespero, que ouviram minhas angústias com paciência e que nunca faltaram quando uma cervejinha era necessária para acalmar os pensamentos, especialmente a Aline e os demais. As colegas do PROMEP, Lorrrany, Morgana, Micky e Vanessa, que foram presenças essenciais neste percurso.

Em especial, deixo um agradecimento às pessoas que participaram da pesquisa. Aquelas que, mesmo com pouco, me receberam com generosidade, dividiram suas histórias, me abraçaram e confiaram em mim para contar um pedaço de suas vidas e a sua relação com essa cidade. Minha profunda gratidão também ao grupo Ação do Bem em especial ao Milton, Gisele e Yasmin, pelo acolhimento a mim e à proposta da pesquisa.

Este trabalho é, antes de tudo, coletivo. Obrigada a todos que caminharam comigo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Mapa da cidade de Goyaz com delimitação de bairros/setores e áreas de interesse da pesquisa.....	65
Figura 2 – Ponte sobre o Rio Vermelho, próximo ao Mercado Municipal, cidade de Goyaz: Local de concentração de pessoas em situação de rua no perímetro tombado como patrimônio cultural.	65
Figura 3 – Praça João Francisco, cidade de Goyaz: Espaço central de permanência de pessoas em situação de rua fora da zona de proteção patrimonial.....	66
Figura 4 – Antiga Igreja nossa Senhora do Rosario dos Homens Pretos, cidade de Goyaz.....	94
Figura 5 – Atual Igreja Irmandade do Rosário, cidade de Goyaz: Importante símbolo da presença negra na formação histórica e religiosa da cidade.....	95
Figura 6 – Antiga Praça do Coreto, cidade de Goyaz, início do século XX. Espaço de sociabilidade das elites locais, no centro urbano da cidade.....	97
Figura 7 – Foto atual da Praça do Coreto, cidade de Goyaz.....	99
Figura 8 – Nuvem de palavras elaborada a partir das entrevistas com pessoas em situação de rua na cidade de Goyaz.	103

TABELAS

Tabela 1 – Caracterização dos entrevistados em situação de rua na cidade de Goyaz (GO)	71
Tabela 2 – Falas sobre Patrimônio	74
Tabela 3 – Falas sobre Memória	80
Tabela 4 – Falas sobre Exclusão Urbana	83
Tabela 5 – Falas sobre Exclusão Racial	87
Tabela 6 – Falas sobre Sobrevidências e Cotidiano nas Ruas.	92
Tabela 7 – Falas sobre Pertencimento à Cidade.	105
Tabela 8 – Dados Quantitativos Gerais sobre Pessoas em Situação de Rua	112
Tabela 9 – Perfil Sociodemográfico das Pessoas em Situação de Rua.....	113

LISTA DE SIGLAS

CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais.

CNS - Conselho Nacional de Saúde.

CNDH- Conselho Nacional de Direitos Humanos.

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social.

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

CPF – Certidão de Pessoas Física.

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPEA -Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IPHAN -Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

MDH -Ministério de Direitos Humanos.

MEC -Ministério da Educação.

MS -Ministério da Saúde.

OMS- Organização Mundial de Saúde.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PcDs - Pessoas com Deficiência.

PIB - Produto Interno Bruto.

PBF -Programa Bolsa Família.

PNDH- Programa Nacional dos Direitos Humanos.

PNUD -Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

RG – Registro Geral.

SM – Salário-Mínimo.

SUS - Sistema Único de Saúde.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura.

RESUMO

Este estudo investiga a formação dos primeiros povoados e cidades no Brasil, com ênfase na ocupação (invasão) territorial promovida pelos portugueses e na influência eurocentrada que moldou a arquitetura e a organização espacial das cidades históricas, como é o caso da antiga capital do estado de Goiás, a cidade de Goyaz. A pesquisa analisa o processo de patrimonialização desse território, especialmente a partir dos critérios utilizados pela UNESCO para o reconhecimento de seu acervo arquitetônico, e como tais critérios dialogam ou não com as características históricas e sociais da formação urbana local. Paralelamente, o estudo problematiza a permanência do racismo estrutural como força determinante nas experiências e nas condições de vida da população negra em situação de rua nos espaços patrimonializados da cidade. Evidenciamos como as desigualdades históricas, sociais e institucionais continuam a marginalizar essa população, tornando-a praticamente invisível nas políticas públicas, nos discursos patrimoniais e nos projetos urbanos contemporâneos. Por meio do trabalho de campo, das entrevistas e das referências bibliográficas utilizadas, a pesquisa propõe uma reflexão crítica sobre o modelo excludente de gestão do patrimônio. A partir dessa análise, destacamos aqui a urgente necessidade de políticas públicas inclusivas que reconheçam e atuem de maneira humanizada em favor das pessoas em situação de rua, especialmente aquelas racializadas, promovendo sua inserção simbólica e concreta nos espaços patrimoniais da cidade. Como resultado desta investigação, realizamos a criação de um fanzine político afetivo, que funciona historicamente como modelo de arte e protesto. Por meio dele, são representadas graficamente e poeticamente as presenças das pessoas em situação de rua nos espaços patrimoniais da cidade de Goyaz. O fanzine subverte os discursos oficiais ao reinscrever essas vidas nos marcos simbólicos da cidade, provocando reflexão e incômodo, afirmado que o patrimônio também lhes pertence. Trata-se, assim, de um instrumento de resistência, denúncia e reimaginação do espaço urbano patrimonializado.

Palavras-chave: Patrimônio; Goyaz; Racismo estrutural; População em situação de rua.

ABSTRACT

This study investigates the formation of the first settlements and towns in Brazil, with emphasis on the territorial occupation (invasion) promoted by the Portuguese and on the Eurocentric influence that shaped the architecture and spatial organization of historic cities, such as the former capital of the state of Goiás, the city of Goyaz. The research analyzes the process of patrimonialization of this territory, particularly through the criteria employed by UNESCO for the recognition of its architectural heritage, and how such criteria do or do not engage with the historical and social characteristics of local urban formation. At the same time, the study problematizes the persistence of structural racism as a determining force in the experiences and living conditions of the unhoused Black population within the patrimonialized spaces of the city. It highlights how historical, social, and institutional inequalities continue to marginalize this population, rendering it practically invisible in public policies, heritage discourses, and contemporary urban projects. Through fieldwork, interviews, and bibliographical references, the research proposes a critical reflection on the exclusionary model of heritage management. From this analysis, we emphasize the urgent need for inclusive public policies that acknowledge and act in a humanized manner in favor of unhoused people, particularly those racialized, promoting both their symbolic and concrete inclusion within the patrimonial spaces of the city. As a result of this investigation, we created an affective political fanzine, historically conceived as a form of art and protest. Through it, the presences of unhoused people within Goyaz's patrimonial spaces are graphically and poetically represented. The fanzine subverts official discourses by reinscribing these lives into the symbolic frameworks of the city, provoking reflection and discomfort, and asserting that heritage also belongs to them. Thus, it becomes an instrument of resistance, denunciation, and reimagination of the patrimonialized urban space.

Keywords: Heritage; Goyaz; Structural racism; Unhoused population

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 INVASÃO E RESISTÊNCIA NO BRASIL E EM GOYAZ: A HISTÓRIA QUE O TEMPO QUIS APAGAR	21
1.1 A História “esquecida”: O tráfico de pessoas escravizadas no Brasil..	24
1.2 A Marcha para o oeste, como um projeto de povoamento do interior do Brasil.....	28
1.3 As primeiras construções.....	30
1.3.1 Construções projetadas PARA proporcionar conforto e dignidades (igrejas, ferrovias, portos, casarões e ruas)	32
1.3.2 Construções projetadas SEM proporcionar conforto e dignidades (senzalas, quartéis de escravos, cortiços, cubículos e barracos)	34
1.4 Modelos arquitetônicos de padrões europeus: Os tentáculos do eurocentrismo para a inicialização do processo de patrimonialização.....	37
1.5 A patrimonialização no Brasil: Do SPHAN para o IPHA.....	39
1.6 A Constituição de 1988 e as novas inclusões do patrimônio.....	42
1.7 Bandos e bandeiras: A invasão esquecida do século XVIII e suas imbricações, breve contexto histórico (bandeirantes).....	45
1.7.1 O Rio que virou trincheira: Águas Vermelhas em Goyaz (chegada das pessoas escravizadas em Goyaz)	51
1.7.2 Patrimônio da humanidade ou negócio local? Entre o turismo e a gentrificação.....	54
1.7.3 O impacto controverso da UNESCO em Goyaz: Beleza superficial e conflitos invisíveis	58
1.7.4 Patrimônio, Racismo e Exclusão: O quilombo urbano e as pessoas negras em situação de rua em Goyaz	61
2 DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO ÂMBITO DO PATRIMÔNIO	64
2.1 Caracterização da população em situação de rua.....	71
2.2 Os impactos da discriminação étnico-racial nas vivências da população em situação de rua.....	81
2.3 Racismo como estrutura que alicerça a exclusão de pessoas em situação de rua dos espaços patrimonializados de Goyaz.....	86
2.4 Condições de saúde e acesso.....	100
2.5 Desconstrução de narrativas discriminatórias.....	104

2.6	Leis de garantia de direitos as populações em situação de rua.....	108
2.7	Dados quantitativos gerais sobre pessoas em situação de rua.....	111
3	PRODUTO.....	114
3.1	Formato definido.....	114
3.2	Público-alvo.....	115
3.3	Impacto esperado sobre a comunidade e na preservação do bem cultural.....	116
4	APLICAÇÃO DO PRODUTO	118
4.1	Manual de uso do produto.....	118
4.2	Devolutiva para a comunidade.....	119
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
	REFERÊNCIAS	124
	APÊNDICES.....	130
	Perguntas Norteadoras da Pesquisa	130
	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE	132
	Declaração do(a) Pesquisador(a) Responsável	136
	Declaração do(a) Participante	137
	ANEXOS.....	138
	Documento de Aprovação do Comitê de Ética	138

INTRODUÇÃO

É inquestionável que a invasão portuguesa, no que hoje se constitui como o Brasil, foi uma dolorosa fase, a abranger diversos períodos da história do país, além de ter sofrido diferentes influências e intervenções culturais que desenharam o seu arcabouço paisagístico cultural. Este estudo se concentra especificamente no legado de “beleza estética” da arquitetura de cidades e vilas deixado pela colonização portuguesa, em especial na antiga capital do estado de Goiás, Goyaz (Goiás), como forma de preservar a memória histórica da cidade. É dentro dessa perspectiva que utilizaremos aqui a antiga grafia do nome da cidade.

Antes de iniciarmos a discussão, é necessário mencionarmos a importância cultural dos povos originários que habitavam o território antes da invasão portuguesa. Esses povos são os legítimos donos do território e suas contribuições para a riqueza cultural do Brasil resistem até os dias atuais. Dito isso, partiremos para a argumentação.

No início da “colonização portuguesa”, os colonos visavam a exploração do pau-brasil e outros recursos naturais, como o ouro e outras pedras preciosas. Com o tempo, esse período de exploração se prolongou mais do que previa inicialmente a coroa portuguesa, demandando a construção de vilas e cidades e a instalação de feitorias de infraestrutura ao longo da costa. O ciclo do ouro, nos séculos seguintes, impulsionou a necessidade de uma ocupação intensiva no interior do país, especialmente em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, o que resultou na construção de novos assentamentos urbanos.

A vinda forçada de pessoas africanas impulsionou não só o desenvolvimento da mineração e da agricultura, mas também teve um impacto significativo na construção das cidades históricas brasileiras. Essas construções com suas riquezas culturais e a desumanização dessas pessoas estavam intrínsecas na ordem social vigente. Essa ordem, exclusivamente de caráter europeu, moldou a arquitetura das cidades e vilas. Alguns dos principais estilos arquitetônicos da época incluem o Jesuítico, o Maneirismo, o Barroco, o Rococó, a *Art Nouveau* e o *Art Déco*, o Modernismo, entre outros.

A arquitetura colonial no Brasil é rica em detalhes e reflete a influência das tendências europeias, especialmente as portuguesas, adaptadas ao contexto local e às condições climáticas. Essas construções coloniais ainda são preservadas em diversas cidades históricas brasileiras, proporcionando um importante testemunho visual da história arquitetônica do país. A importância desse patrimônio levou o Brasil a instituir leis para o tombamento, patrimonialização e preservação dessas construções, seguindo uma tendência europeia de preservação de seu legado histórico arquitetônico. Um exemplo disso é o tombamento e patrimonialização de Goyaz, como forma de preservar a memória histórica da cidade.

Nesse ambiente urbano colonial, é pouco questionável como a discriminação racial afeta diretamente as experiências e o contexto socioeconômico de pessoas racializadas e, por conseguinte, de pessoas em situação de rua. Basta analisarmos o debate público, as pesquisas científicas, bem como as leis fundamentais existentes, para percebermos que aqueles que se encontram nessa parcela marginalizada da sociedade, geralmente só aparecem em papéis de destaque quando se trata da criminalização de suas existências. Isso não se trata de um problema recente, mas de um processo histórico de exclusão e desumanização, que se perpetua desde o processo de invasão territorial portuguesa, o início do tráfico de africanos para serem escravizados, até a conformação do Brasil contemporâneo, caracterizado simultaneamente pela beleza, em sua riqueza cultural e por suas fragilidades estruturais.

A população em situação de rua enfrenta desafios significativos como a falta de moradia, acesso limitado a serviços básicos e a estigmatização social. A adição da lente do racismo estrutural a esse cenário complexifica ainda mais essas questões, ao mostrar a importância de entender como as políticas e práticas sociais historicamente discriminatórias impactam essa população. Autores como Robert D. Bullard, Escorel, Costa e outros denunciam como a situação de rua é frequentemente resultado de sistemas complexos de desigualdades. Dessa forma, desigualdades econômicas, a falta de acesso a serviços de saúde física e mental, a violência doméstica e a ausência de políticas públicas práticas são fatores cruciais para a manutenção dessa realidade desafiadora.

Além disso, a falta de moradia muitas vezes é apenas um sintoma de questões mais profundas, como o desemprego estrutural, a falta de suporte familiar e a

discriminação sistêmica, que evidenciam como comunidades marginalizadas enfrentam maiores probabilidades de se encontrarem nessa situação de desigualdade socioeconômica.

Essas desigualdades nas comunidades racializadas, que acarretam a falta de moradia, evidenciam a urgência de ações com um olhar para as particularidades de cada indivíduo e que complementem as abordagens existentes de cunho estritamente holísticas, mas que sejam sensíveis às disparidades étnico-raciais ao lidar com políticas públicas de habitação e de apoio à população em situação de rua em diferentes contextos e lugares. Compreender essa complexidade requer uma análise multidimensional que considere não apenas as questões econômicas e sociais, mas também a influência de estruturas sistêmicas de discriminação devido a estruturas hegemônicas de poder.

Diante disso, é importante pensarmos o patrimônio, mas a partir dos seguintes questionamentos: Para quem é esse patrimônio? Quem o habita? Quem detém direitos sobre ele? Essas perguntas orientam a proposta de investigação deste trabalho que busca refletir sobre a existência das pessoas em situação de rua ocupantes de determinados espaços patrimonializados da cidade de Goyaz. Com base nessa perspectiva, compreendemos que o patrimônio não é apenas um bem a ser preservado em sua materialidade, mas também um campo de disputas simbólicas e sociais, onde determinadas presenças são reconhecidas e outras sistematicamente invisibilizadas.

Ao centrar a atenção nas vidas e trajetórias da população em situação de rua, a presente pesquisa propõe tensionar os sentidos hegemônicos de pertencimento e valorização patrimonial, e denuncia os mecanismos de exclusão que impedem essa parcela da população de ser reconhecida como parte legítima da história e da paisagem urbana da cidade. Dessa forma, este trabalho, ancorado em uma abordagem crítica que prioriza a escuta dos sujeitos em situação de rua em Goyaz, tem como objetivo central compreender, a partir dessas narrativas, como a exclusão racial, urbana e patrimonial se materializa no cotidiano dessas pessoas, especialmente em um centro histórico reconhecido como símbolo de memória e cultura nacional.

A metodologia adotada combinou pesquisa bibliográfica, investigação

documental no acervo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi (Arquivo Frei Simão), e trabalho de campo. No âmbito teórico, foram consultadas obras científicas, documentos legais e publicações de instituições públicas relacionadas ao patrimônio e à ocupação territorial no Brasil. Destacaram-se os estudos sobre a construção de povoados e cidades segundo modelos arquitetônicos europeus; as legislações nacionais e internacionais que regulamentam o tombamento e a preservação desses espaços; e os marcos legais e institucionais aplicados especificamente à cidade de Goyaz.

Complementarmente, a pesquisa de campo incluiu entrevistas com pessoas em situação de rua, buscando captar suas experiências, memórias, afetividades e relações com os espaços patrimonializados da cidade. Essa etapa foi essencial para evidenciar como os processos de patrimonialização podem reforçar exclusões históricas, ao mesmo tempo em que silenciam vozes marginalizadas e invisibilizadas nas políticas de preservação. Essa metodologia integrada foi fundamental para uma análise crítica e estruturada da ocupação urbana de Goyaz, das dinâmicas sociais que conformam sua paisagem patrimonial e do modo como se dá a exclusão de populações que sofrem com a desigualdade social frente à construção simbólica e institucional do patrimônio histórico.

No intuito de superar abordagens eurocêntricas e aprofundar a problematização do racismo estrutural no Brasil, este trabalho fundamenta-se em uma análise criteriosa de estudos científicos sobre a temática. Nesse contexto, as reflexões de Robert D. Bullard, Nilma Lino Gomes, Silvio de Almeida e Renato da Silveira constituem referências centrais para a compreensão das desigualdades sociais e étnico-raciais no país. Complementarmente, as contribuições de Márcia Chuva tornam-se fundamentais para o entendimento das concepções de patrimônio cultural no Brasil.

Com base nesse referencial teórico, foi possível desenvolver uma análise sobre o racismo estrutural, que alicerça a segregação racial na cidade de Goyaz; e a tentativa de exclusão de pessoas declaradas negras que vivem em situação de rua nos espaços patrimonializados da cidade. Para essa análise local, foram realizados trabalhos de campo nos locais onde se aglomera a população em situação de rua, sendo eles a praça do setor João Francisco e a ponte sobre o Rio Vermelho, próximo ao Mercado Municipal. Nessas ocasiões, buscamos entrevistá-los, caracterizá-los e

compreender suas reais necessidades a partir de suas vozes.

A escolha pela abordagem da população em situação de rua na cidade de Goyaz, parte de um processo pessoal¹ de observação e amadurecimento crítico desenvolvido ao longo do tempo. Desde os primeiros contatos com essa realidade urbana em espaços centrais de cidades como Goiânia, onde residi anteriormente, já me inquietava a presença constante, porém invisibilizada, de pessoas em situação de rua. Com minha mudança para a cidade de Goyaz, em 2019, e o início da formação acadêmica em História, essa percepção se intensificou diante das contradições existentes entre a imagem de uma cidade tombada como patrimônio cultural da humanidade e a realidade social de exclusão vivenciada por parte de seus habitantes.

A vivência cotidiana na cidade e o contato direto com suas dinâmicas territoriais me permitiram identificar narrativas historicamente silenciadas, especialmente aquelas relacionadas à permanência de desigualdades sociais estruturadas pelo racismo e pela herança escravocrata. Ao me debruçar sobre a história local, tornou-se evidente que, apesar da beleza arquitetônica e do reconhecimento institucional do patrimônio, o passado escravista da cidade ainda se manifesta nas formas contemporâneas de exclusão social. Tal constatação reforçou a urgência de direcionar o olhar da pesquisa para os sujeitos que vivenciam tais desigualdades cotidianamente, com o intuito de compreender suas experiências, memórias e vínculos afetivos com os espaços patrimonializados que frequentemente lhes são negados ou ignorados pelas políticas públicas e pelos discursos oficiais.

Portanto, neste trabalho, investigamos criticamente o processo de patrimonialização da cidade de Goyaz à luz das desigualdades raciais e sociais que marcam a experiência de pessoas em situação de rua, por meio de uma análise que une território, memória, exclusão e resistência, em busca de contribuirmos para a construção de práticas patrimoniais mais inclusivas, que reconheçam e valorizem a pluralidade de vivências que compõem a história da cidade. Além do mais, como

¹ Este trabalho é tecido por muitas vozes, as que ecoam das ruas; as que ressoam dos livros e teorias; e a minha que organiza, tensiona e problematiza. Por isso, a escolha de escrevê-lo na primeira pessoa do plural. No entanto, neste trecho que se segue, o discurso se recolhe do “nós” ao “eu”: a fim de marcar a minha voz, de mulher e pesquisadora, nascida e criada às margens de Goiânia, e mesmo atravessada pela pobreza, encontrei nos estudos caminhos, e hoje tenho vislumbrado e alcançado novos horizontes. É nesse encontro entre escuta, memória, afetos e questionamentos que a escrita se faz.

desdobramento desta pesquisa, desenvolvemos um fanzine de caráter político-afetivo, inspirado historicamente nas expressões artísticas de resistência e protesto, a fim de representarmos, de forma gráfica e poética, as presenças das pessoas em situação de rua nos espaços patrimoniais da cidade de Goyaz. O fanzine tensiona os discursos institucionais ao reinscrever essas existências nos marcos simbólicos da cidade, provocando reflexões e desconfortos, ao mesmo tempo em que reafirma o direito dessas populações ao patrimônio. Nesse sentido, constitui-se como um instrumento de resistência, denúncia e reinvenção crítica do espaço urbano patrimonializado.

1 INVASÃO E RESISTÊNCIA NO BRASIL E EM GOYAZ: A HISTÓRIA QUE O TEMPO QUIS APAGAR

Este capítulo contextualiza historicamente a formação da cidade de Goyaz, destacando a atuação das bandeiras, a invasão dos territórios indígenas e a chegada de pessoas africanas escravizadas no século XVIII. Discute-se o processo de construção da cidade a partir de modelos urbanos e arquitetônicos europeus, vinculados à exploração do ouro e ao trabalho escravizado. O capítulo evidencia como a estética colonial foi eleita como símbolo de valor histórico e cultural, enquanto outras experiências, especialmente negras e indígenas, foram silenciadas. Também são analisadas as transformações decorrentes do reconhecimento da cidade como Patrimônio da Humanidade, problematizando as tensões entre turismo, gentrificação e exclusão social.

Nesse cenário, a priori, ocupação do território brasileiro, especialmente durante o período colonial, desempenhou um papel fundamental na sua configuração socioeconômica, marcando o início das atividades construtivas na região. Inicialmente, a colonização tinha como objetivo primordial atender à demanda do mercado europeu por produtos tropicais e metais preciosos (Boaventura, 2007). Nesse contexto, a colonização brasileira direcionou seus esforços para a exploração de recursos naturais, visando fornecer materiais para a construção de edificações que abrigassem os europeus recém-chegados e posteriormente acomodassem suas famílias. Isto é, no que diz respeito a casas, ruas e repartições públicas.

Embora os colonizadores tenham inicialmente buscado especiarias e metais preciosos, percebemos, hoje, que foram as construções que se consolidaram como uma atividade significativa que remete a memória histórica desse passado. Pois essa prática não foi rigidamente organizada ou planejada; ele se caracterizou como um tipo de construção extrativista, à medida que os materiais construtivos passaram a ser demandados pelo comércio europeu e, consequentemente, mundial, como argumenta Smith (2012, p. 339):

Em momento algum os portugueses, que descobriram o país em 1500 e o tiveram sob seu domínio até 1822, estabeleceram um código de normas para o desenvolvimento urbano. Suas cidades cresceram sem

planejamento, numa espécie de confusão pitoresca tão característica das cidades luso-brasileiras quanto a ordem e a clareza o são do urbanismo da América Espanhola.

O monarca português implementou a divisão do território brasileiro em extensas faixas chamadas capitãias hereditárias, visando principalmente demarcar áreas para ocupação e fortificação. As capitãias hereditárias e as sesmarias foram sucedidas pelas capitãias da Coroa em 1549, marcando uma nova fase na organização territorial do Brasil (Silva, 2000). Posteriormente, ocorreu uma redistribuição de terras, promovendo significativas transformações na paisagem construída do país. Essas terras foram designadas para cristãos com o propósito de estabelecer assentamentos.

Apesar dessas mudanças na paisagem construída, a agricultura continuou a ser uma das principais atividades econômicas. Aproximadamente cinquenta por cento da população estava envolvida nessa prática, destacando sua relevância na configuração socioeconômica do Brasil (Vaz; Baltazar, 2019).

Eventos significativos, como a chegada da família real portuguesa em 1808 e a independência do Brasil em 1822 consolidaram o modelo econômico de ocupação. Este modelo favoreceu a concentração de terras nas mãos de colonos e cristãos, criando obstáculos ao acesso à terra para as populações mais pobres (Peixoto, 2006). A interação dos colonos com a população nativa foi marcada por atos de crueldade e violência, negando-lhes qualquer direito à terra que já era ocupada por seus antepassados.

Em 1850, ocorreu um evento crucial para a ocupação do território brasileiro: a promulgação da Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras². Essa legislação

² Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unâime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nela derribarem mato ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bensfeitorias, e de mais sofrerão a pena de dous a seis meses de prisão e multa de 100\$, além da satisfação do

estabeleceu que o acesso à terra só poderia ser obtido por meio de compra, encerrando definitivamente o regime de sesmarias. A partir da independência do Brasil e da Lei de Terras de 1850, o acesso à gleba passou a depender exclusivamente de transações comerciais. O regime capitalista, caracterizado pela concentração de riquezas nas mãos de uma pequena elite, refletiu-se no processo de ocupação de terras. Esse modelo econômico contribuiu para a exclusão econômica e política dos mais pobres.

No período de 1822 a 1850, a economia brasileira passou por uma transformação do escravismo colonial para o capitalismo. Isso resultou no fim do tráfico de pessoas do continente africano, na demarcação de todas as terras pelo governo e na extinção oficial da escravidão com a Lei Áurea em 1888. Essa legislação marcou o término da instituição escravista no Brasil, conforme estabelecido pela Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888³, modificando significativamente as estruturas sociais da época e reorganizando a dinâmica de ocupação das cidades (Vaz; Baltazar, 2019).

Seguindo a nova ordem social instaurada após a abolição, pessoas negras recém-libertas, em busca de terras para cultivar e reconstruir suas vidas, passaram a migrar para novas localidades, como as franjas urbanas das cidades, dando origem às chamadas zonas periféricas. Outras foram incorporadas como agregadas em grandes fazendas. Essa dinâmica reflete diretamente à organização territorial do Brasil fortemente marcada pela expansão capitalista e pela consequente acumulação de capital nas mãos de poucos.

Tal processo resultou em uma complexa estrutura econômica e fundiária que orientou o desenvolvimento socioeconômico do país, gerando profundas desigualdades regionais. A concentração de recursos e terras em determinadas

damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heróes confinantes.

Paragrapho unico. Os Juizes de Direito nas correições que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delictos põem todo o cuidado em processal-os o punil-os, e farão effectiva a sua responsabilidade, impondo no caso de simples negligencia a multa de 50\$ a 200\$000. (Brasil, 1850). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lm/lm601.htm. Acesso em: 10 de jan. de 2024.

³ Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brazil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lm/lm3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%20DE%2013%20MAIO%20DE%201888.&text=Art.%20as%20disposi%C3%A7%C3%B5es%20contr%C3%A1rio. Acessado em 19 de jan. de 2024.

regiões e grupos sociais evidenciou uma lógica excludente, em que o acesso à moradia digna, aos espaços centrais das cidades e aos direitos básicos foi historicamente negado às populações racializadas e empobrecidas. A ocupação de espaços vazios ou abandonados, portanto, configura-se não apenas como uma estratégia de sobrevivência, mas também como forma de resistência frente a uma estrutura urbana que marginaliza determinadas parcelas da população. Nesse contexto, a exclusão habitacional no centro histórico revela uma contradição latente entre o valor simbólico e turístico atribuído à cidade e a negligência com os direitos fundamentais de parte significativa de seus habitantes.

Nesse período, a estrutura fundiária do Brasil apresentava grandes porções de terras distribuídas em minifúndios e a economia era predominantemente baseada na agricultura de subsistência. Assim, a Lei de Terras (1850), a Lei Áurea (1888) e a conjuntura sociopolítica na Europa impulsionaram a transição para o trabalho livre, substituindo o sistema escravista e consolidando a economia nas grandes fazendas e consequentemente nas cidades, sendo necessário criar mecanismos para as transformações sociais e econômicas do Brasil.

1.1 A História “esquecida”: O tráfico de pessoas escravizadas no Brasil

A história do tráfico de africanos escravizados para o Brasil é um capítulo marcado por números que desafiam a compreensão humana. Entre os séculos XVI e XIX, cerca de 4,8 milhões de pessoas foram sequestradas de suas terras e trazidas à força para o Brasil. Essas pessoas atravessaram o Atlântico em condições tão desumanas que os navios negreiros passaram a ser chamados de tumberos por, literalmente, ser transportadores de tumbas, dado o altíssimo número de mortes durante as travessias (Alencastro, 2000).

O sociólogo Paul Gilroy (2001) corrobora com Alencastro (2000) ao discutir a brutalidade do tráfico e a dimensão transnacional da experiência negra na diáspora, em suas palavras:

O tráfico de escravos africanos [...] foi a base de um sistema econômico global e o primeiro passo na constituição do que chamo de

Atlântico Negro: uma cultura híbrida, transnacional e profundamente marcada pelo terror e pela memória da travessia dos tumbeiros” (Gilroy, 2001, p. 19).

Apesar da escala monstruosa, essa narrativa é frequentemente reduzida a uma nota de rodapé nos livros didáticos, como se o “fim” da escravidão em 1888 apagasse quatro séculos de atrocidades. Mas a realidade é mais complexa: o tráfico não foi apenas um sistema econômico, mas um projeto de desumanização cujas cicatrizes ainda definem o Brasil. Como destaca Gilroy, essas experiências moldaram “formas distintas de consciência e de solidariedade cultural negra que atravessaram fronteiras nacionais e linguísticas” (2001, p. 40), produzindo uma memória viva e contínua da diáspora africana.

O processo começava na África, onde redes de sequestro financiadas por europeus e brasileiros corrompiam reinos locais. No Golfo do Benim, por exemplo, o reino do Dahomé tornou-se um dos maiores fornecedores de cativos, trocando prisioneiros de guerra por armas de fogo e tecidos. Essa cumplicidade, no entanto, não pode ser romantizada como “aliança”, pois era uma relação de extorsão, em que líderes africanos eram coagidos a participar de um sistema que, a longo prazo, desestabilizou sociedades inteiras. Alencastro (2000) destaca que:

Os interesses africanos e europeus não se encontravam em pé de igualdade. A pressão dos negociantes brancos frequentemente degenerava em violência direta ou indireta contra os chefes locais (Alencastro, 2000, p. 84).

Os sobreviventes dessas guerras marchavam até o litoral, onde ficavam acorrentados em fortalezas, como em Elmina (atual Gana), aguardando por meses em porões escuros até a partida dos navios. A travessia do Atlântico era um pesadelo calculado. Os tumbeiros eram projetados para maximizar lucros. Homens, mulheres e crianças eram empilhados em porões com menos de 1,5 metro de altura, acorrentados em posição fetal, enquanto o calor, a sede e as doenças se espalhavam. Paul Gilroy (2001) afirma que “os navios negreiros eram espaços de terror e ao mesmo tempo de reinvenção cultural, lugares onde se forjavam identidades negras transatlânticas sob condições extremas” (2001, p. 40).

Relatos de marinheiros descreviam o cheiro de gangrena e excrementos que permeava o ar; “um odor tão forte que podia ser sentido a quilômetros de distância quando os navios se aproximavam do Brasil” (Reis, 2010, p. 61). A mortalidade média

era de 15% a 20% por viagem (Florentino; Góes, 1997), e muitos preferiam o suicídio. Mães jogavam filhos ao mar para poupá-los da escravização, enquanto outros se recusavam a comer, mesmo sob tortura. Ainda assim, a resistência existia. Revoltas, como a do navio Amistad (1839) liderada por Sengbe Pieh, mostravam que o conformismo não era uma opção.

No Brasil, o desembarque ocorria em portos como o do Valongo no Rio de Janeiro, hoje um sítio arqueológico reconhecido pela UNESCO, mas que, no século XIX, era um mercado de corpos. Ali, os sobreviventes eram examinados como “gado”, batizados à força com nomes cristãos e leiloados. As marcas de ferro quente em seus peitos indicando a “propriedade” de senhores eram só o início de uma vida de trabalhos forçados nas plantações de cana, café e minas de ouro. A violência não era exceção, mas a regra: castigos públicos, estupros institucionalizados e a separação de famílias eram ferramentas de controle (Reis, 2010).

Mesmo após a ilegalização do tráfico em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, a prática continuou clandestinamente. Navios como o Venturoso, apreendido em 1852 com 400 africanos a bordo, revelavam a cumplicidade de autoridades. Manolo Florentino aponta que “a corrupção entre autoridades, marinheiros e fazendeiros sustentou um tráfico clandestino que continuou alimentando a lavoura até a década de 1860” (Florentino; Góes, 1997, p. 134). A ilegalidade não reduziu a crueldade, apenas aumentou o preço dos corpos, transformando o tráfico em um negócio ainda mais lucrativo e sádico.

A abolição de 1888, longe de ser um gesto de humanidade, foi uma concessão tardia de uma elite que já não via vantagem na manutenção formal da escravidão. Os libertos foram lançados à própria sorte, sem-terra, educação ou reparação. O resultado foi uma marginalização que persiste, como observamos nas favelas brasileiras, onde se encontram, majoritariamente, as pessoas negras, herdeiras diretas desse abandono. Enquanto isso, o Estado promoveu o mito da “democracia racial”, apagando a memória do tráfico e glorificando figuras como a Princesa Isabel, cuja bondade escondia o interesse em modernizar a economia às custas do trabalho assalariado (Gonzalez, 1988).

Hoje, o apagamento histórico se manifesta na falta de monumentos às vítimas do tráfico, na romantização das senzalas como atrações turísticas e na insistência em

tratar a escravidão como um “erro do passado”. No entanto, o passado escravista não se encontra superado; ele persiste nas práticas policiais que vitimam jovens negros nas periferias, nas desigualdades salariais e nas formas de racismo que negam à população negra o direito à própria história e à própria existência. Projetos como o Memória da Escravidão na África, liderado pela UNESCO, tentam “resgatar” nomes e trajetórias, mas esbarram na destruição de documentos, muitos queimados pelo próprio governo brasileiro após 1888, para apagar provas de crimes (UNESCO, 2017).

Recontar essa história não é sobre culpa, mas sobre justiça. Enquanto o Brasil não reconhecer que sua riqueza foi construída sobre a força de trabalho explorada de milhões de pessoas africanas e seus descendentes que foram escravizados; enquanto não for possível reparar as feridas abertas pelo tráfico, seguiremos repetindo ciclos de violência. O oceano Atlântico, hoje cruzado por cabos de internet e rotas comerciais, ainda guarda segredos. Estima-se que mil navios negreiros naufragaram em suas águas (UNESCO, 2017), levando consigo histórias de resistência que jamais serão contadas. Desenterrá-las é mais que um dever político e histórico, é um ato de rebeldia contra o silêncio e contra o cruel sistema dos mais de 300 anos de escravidão no Brasil.

A abolição formal da escravidão, em 1888, não foi acompanhada de políticas públicas que garantissem à população negra recém-liberta acesso à terra, ao trabalho digno, à moradia ou à inserção social. Ao contrário, o processo pós-abolicionista no Brasil foi marcado pela manutenção das hierarquias raciais e pela exclusão sistemática da população negra dos projetos de cidadania e desenvolvimento nacional, evidenciando que a liberdade jurídica não se converteu em inclusão social efetiva (Andrews, 1998, p. 25–27; Schwarcz, 1993).

Essa ausência de políticas de reparação estruturou novas formas de desigualdade, deslocando a população negra para posições de marginalização social, econômica e territorial, ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro investia em projetos de modernização excludentes e racializados (Andrews, 1998, p. 43).

No contexto goiano, os efeitos da abolição se somaram às transformações políticas e econômicas ocorridas entre o final do século XIX e o início do século XX, período em que a antiga capital, a cidade de Goyaz, passou a vivenciar processos de estagnação econômica e perda de centralidade política. A posterior transferência da

capital para Goiânia intensificou esse deslocamento simbólico e material, contribuindo para a reorganização desigual do território e para o aprofundamento das desigualdades raciais herdadas do período escravocrata.

É nesse cenário que se insere a política da Marcha para o Oeste, implementada durante o Estado Novo, como projeto de ocupação, integração e modernização do interior do país. Embora apresentada como estratégia de desenvolvimento nacional, a Marcha para o Oeste desconsiderou as populações negras, indígenas e tradicionais já presentes nesses territórios, operando a partir da noção de “vazios demográficos” e legitimando a apropriação seletiva do espaço (SCHWARCZ, 1993, p. 78–80).

Tal lógica reforçou a exclusão histórica da população negra, que, mesmo após a abolição, permaneceu à margem dos projetos oficiais de progresso e desenvolvimento. A articulação entre o pós-abolição e a Marcha para o Oeste evidencia, portanto, a continuidade das estruturas de exclusão racial no Brasil, uma vez que políticas estatais distintas, em diferentes períodos históricos, reafirmaram práticas de apagamento, deslocamento e marginalização da população negra.

No caso da cidade de Goyaz, esses processos contribuíram para a consolidação de um espaço urbano marcado pela valorização patrimonial seletiva e pela exclusão de sujeitos negros, cujas presenças passam a ser percebidas como dissociadas da narrativa oficial da cidade histórica. Compreender essa relação histórica permite analisar de forma mais ampla os mecanismos que estruturam as desigualdades raciais e territoriais no município, evidenciando como políticas de Estado continuam a produzir exclusões que se manifestam nos usos do espaço urbano e nos discursos patrimoniais contemporâneos.

1.2 A Marcha para o oeste, como um projeto de povoamento do interior do Brasil

O latifúndio expandiu-se em diversas regiões do Brasil, simultaneamente, ocorrendo uma intensa fragmentação das unidades produtivas rurais, impondo a condição de autoexploração aos pequenos produtores como mecanismo de

reprodução. A dinâmica do Complexo Rural era determinada pelas flutuações do comércio exterior; assim, quando ocorria uma queda nos preços do mercado externo, todos os recursos da exploração eram realocados para atividades internas (Vaz; Baltazar, 2019, p. 118). Essa prática visava garantir a sustentabilidade do trabalho e a reprodução das condições materiais da unidade produtiva, fortalecendo o mercado interno e impulsionando o desenvolvimento do setor de construção a partir de 1850, com uma aceleração significativa em 1929, após o colapso da bolsa de Nova Iorque.

As autoras ainda apontam que no século XX a dinâmica de ocupação do território brasileiro passou por profundas transformações nos âmbitos político, econômico e social, tendo como destaque inicial a expansão da cultura do café, concentrada nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e que progressivamente avançou para o oeste paulista e por parcelas de Minas Gerais e Goiás. Esse movimento não apenas impulsionou a atividade cafeeira, mas também promoveu a edificação de novas estruturas em áreas anteriormente habitadas pelos povos nativos.

A Revolução de 1930, liderada por estados como Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, e a subsequente ascensão de Getúlio Vargas ao poder, marcou o término da República Velha. O governo Vargas, voltado para investimentos no mercado interno, enfrentou os desafios da crise econômica global desencadeada pela quebra da bolsa de Nova Iorque. Diante da crise no setor agrícola, devido ao colapso nos preços do café no mercado internacional, Vargas buscou fortalecer o mercado interno e diversificar a produção agrícola, associando essas iniciativas ao desenvolvimento do setor de construção (Segawa, 2006).

Vargas identificou nos vazios demográficos uma das principais questões no setor agrário, causando desequilíbrios regionais. Assim, iniciou-se uma política de ocupação dessas áreas desabitadas nas regiões do centro-oeste e posteriormente na Amazônia. Conhecido como Marcha para o Oeste, esse movimento não apenas impulsionou a expansão agrícola, mas também incentivou projetos de construção, marcando uma fase de intensa atividade construtiva no território brasileiro (Vaz; Baltazar, 2019, p. 119).

O Estado desempenhava um papel ativo no patrocínio da Marcha para o Oeste, considerando-a uma estratégia desenvolvimentista crucial para o Brasil. A transferência da capital brasileira para o centro-oeste, em 1960, também foi uma

medida estratégica vinculada à Marcha para o Oeste. Essa decisão atraiu empresas e, consequentemente, uma migração de novos habitantes para a região (Vaz; Baltazar, 2019).

1.3 As primeiras construções

As primeiras construções do Brasil colonial foram marcadas pela funcionalidade e pela imposição cultural. Com a chegada dos portugueses, ergueram-se feitorias para armazenar pau-brasil, fortalezas para proteger a costa, e, sobretudo, igrejas, que atuavam como instrumentos da catequese e do controle simbólico sobre indígenas. Segundo Rafael Moreira (2001), “as primeiras edificações portuguesas no Brasil foram feitas de madeira e taipa, construídas com a mão de obra indígena, e tinham caráter provisório e utilitário: tratava-se de guardar produtos e proteger os primeiros colonos” (Moreira, 2001, p. 19). Essas construções, ainda precárias, anunciam a lógica colonial: ocupação, extração e dominação.

Antes mesmo de qualquer edificação em estilo europeu se fincar no solo brasileiro, esta terra já era morada de inúmeros povos originários. Muito antes da chegada das caravelas, indígenas construíam aldeias complexas, com habitações coletivas, estruturas ceremoniais, redes de troca e saberes profundamente enraizados na paisagem natural.

A chegada dos portugueses em 1500 inaugurou um processo violento de expropriação territorial e cultural, onde as primeiras construções coloniais como fortalezas, igrejas e feitorias não representavam apenas marcos arquitetônicos, mas sim instrumentos de dominação. As casas de taipa, os engenhos e os primeiros núcleos urbanos do litoral, como Salvador e Olinda, foram erguidos em territórios invadidos, utilizando mão de obra indígena escravizada antes mesmo da consolidação do tráfico africano. Como aponta João José Reis (2003), o projeto colonial nunca foi apenas de ocupação física, mas também de apagamento. Enquanto se erguiam igrejas sobre antigos espaços sagrados indígenas, silenciava-se a memória dos que ali habitavam. A substituição simbólica do território precedeu o próprio domínio econômico, criando as bases de um Brasil onde a terra, desde o início, era construída

com violência.

Como bem pontua Luiz Felipe de Alencastro, “o mundo colonial português foi um mundo negro: seus portos, suas ruas, suas casas foram construídas com braços escravos” (Alencastro, 2000, p. 91). Essa excerto resume uma verdade sistematicamente apagada da memória nacional: o Brasil não foi erguido pelos heróis brancos das estátuas, mas pelos pés descalços, mãos calejadas e corpos castigados dos africanos escravizados. As estruturas que hoje são tombadas como patrimônio histórico, casarões, igrejas, museus, mercados, ruas de pedra, têm por base o sangue negro, derramado em nome da riqueza de poucos.

Os senhores coloniais, exaltados em manuais de história e festividades oficiais, raramente contribuíram com o trabalho braçal, para carregar pedras ou misturar cal. A elite branca se beneficiava do trabalho escravo enquanto construía mitos sobre a própria grandeza. Como aponta João José Reis (2003), o cotidiano das cidades coloniais estava profundamente marcado pela presença e atividade da população negra, que ia desde o trabalho braçal até ofícios especializados na construção civil e na escultura. Mesmo o que chamamos hoje de arte colonial tem a mão negra, embora raramente reconhecida como tal.

No entanto, a exclusão dessas trajetórias não é acidental, mas estrutural. O advogado e filósofo Silvio Almeida (2019) salienta que o racismo no Brasil não é apenas um resquício do passado escravocrata, mas um sistema que organiza a distribuição de poder, riqueza e reconhecimento até hoje. A ausência de homenagens, estátuas ou memoriais às pessoas escravizadas, mesmo nas cidades que elas literalmente construíram, não é uma falha de memória é um projeto político de silenciamento.

Como vimos no subtópico anterior, Paul Gilroy (2001), ao discutir a ideia do Atlântico Negro, lembra-nos que a diáspora africana deve ser entendida não apenas como uma história de dor, mas também de criação e resistência. No entanto, os africanos não foram apenas objetos do tráfico: eles criaram mundos, reinventaram culturas e resistiram à desumanização. Mesmo com os corpos marcados por ferros em brasa e os nomes apagados pelo batismo forçado, carregaram consigo saberes técnicos, arquitetônicos, religiosos e artísticos que moldaram o que hoje chamamos de Brasil.

A contradição, portanto, é brutal, pois celebramos o colonial como “bonito” e “valioso”, mas negamos valor a quem o construiu. Reverenciar o patrimônio material sem reconhecer a dor e a potência dos que o ergueram é perpetuar o racismo que estruturou essa nação. Como lembra Gilroy, o navio negreiro não foi apenas um meio de transporte foi “uma unidade cultural flutuante, carregando práticas, memórias e afetos” (Gilroy, 2001, p. 29). Recuperar essa memória é uma forma de justiça histórica. Significa reescrever as placas, os livros, os museus e as políticas públicas. Significa tirar o protagonismo dos escravocratas e devolver a palavra aos escravizados. Significa, sobretudo, reconhecer que o Brasil foi construído com ferro, cal e dor, mas também com cultura, fé e resistência negra.

1.3.1 Construções projetadas PARA proporcionar conforto e dignidades (igrejas, ferrovias, portos, casarões e ruas)

As construções, nas primeiras décadas do Brasil colonial, foram de extrema importância para a configuração das cidades e da paisagem urbana da época (Bury, 2006). Esse período abrangeu a edificação de repartições fundamentais para as dinâmicas das cidades, tais como igrejas, portos, casarões e ruas, que, de maneira interligada, moldaram o cenário arquitetônico e urbano do país. No âmbito religioso, as igrejas desempenharam um papel central. Construídas a partir do século XVI, essas estruturas foram inicialmente influenciadas pela estética Maneirista e, posteriormente, pelo estilo Barroco, notório por fachadas ornamentadas e detalhes decorativos suntuosos (Bury, 2006, p. 213). A Igreja de São Francisco, em Salvador, é um exemplo destacado desse período, apresentando uma rica expressão do barroco colonial, assim como a Catedral de Sant’Ana na cidade de Goyaz, construída inicialmente no século XVIII.

Os portos, com arquitetura europeia, por sua vez, assumiram um papel crucial na economia colonial. Estruturas portuárias primitivas deram lugar a cais e armazéns, atendendo à crescente demanda comercial e facilitando as exportações para Portugal. O Porto de Salvador, um notório centro econômico, evidencia a importância dessas instalações no desenvolvimento inicial do Brasil, como lembra Freitas (2009, p. 06):

Para conexão entre capitais ao longo do litoral, a opção era a via marítima e as capitâncias se interconectavam por meio de vários portos, sendo os primeiros, o de Itamaracá ao Norte e o de São Vicente ao Sul, que serviram como recurso de delimitação do território nacional pelo Tratado de Tordesilhas [...] com a vinda da família real faz-se a abertura dos portos ao comércio exterior em 1808. Contudo, a necessidade do escoamento da produção do café vai impulsionar, a partir dos anos de 1830 até 1840, o desenvolvimento das ferrovias na região sudeste do Brasil. É também neste período, a especial atenção dada ao transporte fluvial e de cabotagem.

As estradas carroçáveis deram lugar às construções de vias-férreas no Brasil, iniciadas no século XIX com a inauguração da Estrada de Ferro Mauá, que desempenhou um papel crucial no desenvolvimento e integração nacional. Durante o Ciclo do Café, as ferrovias impulsionaram a economia, facilitando o transporte do café das regiões produtoras para os portos. No entanto, o declínio ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, com a ascensão do modal rodoviário, resultando na desativação de muitas ferrovias (Freitas, 2009).

Os casarões representaram tanto moradias quanto centros administrativos e comerciais nas cidades e vilas. Construídos em consonância com a arquitetura colonial, nessas estruturas arquitetônicas foram utilizados materiais locais, como adobe e pau-a-pique, incorporando, ao longo do tempo, elementos como pedras e telhas de cerâmica, como afirma Smith (2012, p. 264):

Quando os primeiros colonizadores chegaram ao Brasil, encontraram índios morando em casas feitas de estruturas de madeira recobertas de barro. Existe ampla evidência de que as suas primeiras construções tenham sido similares, pois os colonos usaram a antiga técnica portuguesa de madeira e barro chamada pau a pique, não somente na Bahia, porém, em outras cidades ao longo da costa.

As ruas, por sua vez, eram organizadas considerando a hierarquia social da época. Com igrejas e praças situadas estratégicamente, a disposição urbana buscava refletir a ordem estabelecida. Inicialmente não pavimentadas, as ruas foram progressivamente calçadas com pedras ou paralelepípedos, melhorando a infraestrutura e acessibilidade das cidades coloniais. De acordo com Smith (2012, p. 355), era feitas a “aplicação de ruas largas e regulares, cruzando-se retangularmente, para formar um xadrez de quadras e praças abertas”. Esse conjunto de construções não apenas refletiu as influências arquitetônicas europeias, mas também incorporou elementos locais, adaptando-se às condições climáticas e aos materiais disponíveis. O resultado foi a formação de cidades coloniais que preservaram uma herança

arquitetônica significativa, moldando a identidade e o desenvolvimento urbano do Brasil ao longo dos séculos XVIII e XIX.

1.3.2 Construções projetadas SEM proporcionar conforto e dignidades (senzalas, quartéis de escravos, cortiços, cubículos e barracos)

As construções destinadas às pessoas escravizadas no Brasil colonial e imperial foram erguidas com o objetivo de controlar e conter, jamais de abrigar com dignidade. Esses espaços como as senzalas rurais, os quartéis urbanos, cubículos, barracos e os porões dos grandes casarões senhoriais foram projetados como dispositivos físicos de vigilância e desumanização, refletindo o papel que a sociedade escravocrata atribuía aos corpos negros: o de força produtiva descartável.

Nas áreas rurais, especialmente nas plantações de cana-de-açúcar e café, as senzalas eram geralmente grandes galpões de alvenaria ou pau-a-pique, com piso de terra batida e janelas pequenas ou inexistentes. Homens, mulheres e crianças dormiam no chão, lado a lado, sem qualquer privacidade, em condições propícias à propagação de doenças, como relata João José Reis: “as senzalas eram estruturas sombrias, abafadas e imundas, que mais se assemelhavam a depósitos de carne humana do que a moradias” (Reis, 2003, p. 116). A insalubridade era deliberada: o conforto não era previsto àqueles cuja humanidade foi negada.

Nas cidades, muitos escravizados eram obrigados a viver nos porões dos casarões, verdadeiros calabouços sem ventilação, onde a umidade e a ausência de luz natural transformavam a existência em uma rotina de sofrimento silencioso. Luiz Felipe de Alencastro descreve, com contundência:

Nos porões dos sobrados coloniais, viviam dezenas de africanos, amontoados em condições subumanas. Esses espaços, sombrios e úmidos, serviam tanto como moradia quanto como local de punição. As janelas, quando existiam, eram pequenas e voltadas para o interior do terreno, tornando impossível qualquer contato com o mundo exterior. A respiração era difícil, o cheiro era forte, e a violência era constante (Alencastro, 2000, p. 348).

Além dos porões, havia os chamados quartéis de escravos, onde cativos de ganho eram confinados após longas jornadas de trabalho nas ruas. Esses locais eram anexos às estrebarias, depósitos ou cozinhas, e reuniam dezenas de pessoas em cubículos sem janelas, onde mal se podia deitar. Paul Gilroy (2001, p. 84) destaca que “a contenção dos corpos negros em espaços escuros e apertados era uma forma de apagar sua subjetividade e naturalizar sua posição subalterna”.

Com o fim formal da escravidão em 1888, esses espaços não desapareceram, transformaram-se nos barracos e favelas da Primeira República, habitados majoritariamente pelos libertos e seus descendentes. Sem qualquer tipo de reparação, essas populações foram empurradas para áreas precárias e insalubres, muitas vezes construindo com as próprias mãos casas de barro, papelão e madeira. O sociólogo Abdias Nascimento (2016) já denunciava esse processo como uma continuidade da escravidão por outros meios: “A senzala foi demolida, mas sua lógica social e espacial permaneceu. O negro continuou sendo excluído do projeto de nação”.

Após a abolição da escravidão, grande parte da população negra foi lançada à marginalidade urbana, ocupando habitações precárias como os cortiços, conforme analisado por Sidney Chalhoub em *Visões da Liberdade*. Tais espaços eram “uma continuidade do processo de exclusão social que já se iniciava durante a escravidão.” (Chalhoub, 1990, p. 140).

Durante o período escravocrata, as pessoas negras escravizadas no Brasil eram submetidas a condições de moradia extremamente precárias, tanto no meio rural quanto no urbano. Nas fazendas e engenhos, eram confinadas nas senzalas: construções simples, geralmente feitas de taipa ou madeira, com pouca ou nenhuma ventilação, onde dormiam em grupos, muitas vezes sobre o chão de terra batida. Já nas cidades, como no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, os escravizados ocupavam porões, anexos e fundos de quintal. Gilberto Freyre (2003, p. 412) descreve que “os escravos urbanos dormiam nos porões, nos fundos ou em cubículos sem janelas”, evidenciando a marginalidade desses espaços.

Com a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, cerca de 700 mil pessoas foram legalmente libertas, mas sem qualquer amparo ou programa de inserção social. Ao contrário do que ocorreu em outros países que aboliram a escravidão com algum tipo de indenização, concessão de terras ou apoio social, no

Brasil os libertos foram simplesmente abandonados à sua própria sorte. Chalhoub (1990, p. 92) observa que “a liberdade formal não se converteu em cidadania substantiva. Os ex-escravizados foram abandonados à própria sorte, sem acesso à terra, à educação ou à moradia digna”.

Esse abandono forçou milhares de famílias negras a buscarem alternativas de habitação em ambientes urbanos extremamente precários. A solução mais comum foi a ocupação de cortiços, principalmente no centro das cidades, como o Rio de Janeiro, então capital do país. Os cortiços eram antigas casas senhoriais subdivididas em quartos ou cômodos minúsculos, alugados por altos preços a famílias inteiras. Chalhoub (1996, p. 38) destaca que “os cortiços foram o destino inevitável de muitos libertos na Corte. Eles representavam, ao mesmo tempo, abrigo e exclusão”. As condições nesses locais eram marcadas pela insalubridade, superlotação e frequente ausência de saneamento.

Além dos cortiços, muitos ex-escravizados não tiveram alternativa a não ser viver em condição de rua. Chalhoub (1990, p. 103) relata que “muitos libertos vagavam pelas cidades sem emprego e sem teto, dormindo em becos, calçadas e debaixo de marquises”, numa situação de abandono social absoluto. Essa presença crescente de negros pobres nas ruas causava incômodo às elites urbanas, que passaram a pressionar o poder público por medidas de remoção ou repressão.

O mais emblemático desses cortiços foi o “Cabeça de Porco”, no centro do Rio de Janeiro, que abrigava centenas de pessoas. Em 1893, a prefeitura ordenou sua demolição, com forte resistência por parte dos moradores. Segundo Chalhoub (1996, p. 45), “a destruição do Cabeça de Porco foi simbólica: um ato de expulsão dos pobres e negros do coração da cidade”. A remoção desses habitantes não foi acompanhada por qualquer proposta de reassentamento ou política de habitação popular.

A partir dessas remoções, começaram a surgir as primeiras favelas, como o Morro da Providência. Esses territórios foram formados por ex-escravizados, imigrantes pobres e soldados da Guerra de Canudos, que ocuparam terrenos abandonados e íngremes. Sevcenko (1992, p. 61) interpreta esse processo como parte de uma “reorganização elitista do espaço urbano”, em que as classes populares e negras foram deslocadas para as margens, enquanto o centro era reformado sob ideais europeus de modernização.

A ausência de uma política de inclusão para os ex-escravizados evidencia a permanência de estruturas racistas após a abolição. Como observa Chalhoub (1990, p. 101), “o fim da escravidão, ao invés de reintegrar os negros à sociedade, reafirmou sua marginalização através do espaço urbano”. A moradia, que deveria ser um direito básico, transformou-se em mais um instrumento de exclusão e de continuidade das desigualdades sociais e raciais no Brasil.

O legado da escravidão permanece visível nas formas de ocupação das cidades brasileiras. As periferias urbanas, hoje predominantemente negras, são resultado direto desse histórico de negação de direitos no pós-abolição. Portanto, os espaços destinados à vida dos escravizados nunca foram “casas”: foram dispositivos de dominação racial projetados para anular a dignidade e perpetuar o controle.

Seja nos porões abafados dos casarões coloniais, nas senzalas dos engenhos, ou nos barracos improvisados pós-abolição, a arquitetura do Brasil escravocrata refletiu o racismo estrutural que ainda molda o espaço urbano brasileiro contemporâneo. O legado da violência materializada nesses ambientes precisa ser lembrado não como resquício do passado, mas como base física da desigualdade que ainda persiste.

1.4 Modelos arquitetônicos de padrões europeus: Os tentáculos do eurocentrismo para a inicialização do processo de patrimonialização

A influência europeia, especialmente a portuguesa, exerceu um papel dominante nos modelos arquitetônicos das construções brasileiras desde o período colonial até os dias atuais (Baeta, 2003). O padrão europeu, trazido pelos colonizadores, deixou uma marca duradoura na arquitetura do Brasil, moldando o cenário urbano e rural ao longo dos séculos. O estilo Manuelino, conhecido como Gótico Português, foi o primeiro estilo arquitetônico empregado pelos colonizadores portugueses no Brasil. Porém, ao que cabe a esse período, destaca-se o estilo Jesuítico, associado à presença e influência dos jesuítas, esse estilo é marcado por construções simples e funcionais (Bury, 2006, p. 64). As igrejas e colégios jesuítas muitas vezes apresentavam fachadas sóbrias e interiores decorados com elementos

religiosos.

Smith (2012) lembra-nos que durante o período colonial, as construções refletiam fortemente o estilo arquitetônico da Renascença Portuguesa. Igrejas, casarões e edifícios públicos eram erigidos seguindo padrões característicos da arquitetura europeia da época. O estilo Maneirista foi predominante nos primeiros anos, evoluindo para o barroco em seguida.

No século XIX, durante o Brasil Império, houve uma ascendência para influências neoclássicas (Peixoto, 2006). Esse feitio arquitetônico, inspirado nas arquiteturas clássicas grega e romana, refletia uma estética mais sóbria e simétrica. Exemplos de construções neoclássicas no Brasil incluem o Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

Já no início do século XX, as influências europeias se estenderam aos movimentos artísticos emergentes, entre eles o Art Nouveau e o Art Déco, que introduziram novos elementos estilísticos e ornamentais nas construções urbanas brasileiras, como é perceptível em edifícios emblemáticos no centro das grandes cidades (Peixoto, 2006). A nova capital do estado de Goiás, Goiânia, é um exemplo de cidade projetada e construída nesse estilo arquitetônico (Segawa, 2006).

Segundo Baeta (2003), o movimento modernista, nas décadas de 1920 e 1930, trouxe uma abordagem mais funcionalista à arquitetura. Inspirado pelas vanguardas europeias, como a Bauhaus, arquitetos brasileiros como Oscar Niemeyer e Lúcio Costa desenvolveram uma estética modernista e futurística única, que ficou evidente na construção de Brasília, inaugurada em 1960, com o conceito de arquitetura como escultura, desenvolvido pelos brasileiros dentro desse estilo moderno.

O chamado Plano Piloto foi tombado como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1987 e posteriormente pelo IPHAN em 1990⁴. Na arquitetura contemporânea, a influência europeia permanece presente, embora hoje se encontre mesclada a uma variedade de outros estilos internacionais, resultantes da globalização da construção civil. Os arquitetos brasileiros continuam a incorporar elementos europeus em projetos inovadores, mas agora existe uma maior diversidade de influências de outros continentes em diferentes eras, e uma busca por uma

⁴ Portal Iphan. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/31> Acessado em 02 de jan. de 2024.

identidade arquitetônica própria.

1.5 A patrimonialização no Brasil: Do SPHAN para o IPHAN

Segundo Henrique e Dodebe (2011, p. 1), em consonância com Mario Chagas, “a palavra patrimônio deriva do latim patrimonium, significando, na sociedade romana, a transmissão de bens”. Ao longo do tempo, a concepção evoluiu, inicialmente ligada à arte e cultura. Hoje, compreendemos que o patrimônio engloba não só manifestações artísticas, mas também elementos como culinária, tradições e o ambiente natural. Ele abarca o meio ambiente, conhecimento e artefatos, representando a capacidade de criação cultural e reflexão. O patrimônio cultural reflete a produção social, incluindo a relação com o meio ambiente e a diversidade cultural. É crucial entendermos que a preservação não é um fim em si mesma, sendo essencial instituir um processo de comunicação paralelo.

Para Chuva (2020), a caracterização do patrimônio nacional era determinada por meio de tombamentos e processos de restauração, atribuindo ao arquiteto a posição de especialista do patrimônio. Nas três primeiras décadas de atuação institucional, o destaque recaiu sobre o Barroco e a arquitetura colonial das cidades históricas mineiras, posicionando-os no ápice de uma hierarquia de valores patrimoniais. A concepção de patrimônio estava alicerçada na noção de um valor intrínseco aos bens, revelado por especialistas capazes de identificá-lo através de uma perspectiva estética. Isso garantia a inserção da produção artística brasileira na linha da história da arte universal, predominantemente europeia e ocidental (Chuva, 2020, p. 92).

O processo de patrimonialização no Brasil, representado anteriormente pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) atualmente conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), teve sua origem no Estado Novo, em 1937, quando a nação e a identidade nacional passaram a ser temas centrais das políticas estatais na tentativa de se adequar aos padrões do ocidente. A criação do IPHAN marcou a institucionalização da preservação cultural, conferindo ao Estado a responsabilidade de proteger o patrimônio histórico e artístico

da nação. Chuva (2012), salienta que:

O Estado brasileiro, por meio da nova agência, assumiu a tarefa de proteger o patrimônio histórico e artístico da nação, estabelecendo tal uma série de normas e dispositivos para identificação, seleção, conservação e restauração de bens culturais de natureza material (áreas urbanas, imóveis rurais, edificações, objetos móveis, em geral de cunho religioso) e imaginária, ou integrados a arquitetura, como forros, altares etc. enquadrando-os na categoria de patrimônio nacional (Chuva, 2012, p. 67).

Essa nova agência estabeleceu normas e dispositivos para identificar, selecionar, conservar e restaurar bens culturais de natureza material, como áreas urbanas, imóveis rurais, edificações e objetos móveis, além daqueles de natureza imaginária ou integrados à arquitetura, como forros e altares. Tais elementos foram categorizados como patrimônio nacional, consolidando o papel hegemônico do IPHAN nesse contexto até os anos 70 (Chuva, 2012). A atuação do IPHAN serviu como referência para novas agências surgidas nas instâncias estaduais e municipais do poder público, que, seguindo legislação e práticas similares, compartilhavam o compromisso de preservar o patrimônio cultural. Essa herança institucional influenciou fortemente a abordagem dessas agências em relação à preservação do patrimônio material segundo Chuva (2012, p. 67), como citado a seguir:

Hoje vemos uma ampliação significativa das atribuições dessas instituições de memória e preservação cultural e da própria noção de patrimônio, expandindo - se para o universo das práticas culturais e aplicando medidas de salvaguarda visando a preservação de celebrações e festas, saberes e ofícios, formas de expressão, lugares e tudo aquilo que se encaixa na categoria de patrimônio imaterial.

Atualmente, observamos uma expansão significativa das atribuições dessas instituições, não apenas em termos de patrimônio material, mas também na preservação de práticas culturais, integrando o conceito de patrimônio imaterial. Essa ampliação foi oficializada em 2001, por meio do decreto federal n. 3.551, que regulamenta o registro do patrimônio cultural de natureza imaterial (Chuva 2012).

A incorporação de temas clássicos das ciências sociais, como a cultura popular e a cultura indígena, na análise da patrimonialização, demonstra uma abordagem mais abrangente. No entanto, conforme apresenta Capiberibe (2020), os indígenas têm autonomia no processo de escolha daquilo a se tornar patrimônio. Vejamos:

Sendo regidas por essa definição, as políticas voltadas ao patrimônio

indígena só podem se dar a partir de uma relação e de uma demandaativa dos sujeitos envolvidos nos processos, ou seja, cabe aos povos indígenas definir quais os usos, representações, expressões, conhecimentos, técnicas e/ou objetos são passíveis de se tornar patrimônio cultural imaterial (Capiberibe, 2020, p. 229).

As instituições de memória e preservação cultural passaram a considerar não apenas os elementos físicos, mas também as práticas, celebrações, festas, saberes e ofícios como parte integrante do patrimônio a ser salvaguardado, principalmente por influência dos costumes dos descendentes africanos, conforme apresentam Abreu e Monteiro (2020):

Sem dúvida, em tempos de perseguição ou em tempos de folclore, os descendentes de africanos no Brasil sempre atribuíram grande valor a suas práticas e a seus saberes, como expressões festivas, religiosas, musicais, dançantes e artística; modo de fazer objetos e alimentos; formas de contar histórias, criar versos e desafios. O reconhecimento público da existência de patrimônios culturais afro-brasileiros precisou vir acompanhado de uma mudança mais ampla de concepção sobre o que é patrimônio no Brasil. Até os anos de 1980, a ideia de bens de “pedra e cal” determinava as escolhas sobre patrimônios culturais do Brasil. Novas pautas dos movimentos sociais transformações no campo da antropologia e da história e impuseram a valorização dos bens e imateriais como patrimônios culturais da nação. A Constituição federal de 1988 foi um Marco na mudança da política de preservação no Brasil, pois ampliou a noção de patrimônio cultural e influenciou diretamente nas políticas no campo do patrimônio (Abreu; Monteiro, 2020, p. 241).

Os portadores de expressões culturais afro-brasileiras em todo o país identificaram, neste decreto, um significativo espaço político dedicado à valorização e ao reconhecimento de seus patrimônios. Juntamente a outras políticas de afirmação, como a lei 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas escolas, esses detentores oficialmente se afirmaram como agentes na criação de patrimônios nacionais. Esse reconhecimento proporcionou-lhes percursos de visibilidade, aprimoramento de qualidade de vida e inclusão social (Abreu; Monteiro, 2020).

As mudanças culturais e antropológicas observadas nas ciências sociais nos anos 1970 e 1980 também impactaram o campo do patrimônio, ao questionar seus cânones e introduzir novos agentes na atribuição de valor ao patrimônio, além dos especialistas (Chuva, 2020). No Brasil, esses questionamentos estiveram ligados às lutas pela redemocratização do país, às críticas às políticas centralizadoras e ganharam significativa ressonância nos debates da Assembleia Nacional Constituinte.

De acordo com Marcia Chuva (2020), os movimentos sociais identificaram nas políticas de patrimônio um espaço de combate pelo reconhecimento de suas práticas culturais e pela melhoria de suas condições sociais. Assim, ao longo do tempo, o processo de patrimonialização evoluiu, ajustando-se às transformações na compreensão do que representa o patrimônio cultural brasileiro. Esse desenvolvimento reflete uma abordagem mais inclusiva e abrangente em relação à preservação da riqueza cultural do país.

1.6 A Constituição de 1988 e as novas inclusões do patrimônio

Segundo Oliveira; Carvalho (2022), é crucial reconhecermos que o patrimônio cultural desempenha um papel fundamental na construção da identidade e coesão social, representando o espírito de uma nação. Uma breve observação é que até a promulgação da Constituição de 1987, a legislação nacional focava exclusivamente na proteção do patrimônio europeu, muitas vezes denominado como patrimônio de “pedra e cal”. Essa abordagem sugeriu uma preferência pelo patrimônio de origem europeia, ao mesmo tempo em que negligenciava outras influências culturais significativas presentes no Brasil, como as contribuições dos ameríndios, negros e comunidades tradicionais.

A Constituição Federal de 1988 marcou um ponto crucial na preservação do patrimônio cultural brasileiro, promovendo uma ampla inclusão do patrimônio imaterial nas políticas nacionais. Antes dessa Constituição, a legislação nacional protegia apenas o patrimônio europeu, muitas vezes excluindo outras matrizes culturais, como os ameríndios, negros e comunidades tradicionais. Com a abertura democrática e a promulgação da Constituição de 1988, houve uma democratização não apenas do poder, mas também do acesso e da proteção aos bens culturais. Essa nova ordem constitucional refletiu uma diversidade cultural latente no Brasil, reconhecendo e protegendo todos os bens que representam a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Oliveira; Carvalho, 2022).

A partir do artigo 216 da Constituição, estabeleceu-se a proteção não apenas dos bens de valor excepcional, mas de todos os bens portadores de referência à

identidade cultural. Essa ampliação democratizou o processo e os bens passíveis de proteção, não mais privilegiando um determinado segmento étnico e econômico. O patrimônio cultural brasileiro passou a incluir tanto bens de natureza material quanto imaterial, representando formas de expressão, métodos de criação, produção e modos de vida. A diversidade cultural tornou-se uma pedra angular do pluralismo cultural, reconhecendo e protegendo as manifestações artístico-culturais de diversos grupos. De acordo com Oliveira e Carvalho (2022):

A Constituição de 1988 não apenas democratizou o processo de patrimonialização, mas também abriu espaço para que minorias sociais protegessem suas referências identitárias. A pluralidade cultural abrange todas as matrizes culturais reconhecidas como elementos essenciais da identidade nacional [...] no momento em que se afirma ser algo, exclui-se uma cadeia ampla de outras identidades. Esses recortes não são dados naturalmente, nem são estabelecidos harmonicamente, mas por meio de tensão de disputas, agnosticamente. Tanto a identidade quanto a diferença têm sua significação “sujeita à vetores de força, a relações de poder” (Oliveira; Carvalho, 2022, p. 09).

Além disso, as novas mudanças constitucionais possibilitaram a proteção do patrimônio indígena e de matriz africana ou afro-brasileira, reconhecendo a existência de uma memória e história indígenas e afrodescendentes que foram negligenciadas. Essa inclusão também permitiu a proteção contra a exploração comercial de bens culturais indígenas, contribuindo para a preservação dessas expressões culturais. Portanto, a Constituição Federal de 1988 representou um marco na mudança da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil, promovendo a inclusão, valorização e reconhecimento das diversas manifestações culturais presentes na sociedade brasileira.

Ante esse quadro, Oliveira e Carvalho (2022), salientam que o acesso aos bens culturais, em uma democracia, também será plural, o que implica o reconhecimento e a proteção da diversidade cultural dos diversos grupos formadores da sociedade na constituição. Os direitos fundamentais culturais são acessados pelos diferentes grupos que os exercitam, passando também a exigir sua proteção e promoção estatal. Perante a complexidade da diversidade cultural das sociedades, que está em constante mutação, a Constituição Federal de 1988 não apenas reconhece, mas também busca apoiar e valorizar essa diversidade. Nesse sentido, conforme Oliveira (2010, p. 11),

A nova ordem constitucional afirma que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, deverá promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por intermédio de registros, inventários, tombamento, desapropriação e vigilância. [...] Democratizaram-se o processo e os bens passíveis de proteção patrimonial, deixando a proteção de ser privilégio de um determinado segmento étnico e econômico.

Segundo Campos (2020), o conceito de patrimônio cultural, sob a perspectiva jurídica e política, é abordado de forma abrangente pela Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 216, a Carta Magna estabelece uma diversificada gama de categorias que compõem esse patrimônio. Conforme essa disposição, integram o patrimônio cultural brasileiro tanto os bens de natureza material quanto os de natureza imaterial, relacionados à identidade, às práticas e à memória dos diversos grupos que constituem nossa sociedade. Esses elementos englobam formas de expressão, métodos de criação, produção e modo de vida, bem como as criações científicas, artísticas e tecnológicas, além de obras, objetos, documentos, edificações e espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

Entre esses componentes, encontram-se as expressões urbanas, os conjuntos arquitetônicos e os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Destacamos que nenhuma outra constituição abordou tão amplamente esse tema, conferindo-lhe uma abordagem abrangente e significativa. Sendo assim:

Tornou-se viável a elaboração de instrumento normativo específico para contemplar o patrimônio imaterial, qual seja, o decreto 3.551 de agosto de 2000, que prevê a inscrição nos Livros de Registro de saberes e modo de fazer; celebrações, festas e rituais; formas de expressão; e lugares nos quais estejam presentes práticas culturais coletivas (Campos, 2022, p. 45).

Embora a generalização contida na referência aos “diferentes formadores da sociedade brasileira”, vinculada ao mito das três raças, não ofereça uma compreensão precisa da identidade nacional, marcada pela diversidade e pelos conflitos, é possível reconhecer avanços. Um exemplo desse progresso está no reconhecimento jurídico das comunidades quilombolas como parte integrante da noção de patrimônio (Campos, 2020).

1.7 Bandos e bandeiras: A invasão esquecida do século XVIII e suas imbricações, breve contexto histórico (bandeirantes)

No período posterior à abolição da escravidão, o Estado brasileiro passou a adotar políticas sistemáticas de incentivo à imigração europeia, articuladas a um projeto de reorganização do trabalho, do território e da própria identidade nacional. Conforme analisa Skidmore (1976), a imigração europeia esteve profundamente vinculada a ideologias de branqueamento, que associavam progresso, civilização e modernidade à população branca, em oposição à população negra recém-liberta, que permaneceu excluída dos projetos de cidadania.

A ausência de políticas de inserção social, econômica e territorial para a população negra no pós-abolição contrastou diretamente com os incentivos concedidos aos imigrantes europeus, como acesso à terra, oportunidades de trabalho e reconhecimento institucional. Andrews (1998) destaca que esse processo contribuiu para a consolidação de desigualdades raciais estruturais no Brasil, uma vez que a imigração europeia foi incorporada como estratégia de modernização, enquanto a população negra foi associada à marginalidade e à pobreza.

Essas políticas não se limitaram aos grandes centros urbanos ou às regiões economicamente mais dinâmicas, mas se articularam também aos projetos de ocupação do interior do país, especialmente no contexto da Marcha para o Oeste, durante o Estado Novo. Como observa Schwarcz (1993), o discurso da modernização territorial operava a partir da noção de “vazios demográficos”, desconsiderando a presença histórica de populações negras, indígenas e tradicionais. A imigração europeia, nesse contexto, foi integrada como elemento legitimador do avanço civilizatório e reforçando hierarquias.

Conforme aponta Gomes (2017), esse processo reforça uma memória seletiva, que reconhece determinados sujeitos como herdeiros legítimos da história nacional, enquanto outros permanecem à margem.

Boaventura (2007) aponta que as inovações políticas se consolidaram de forma mais concreta entre o final do século XVII e o início do século XVIII, sobretudo a partir da descoberta do ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. A Coroa portuguesa,

interessada em expandir seus domínios para além do Tratado de Tordesilhas, implementou regulamentos específicos para as áreas de mineração, criou jurisdições voltadas ao controle dos exploradores, promoveu levantamentos cartográficos para o mapeamento da região, demarcou novos territórios e estabeleceu ensaios e aldeamentos interligados, estruturando, assim, uma nova política de exploração econômica.

Em Goiás, as reorientações implementadas pelo governo português resultaram na criação de mais de cinquenta arraiais em um território que, desde o início do século XVIII, encontrava-se sob o controle de sistemas regulamentares, levantamentos cartográficos, abertura de caminhos, instituição da capital (Vila Boa), estabelecimento de procedimentos jurídico-administrativos, formação de aldeamentos, casas de fundição e postos alfandegários (Boaventura, 2007).

Além disso, conforme apresenta Boaventura (2007):

A ocupação dessa região insere-se, desta maneira, no contexto expansionista e de consolidação de posses de terras, garantidas pelas formações de núcleos urbanos, cujas concepções ou modos de organização podem remontar as diversas e complexas formas de fazer cidades possibilitadas pelas ricas experiências da expansão ultramarina, não só no Brasil como também na África e na Ásia (Boaventura, 2007, p. 26).

Os bandeirantes desempenharam um papel fundamental na formação dos primeiros assentamentos em Goiás, sendo responsáveis pela maioria deles e introduzindo uma tradicional abordagem na criação de cidades. Estas eram estruturadas a partir de edifícios religiosos, caracterizando-se por suas formas lineares, geralmente desenvolvendo-se ao longo de estradas. Um novo modelo urbano emergiu marcado por uma inclinação à regularidade, onde a organização do espaço era pré-estabelecida de acordo com normas gerais presentes em diversas cartas de fundação de cidades brasileiras, a exemplo de Vila Boa (Boaventura, 2007, p. 26). Nesse sentido:

[...] a colonização de goiás se iniciou com a “descoberta” da região que já era habitada pelos índios Goyazes, os quais foram explorados e exterminados. A terra dos índios foi arraial de Sant’Anna e se transformou em vila, Vila Boa de Goiás. A capitania de Goiás foi criada em 1739, dez anos depois Vila Boa de Goiás se tornou a capital da capitania de Goiás, quando foi empossado o primeiro governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, futuro conde dos arcos. O encantamento dos bandeirantes pelo lugar veio por causa do brilho do

ouro surgido as margens do rio vermelho (Carneiro, 2023, p. 29).

Na década de 1930, a transferência da capital de Goyaz para Goiânia, marcou um momento histórico, revelando a visão de que viajantes europeus dos séculos XVIII e XIX tinham da região como “feia” e pouco salubre, além de questões políticas locais. O arraial de Sant'Ana, mais tarde Goyaz, centralizou as discussões políticas até a mudança para Goiânia, e a Colônia desempenhou papel crucial na formação da paisagem urbana preservada como patrimônio histórico.

Goyaz, na história do Brasil, era visto como um Eldorado distante segundo Assis (2009), porém alcançável em termos de riqueza e fortuna. A busca por esses valores foi um dos principais fatores determinantes na formação da sociedade brasileira em seus primórdios. A região atraiu pessoas de diversas origens: brancos, mestiços e escravizados (fábula das três raças)⁵, que se misturavam nas ruas das cidades em busca do ouro. Essa sociedade era totalmente direcionada para a exploração e a gestão de riquezas minerais, especialmente o ouro, que impulsionava a economia e a vida das pessoas na região.

Para Oliveira (2014), em Goyaz, a implementação do projeto civilizador mostrou-se mais complexa do que em outras regiões. Por se tratar de uma área periférica dentro de um país igualmente periférico, a colonização enfrentou inúmeros obstáculos, como as comunicações precárias com os centros urbanos, o reduzido número de colonizadores europeus e as dificuldades impostas por uma natureza de difícil aproveitamento econômico. Nesse contexto, as práticas “civilizadoras” importadas da Europa se entrelaçaram às tradições indígenas, negras e mestiças. A elite branca e católica, em contato constante com esses grupos, assimilou diversas práticas que, à época, não eram consideradas civilizadas pelos padrões eurocêntricos.

⁵ Pode-se, pois, dizer que a “fábula das três raças” se constitui na mais poderosa força cultural do Brasil, permitindo pensar o país, integrar idealmente sua sociedade e individualizar sua cultura. Essa fábula hoje tem a força e o estatuto de uma ideologia dominante: um sistema totalizado de ideias que interpenetra a maioria dos domínios explicativos da cultura. Durante muitos anos forneceu e ainda hoje fornece, o mito das três raças, as bases de um projeto político e social para o brasileiro (através da tese do “branqueamento” como alvo a ser buscado); permite ao homem comum, ao sábio e ao ideólogo conceber uma sociedade altamente dividida por hierarquizações como uma totalidade integrada por laços humanos dados com o sexo e os atributos “raciais” complementares; e, finalmente, é essa fábula que possibilita visualizar nossa sociedade como algo singular – especificidade que nos é presenteada pelo encontro harmonioso das três “raças” (Damata, 1981, p. 69)

Portanto, a Cidade de Goiás, a partir do início do século XIX, difundiu representações culturais ambivalentes: ao mesmo tempo que era a principal cidade do Estado, com imponentes edifícios administrativos e religiosos, era também símbolo da decadência e do atraso (Oliveira, 2014, p. 31).

As cidades de Goiás, no período colonial, foram marcadas por uma intensa atividade de garimpo e uma incessável busca pela riqueza. Essa corrida pelo ouro e a ambição pela riqueza moldaram a sociedade da época, influenciando suas relações sociais e culturais. O período histórico de exploração mineral deixou marcas profundas na história de Goyaz e contribuiu para a formação da identidade cultural dessa região.

Até o ano de 1749, Goiás fazia parte da capitania de São Paulo. Segundo Chaul (2011), após essa data, tornou-se uma capitania independente, status que manteve até se tornar uma província. No entanto, esse processo de mudanças não ocorreu de forma rápida. Inicialmente, foram formadas juntas administrativas, o que permitiu a disputa pelo poder entre os grupos locais, algo que não era possível anteriormente. Até a década de 1940, a região goiana era uma área vasta e pouco explorada na geografia brasileira. As verdadeiras transformações só ocorreram a partir desse período, especialmente com a construção de Goiânia, a exploração do Mato Grosso goiano e a campanha nacional de Marcha Para o Oeste.

Embora a população urbana do estado tenha desfrutado consideravelmente durante esse período, Goiás ainda manteve uma economia primária, caracterizada por uma produção extensiva de baixa produtividade. Ou seja, a economia do estado estava centrada em atividades básicas e pouco produtivas, com baixa eficiência e tecnologia, o que limitava o desenvolvimento econômico mais significativo. No entanto, ao longo dos anos seguintes, o estado de Goiás passou por transformações e avanços em diferentes setores, buscando seu desenvolvimento econômico e social.

Segundo Palacin (1986), a exploração do ouro foi um período crucial na história da cidade de Goyaz. O chamado ciclo do ouro, que se estendeu do descobrimento da região em 1722 até a decadência da mineração em 1812, transformou a área em um importante centro de extração e prosperidade econômica no interior do Brasil. Esse processo resultou em rápido crescimento populacional, na criação de infraestrutura para atender à atividade mineradora e na formação de vilas e cidades, entre elas a própria Goyaz.

O autor também descreve o período como marcado não apenas pela abundância das minas e pela fama de suas riquezas, mas também pelos altos preços dos mantimentos, pela abertura de estradas em meio ao sertão, pela fundação de arraiais distantes e pelas tensões sociais. Entre os aspectos mais visíveis estavam a chegada de homens turbulentos, os frequentes crimes, a prepotência dos poderosos, os motins populares e até a violência praticada por sacerdotes, revelando as contradições e conflitos da sociedade mineradora.

A abordagem épica da história de Goyaz, destacada por Palacin (1986), ancora-se em dois elementos centrais: a “grandeza das proporções” e a “criação dos heróis”. Essa perspectiva contribui para a construção de uma narrativa que exalta feitos considerados notáveis e personagens representados como símbolos de virtudes e conquistas. Todavia, tal leitura apresenta limites significativos, uma vez que tende a privilegiar experiências das elites coloniais e a materialidade associada ao apogeu econômico, relegando à invisibilidade as trajetórias de grupos historicamente subalternizados, como indígenas, pessoas negras escravizadas e trabalhadores pobres.

A monumentalidade atribuída à cidade, evidenciada por sua arquitetura colonial, ruas de pedra e edificações remanescentes do ciclo do ouro, consolidou-se como referência patrimonial e turística. Entretanto, esses elementos não apenas representam vestígios de um período de prosperidade econômica, mas também materializam relações de exploração e desigualdade que sustentaram tal riqueza. A patrimonialização de Goyaz, reconhecida pela UNESCO, reforça a valorização de uma herança eurocentrada que legitima memórias seletivas e silencia dimensões conflituosas do passado.

Nesse contexto, problematizamos a ideia de patrimônio enquanto expressão de universalidade, pois ao celebrar heróis coloniais e marcos arquitetônicos, a narrativa oficial exclui outras formas de memória e pertencimento, negando visibilidade às experiências daqueles que foram fundamentais para a constituição da cidade, mas cuja contribuição permanece marginalizada. Tal exclusão revela que o patrimônio não é neutro e se constitui como instrumento de poder simbólico, capaz de legitimar identidades hegemônicas e perpetuar desigualdades históricas.

Atualmente a economia local do município é sustentada, além do turismo e do

comércio regional, pela agropecuária. A cidade é conhecida por suas estruturas arquitetônica do período colonial, cuidadosamente restaurada e preservada ao longo do tempo pelos seus moradores e posteriormente pelo IPHAN (Borges, 2010). A cidade conta com museus, igrejas, coretos, chafarizes, cachoeiras, largos etc. Em todos os pontos da cidade e seus arredores (como os muros de pedras nos morros da Índia e da Antena) é possível notar construções feitas por pessoas escravizadas durante o período escravista no Brasil.

Segundo Borges (2010), entre os atrativos e construções da cidade, destaca-se o Palácio Conde dos Arcos, hoje sede do governo; o Museu das Bandeiras, antes Cadeia Municipal; o Chafariz de Cauda; o Museu de Arte Sacra da Boa Morte; a histórica Casa de Fundição do Ouro; a Catedral de Santana; o Pitoresco Coreto do Jardim; a Cruz do Anhanguera; a Igreja Nossa Senhora do Carmo; e o imóvel do antigo Ministério Público. Outros pontos muito visitados por turistas são as casas da poeta Cora Coralina e a da pintora Goiandira do Couto que retratava as paisagens goiana utilizando areia retirada da Serra Dourada.

Goyaz, reconhecida como Patrimônio Histórico da Humanidade, é um local que se destaca por sua rica cultura e tradições. Sua culinária típica é composta por pratos emblemáticos, como o arroz com pequi, empadão goiano, bolo de arroz, pastelinhos, licores e doces cristalizados, sendo que alguns já foram elevados à condição de patrimônio.

As festas religiosas desempenham um papel significativo na comunidade, como a Procissão do Fogaréu durante a Semana Santa, recriando o período da Inquisição; e o carnaval em fevereiro, com desfiles das escolas de samba ao longo da avenida beira rio. Eventos culturais, como a Festa do Divino,⁶ o Festival Gastronômico, o Festival de Artes de Goiás e os Saraus, enriquecem o cenário cultural ao longo do ano.

⁶ As casas são tomadas, uma vez ao ano, pelos Foliões do Divino Espírito Santo, que percorrem seus cômodos portando a coroa, cetro, bandeiras e salva: todos símbolos cruciais da Folia e da Festa do Divino Espírito Santo¹⁹. Junto dos foliões está a Banda do 6 Batalhão da Polícia Militar, com repertório de marchinhas, boleros, música clássica e sacra. Comida, bebida, oração e música alimentam a sociabilidade que une centro histórico, área de entorno e periferia. De casa em casa, de rua em rua, os foliões vão recordando o espaço enquanto costuram as trocas sociais que nele se dão. Corte e cerzido, são partes do trabalho de tecer a sociabilidade sustentada pelas práticas culturais, algumas delas patrimoniais (Tamaso, 2015, p. 174).

O artesanato, profundamente enraizado na história da cidade, destaca-se pela tradição artística na cerâmica, transmitida de geração em geração, uma herança indígena e da população negra descendente de pessoas que foram escravizadas na região. Os alfenins, doces tradicionais de polvilho e açúcar, são apreciados em toda a cidade como uma iguaria típica. As obras do escultor Veiga Valle, considerado o maior escultor da região, adicionam ainda mais valor ao patrimônio cultural e artístico local, evidenciando a importância do artesanato na preservação das tradições culturais.

A cidade de Goyaz está situada aos pés da Serra Dourada, envolta por morros verdes e atravessada por diversos cursos d'água. Dotada de uma vegetação cerratense diversificada, a cidade se estende por áreas que compreendem florestas, cerrados e campos. O clima predominante é seco, com uma média anual de temperatura de 23°C, a cidade abrange uma extensa área de 3.108 km² e, conforme dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, contava com uma população estimada de 24.071 habitantes. Fundada em virtude da descoberta das minas auríferas, Goyaz está assentada em um terreno acidentado, às margens do Rio Vermelho (Borges, 2010).

Além disso, a cidade desempenhou um papel político relevante no contexto da história brasileira. Foi a capital de Goiás até a transferência da capital para Goiânia, no início do século XX. Sua importância como centro administrativo e cultural moldou não apenas a história da região, mas também contribuiu para aspectos da história política e social do Brasil. O declínio da produção de ouro na região, no final do período colonial, trouxe mudanças significativas para a cidade.

1.7.1 O Rio que virou trincheira: Águas Vermelhas em Goyaz (chegada das pessoas escravizadas em Goyaz)

A chegada de pessoas escravizadas ao interior do Brasil, especialmente à região de Goyaz, seguiu as trilhas abertas pela exploração do ouro, mas também foi marcada por sangue, sofrimento e resistência. O Rio Vermelho, que corta a cidade de Goyaz, não é apenas um acidente geográfico: é testemunha histórica do tráfico interno

e da violência racial que estruturaram a formação da antiga capital. Segundo Gomes (2019), após a decadência do ciclo do ouro em Minas Gerais, milhares de africanos escravizados foram enviados para Goyaz, muitos deles atravessando o sertão em marchas forçadas que duravam semanas. Ao chegarem, eram lavados no leito do Rio Vermelho, em rituais violentos de purificação e batismo cristão forçado. O historiador João José Reis (2003) reforça que esse batismo compulsório era parte de uma lógica de dominação que visava apagar a identidade africana e impor uma nova subjetividade colonizada.

Segundo Lemke (2012, p. 43), nem só de ouro viviam os governadores durante o período da mineração em Goyaz; o lucrativo comércio de pessoas escravizadas configurava uma prática recorrente, mesmo diante das proibições oficiais impostas pela Coroa. Há registros de que, em apenas um mês, aproximadamente setecentas pessoas negras teriam sido trazidas à capitania pelo porto de Salvador, possivelmente sob a responsabilidade do Conde de São Miguel. Apesar da dificuldade de confirmação da veracidade precisa dessas denúncias, os relatos possuíam algum fundamento, especialmente considerando a exaustão do ouro de aluvião nas proximidades de Vila Boa e as frequentes apropriações indevidas de recursos públicos pelos camaristas.

A pressão econômica sobre a população mineradora, conforme destacado por Lemke (2012, p. 44), também evidenciava as tensões sociais da época. O ouvidor-geral Manuel Antunes da Fonseca relatava que os impostos pesados, como a capitação, e as benesses excessivas cobradas pelos padres contribuíam para que muitos mineradores vivessem em situação de extrema pobreza. Esse contexto revela que a mineração não era apenas uma atividade econômica, mas um espaço de intensas disputas pelo controle de recursos e pela exploração da mão de obra, onde o tráfico de pessoas escravizadas desempenhava papel central.

A chegada de pessoas escravizadas advindas da Bahia, sobretudo de Salvador, marcou profundamente a configuração social de Vila Boa, contribuindo para a consolidação de uma população urbana diversificada, porém submetida a condições de extrema exploração. Essa movimentação populacional, articulada ao comércio de diamantes e ouro, evidencia como a capitania de Goyaz se inseria em circuitos econômicos mais amplos, conectados às estratégias coloniais de controle territorial e de maximização do lucro a partir da mão de obra forçada (Lemke, 2012).

Além disso, a exploração clandestina de diamantes, antes da autorização oficial da Coroa em 1801, demonstra como os interesses privados e as decisões administrativas locais frequentemente se sobreponham às normas oficiais, criando um cenário de legalidade flexível e práticas que privilegiavam o enriquecimento de poucos em detrimento do sofrimento de muitos. Nesse contexto, o cotidiano urbano de Vila Boa e as relações sociais estabelecidas entre governadores, camaristas, mineradores livres e pessoas escravizadas refletem a complexidade do sistema colonial e a centralidade da escravidão na sustentação econômica da capitania (Lemke, 2012, p. 43-44).

A análise de Lemke (2012) permite compreender que a mineração em Goyaz não se limitava à extração de metais preciosos, mas envolvia um conjunto de relações sociais e políticas complexas, fortemente marcadas pelo tráfico de pessoas escravizadas, pelas disputas pelo controle econômico e pela organização urbana de Vila Boa. A integração desses elementos históricos oferece uma visão abrangente do impacto da escravidão na estrutura social e econômica da capitania, possibilitando reflexões sobre os efeitos de longo prazo dessas práticas na formação das comunidades locais.

Já o sociólogo Paul Gilroy (2001) nos lembra que o Atlântico não foi apenas um oceano de travessia, mas um “espaço de dor, dispersão e criação forçada de uma nova cultura” (Gilroy, 2001, p. 28). A cidade de Goyaz, cravada no coração do Brasil, é uma prova viva dessa história: o sangue derramado no Rio Vermelho tingiu suas águas, tornando-o trincheira simbólica de um povo que, mesmo escravizado, jamais se resignou. A historiadora Lilia Schwarcz (2002) aponta que a violência da escravidão era repetida em cada canto da paisagem colonial, desde os caminhos abertos a facão por mãos negras, aos rios usados para transportar e castigar. No caso de Goyaz, o Rio Vermelho foi o palco silencioso de inúmeros abusos e rituais de imposição. Um viajante francês que passou pela região no século XIX registrou que:

As águas do rio onde os negros eram banhados pareciam tingidas de ferrugem. Mas não era o solo. Era o sangue. Às margens, via-se o horror do que chamavam ‘preparação para o trabalho’: homens acorrentados, mulheres chorando e crianças gritando, todas submersas numa espécie de batismo cruel” (apud SCHWARCZ, 2002, p. 173).

A imagem do Rio Vermelho como um espaço de memória da violência colonial

reforça a importância de reconhecer essas histórias silenciadas. O nome “Águas Vermelhas” passa a ser não apenas geográfico, mas simbólico: as águas correram vermelhas de dor, mas também de resistência. Como afirma Gilroy (2001, p. 43), “a memória negra não é um arquivo morto, mas um corpo vivo de lutas que se recusam a ser esquecidas”, evidenciando que essas memórias não pertencem ao passado encerrado, mas se mantêm ativas nas práticas e reivindicações contemporâneas de justiça e pertencimento.

1.7.2 Patrimônio da humanidade ou negócio local? Entre o turismo e a gentrificação

A historiografia sobre o patrimônio cultural da cidade de Goyaz aponta que as mudanças estruturais provocadas pela transferência da capital para Goiânia impulsionaram processos de preservação e reinterpretaram tradições locais como elementos centrais da identidade urbana. Nesse contexto, obras como Cartografia de Goiás – patrimônio, festa e memórias de Keley Cristina Carneiro analisam como a preservação do “pedra e cal” e a (re)invenção de rituais, sobretudo a Procissão do Fogaréu, foram mobilizadas para reforçar a imagem patrimonial da antiga capital. A autora evidencia que tais tradições não apenas incorporaram valores turísticos e simbólicos, mas também expressaram tensões entre narrativas oficiais e vozes dissidentes da população local, mostrando como as práticas culturais podem ser (re)significadas a partir de disputas identitárias e políticas públicas de patrimonialização.

A preservação do patrimônio material e imaterial da cidade de Goyaz, particularmente após a transferência da capital para Goiânia, configura-se como um processo que envolve não apenas medidas técnicas de conservação, mas também negociações simbólicas sobre memória, identidade e pertencimento. Nesse sentido, a (re)invenção de rituais religiosos e festivos, como a Procissão do Fogaréu, são estratégias centrais para a manutenção da visibilidade cultural da cidade. A autora argumenta que essas práticas, embora muitas vezes apresentadas pelas políticas públicas e órgãos de turismo como elementos de valorização patrimonial e econômica, também carregam camadas de significados afetivos e sociais para os moradores,

articulando tradição e contemporaneidade. Além disso, Carneiro evidencia que a patrimonialização nem sempre reflete consensos, revelando conflitos entre a narrativa oficial e as experiências cotidianas dos habitantes, que podem sentir-se marginalizados ou deslocados em relação a tais representações culturais. Assim, o estudo reforça a ideia de que a preservação do “pedra e cal” e a visibilidade de festividades locais não apenas preservam memórias do passado, mas também permitem compreender como o patrimônio é continuamente (re)negociado, assumindo múltiplas funções (turística, educativa, simbólica e política) e sendo incorporado às disputas identitárias que definem a relação entre população e cidade histórica.

O processo de patrimonialização começou a ganhar força com a conscientização sobre a importância de conservar esses elementos históricos. As políticas de preservação foram disposições para garantir a proteção e manutenção desses tesouros históricos e culturais para as futuras gerações. Restaurações criteriosas foram realizadas em edifícios históricos, promovendo a conservação da integridade arquitetônica e a preservação dos monumentos.

Segundo Tamaso (2015), no ano de 1999, Goyaz submeteu à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) um Dossiê visando a inclusão da cidade na lista de Patrimônios Mundiais. Naquele período, o patrimônio estava se tornando um ideal para muitas cidades, refletindo a tendência global do final do século XX. A autora informa que a mudança da capital de Goyaz para Goiânia, em 1937, resultou em um período de estagnação econômica na cidade. No entanto, o desejo dos habitantes locais de resgatar a centralidade perdida após essa mudança contribuiu para a preservação da arquitetura e da malha urbana com características coloniais. A partir da década de 50, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com o apoio de parte da elite cultural, iniciou o processo de tombamento da cidade, conhecido como Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goyaz (Tamaso, 2015).

O IPHAN tombou parte da área urbana em diferentes momentos, expandindo a área protegida nos anos 50, em 1978 e em 2004 (Tamaso, 2015, p. 167). Essas ações limitaram os direitos de propriedade dos moradores, conforme estabelecido por decretos e portarias governamentais. Enquanto o IPHAN e a elite cultural local focavam na preservação arquitetônica, os habitantes locais, filhos de Goyaz e agentes culturais preservavam tradições festivas e religiosas. Essas tradições foram

incorporadas ao Dossiê enviado à UNESCO, representando o patrimônio cultural da cidade (Tamaso, 2015). A autora também destaca a inter-animação entre os bens materiais e imateriais, públicos e privados, religiosos e profanos, demonstrando a complexidade do sistema patrimonial de Goyaz. A música, em particular, desempenha um papel central, permeando todos os aspectos da vida na cidade. O texto destaca a interação dinâmica entre o sistema patrimonial local e o oficial, influenciados por mudanças globais nas políticas de preservação do patrimônio, em que:

[...] além de lugares onde as histórias e o passado das famílias estão encerrados, as casas em Goiás são índices de poder, prestígio e antiguidade. A estes valores se somaram ao casario de Goiás os valores histórico, estético e arqueológico atribuídos pelo IPHAN, em nível nacional e pela UNESCO em nível mundial (Tamaso, 2015, p. 173).

Além disso, medidas urbanísticas foram inovadoras para equilibrar o desenvolvimento moderno com a conservação do patrimônio histórico, garantindo que a cidade mantenha sua identidade única. As regulamentações foram condicionantes para preservar a estética e a modernidade das construções, reforçando e a importância cultural da cidade. As políticas de preservação têm sido fundamentais para manter viva essa parte importante da história do Brasil, garantindo que as gerações futuras possam apreciar e aprender com esse período significativo de desenvolvimento econômico e social na região. Dessa forma:

[...] a Cidade de Goiás é caracterizada por uma sequência de casas e/ou construções que se perfilam sem intervalo entre uma e outra de tal modo que a parede da sala de uma construção é a mesma parede da sala do vizinho. São as chamadas “paredemeia”, em que um proprietário divide a parede com outro (Silva, 2010, p. 453).

De acordo com Coelho (1996), ao estudar a arquitetura de Goyaz, é possível notarmos a influência do modelo tradicional português, que se destaca pela simplicidade dos materiais utilizados. Essa característica diferencia a cidade de outras regiões de mineração da colônia, “a arquitetura vilaboense não é barroca como a de Ouro Preto. Em Goiás, há apenas traços desse estilo, que muitas vezes apresentavam construções mais elaboradas” (Silva, 2010, p. 464). Esse aspecto é uma característica própria da cidade, que a distingue de outras localidades do mesmo período histórico. Essa arquitetura tradicional e peculiar confere um charme especial à Goyaz, proporcionando uma experiência única aos visitantes que podem apreciar o legado histórico e cultural que se preserva até os dias atuais, um dos diversos monumentos

que servem como exemplo é a Casa de Câmara e Cadeia:

Na Cidade de Goiás, a antiga Casa de Câmara e Cadeia, hoje Museu das Bandeiras, localiza-se na parte mais alta do Largo do Chafariz. O projeto dessa construção seguiu o padrão proposto pela matriz colonizadora: o rigor da simetria, a sobriedade compositiva, a volumetria horizontal, as planimetrias com base quadrada, retangulares ou com planta central. Se observarmos as Casas de Câmara e Cadeia de outras cidades históricas do Brasil, perceberemos semelhanças na composição delas (Silva, 2010, p. 458).

A patrimonialização não se concentra apenas na preservação física, mas também na promoção do turismo cultural responsável para a visitação desses espaços. A cidade se tornou um destino atraente para visitantes que procuram saber mais a respeito da história do Brasil. Eventos culturais, festivais e iniciativas educativas foram desenvolvidos para destacar a importância histórica da cidade e envolver a comunidade local e os visitantes na valorização desse patrimônio. Assim, o processo de patrimonialização da cidade de Goyaz representa um compromisso constante com a preservação, valorização e promoção de sua história, arquitetura e cultura, garantindo que a cidade continue a ser um testemunho vivo do patrimônio brasileiro. Esses esforços abrangem diversas frentes, desde políticas de preservação até ações culturais e educativas.

No âmbito das políticas de preservação, uma série de medidas foi adotada para garantir a conservação dos elementos modernos e culturais que remontam ao período colonial. Restaurações criteriosas foram realizadas em lojas, casas, ruas de pedra e demais construções históricas, respeitando suas peculiaridades e características exclusivas. Esse cuidado minucioso não apenas mantém a integridade arquitetônica, mas também preserva a atmosfera e a identidade única de Goyaz. Além disso, as regulamentações urbanísticas foram condicionais para equilibrar o desenvolvimento contemporâneo com a conservação do patrimônio colonial. Essas regulamentações visam preservar a estética e a harmonia visual da cidade, garantindo que novas construções ou intervenções urbanas respeitem a história e a identidade cultural da região.

1.7.3 O impacto controverso da UNESCO em Goyaz: Beleza superficial e conflitos invisíveis

O patrimônio quase que como um todo, encontra-se em perfeito estado de conservação, a cidade ainda guarda muitas histórias e um casario colonial autêntico. A manutenção e conservação desse patrimônio são de responsabilidade da Prefeitura Municipal, Estado e União, sob a fiscalização da UNESCO, que concedeu à cidade o título de Patrimônio da Humanidade em 27 de junho de 2001.

Conforme mencionado por Silva (2019, p. 34), antes da criação da UNESCO, não havia convenções atendidas que abrangessem especificamente a proteção de bens culturais, o que significava que não havia um plano definido para garantir a preservação desses patrimônios. A fundação levou ao estabelecimento de convenções destinadas a regulamentar obrigações legais internacionais, com o propósito de executar medidas de proteção em relação aos bens culturais.

Essas convenções recomendavam a cooperação cultural promovida pela UNESCO e refletiam uma orientação política internacional derivada do próprio Tratado de Constituição da Organização. Elas buscavam medidas administrativas, técnicas, científicas, jurídicas e outras para influenciar o desenvolvimento de práticas de conservação, proteção de vestígios arqueológicos, preservação de lugares e paisagens com valor estético, além da definição de bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país (Silva, 2019).

Para os países que reconheciam a validade dessas convenções, a Convenção de 1972 impunha uma série de obrigações que visavam a proteção, conservação, valorização e transmissão do patrimônio cultural para as gerações futuras, criando um senso de pertencimento compartilhado pela comunidade global. Com esse objetivo, a Convenção buscava contribuir para a proteção do patrimônio cultural e natural em nível mundial, protegendo-o da degradação ambiental e do rápido avanço do desenvolvimento econômico e social, que poderia levar à destruição das heranças deixadas pelas gerações passadas (Silva, 2019).

Além disso, Silva (2019, p. 34) também destaca que a Convenção de 1972 preconizava a proteção de três categorias de bens culturais: os monumentos, os

conjuntos e os lugares notáveis. Os monumentos englobam obras arquitetônicas, esculturas, pinturas, inscrições, cavernas e conjuntos de elementos de valor excepcionais para a história, arte ou ciência; os conjuntos são grupos de construções isoladas ou reunidas, cuja arquitetura, unidade ou integração na paisagem tenham valor excepcional do ponto de vista histórico, artístico ou científico; e os lugares notáveis são obras do homem ou combinações do homem e da natureza, bem como zonas arqueológicas, que tenham valor universal excepcional histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Segundo Bo (2003, p. 79), a definição adotada pela UNESCO engloba elementos que tradicionalmente estão associados ao conceito de patrimônio intangível, abrangendo desde artesanato popular e danças até todas as formas de conhecimento e práticas culturalmente transmitidas dentro das comunidades. Essa definição resulta de uma reavaliação realizada no campo das ciências humanas, especialmente na antropologia e nos estudos multiculturais, que examina as tradições culturais populares e sua transmissão. Esse processo influenciou significativamente quase meio século de debates na UNESCO. O relato apresentado a seguir explora as consequências institucionais dessa discussão, enfocando especialmente a separação progressiva entre as questões gerais relacionadas ao folclore e os aspectos da propriedade intelectual a ele associados.

Ao desvincular o aspecto da propriedade intelectual, que anteriormente representava um entrave ao desenvolvimento do tema, a UNESCO possibilitou a adoção de uma abordagem interdisciplinar no âmbito do patrimônio intangível. Essa transição permitiu à organização eleger seis áreas prioritárias para suas iniciativas: definição, identificação, conservação, preservação, disseminação e proteção (Bo, 2003). Essas prioridades refletem o compromisso da UNESCO em enfrentar os desafios complexos relacionados ao patrimônio cultural imaterial, demonstrando uma abordagem abrangente que abarca desde a conceituação até a salvaguarda efetiva desses elementos culturais significativos.

Com base no estudo de caso sobre a ocupação territorial brasileira pelos portugueses, com foco na formação dos primeiros povoados e cidades, bem como na influência eurocentrista que moldou a arquitetura desses lugares, é possível traçar importantes conclusões. A análise bibliográfica revela um percurso histórico significativo, cujos desdobramentos se refletem na atualidade, especialmente no

contexto da patrimonialização de cidades brasileiras, seguindo padrões europeus, e na inclusão de algumas delas na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade da UNESCO. A pesquisa aprofundada nos permitiu entender como a ocupação territorial se converteu em núcleos urbanos e, posteriormente, em cidades que preservam, até hoje, as marcas da colonização portuguesa. A eurocentricidade na formação desses espaços revela não apenas a influência arquitetônica, mas também os critérios que nortearam a preservação histórica e cultural dessas localidades.

Assim, Goyaz emerge como um ponto focal no estudo. A análise dos critérios estabelecidos pela UNESCO para a preservação do acervo arquitetônico revela uma relação intrínseca com as características históricas e culturais que moldaram sua formação. O reconhecimento internacional atesta não apenas a singularidade da cidade, mas também a importância de seu patrimônio para a compreensão da história e da diversidade cultural brasileira.

O processo de patrimonialização da cidade de Goyaz, ao se comprometer com a preservação dos espaços físicos e a valorização de suas histórias, cultura e identidades locais, não apenas resguarda o passado, mas também lança luz sobre as dinâmicas sociais que moldaram sua trajetória. Ao reconhecer a cidade como um testemunho vivo de um passado marcado pela desigualdade social, não podemos ignorar as tensões e conflitos que persistem na conjuntura contemporânea. A frase de Milton Santos apud Castro⁷, sobre a divisão das duas classes, as do que não comem e a dos que não dormem com medo da revolução dos que não comem, ecoa como um lembrete contundente das disparidades que continuam a afetar a cidade patrimônio, dividindo-a entre aqueles que têm acesso aos recursos e aqueles que vivem à margem, perpetuando um ciclo de desigualdade e exclusão.

Com uma população total de 24.071 pessoas, segundo dados do IBGE⁸, a cidade de Goyaz revela também uma diversidade étnico-racial marcante. A maioria da população, 12.693 pessoas, se autodeclara parda. É importante ressaltar que grande parte desses pardos também se identifica como negra, refletindo a herança histórica da escravidão e a complexidade do racismo estrutural na região. Além disso, 8.005

⁷ SANTOS, Milton apud CASTRO, Josué de. *O mundo é dividido entre duas classes: as que não comem e a dos que não dormem com medo da revolta dos que não comem.* In: *Geografia da fome.* 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 91.

⁸ IBGE 2022; <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goias/historico>

pessoas se identificam como brancas, 3.180 como pretas, 160 como indígenas e 33 como amarelas.

Essa predominância da população parda, que também abarca uma considerável parcela negra, reflete não apenas a miscigenação cultural, mas também as marcas profundas deixadas pela história da escravidão no Brasil. Apesar de ser reconhecida por seu rico patrimônio histórico, a cidade de Goyaz também enfrenta desafios relacionados ao racismo estrutural, que continuam a afetar a vida de muitos de seus habitantes.

1.7.4 Patrimônio, Racismo e Exclusão: O quilombo urbano e as pessoas negras em situação de rua em Goyaz

Goyaz é marcada por uma contradição evidente entre a valorização de sua arquitetura colonial e a exclusão social que atravessa territórios negros e periféricos. Enquanto o Centro Histórico é amplamente celebrado como símbolo da identidade goiana, bairros como Alto Santana, Capim e Santa Bárbara, onde se localiza o Quilombo Urbano Alto Santana, reconhecido pela Fundação Palmares, permanecem invisibilizados pelas políticas culturais e turísticas. Tal cenário evidencia a manutenção de uma lógica patrimonial seletiva, que privilegia a memória branca e colonial em detrimento das experiências negras, quilombolas e da população em situação de rua que transita por esses espaços.

Segundo Milton Santos (2000, p. 92), “o espaço urbano é um artefato das relações de poder”. Na cidade de Goyaz, essas relações manifestam-se por meio de um urbanismo excludente, que estrutura a cidade com base na segregação racial e territorial. Essa lógica de exclusão se materializa, de forma evidente na GO-070, rodovia que corta a cidade e funciona como uma barreira física e simbólica entre o centro turístico e os bairros historicamente racializados.

Durante o período colonial, essa separação era representada pelo Rio Vermelho. As pessoas escravizadas eram expulsas para “o outro lado do rio”, como ainda se diz popularmente, enquanto os casarões do “lado de cá” abrigavam a elite

branca e coronelista. Atualmente, a herança dessa organização socioespacial persiste. A ausência de passarelas e a precariedade da travessia, restrita a uma única faixa de pedestre, implantada recentemente, dificultam o acesso dessa população ao centro da cidade.

Dessa forma, a mobilidade urbana, que deveria garantir o direito de circulação, converte-se em mais um instrumento de exclusão social, reforçando as desigualdades históricas e territoriais que marcam a paisagem de Goyaz.

Essa barreira não é apenas física, mas também política. O Centro Histórico recebe constante investimento em conservação, segurança e infraestrutura, enquanto os bairros quilombolas enfrentam abandono, ausência de políticas públicas e estigmatização. Como afirma Gonçalves (2016), quilombos urbanos são territórios de resistência, mas também de abandono planejado pelo Estado. Ao mesmo tempo, muitos dos indivíduos em situação de rua que ocupam o centro da cidade têm origem nesses bairros periféricos, sendo empurrados à rua pela falta de oportunidades, racismo institucional e desigualdade estrutural.

Nesse contexto, a cidade passa a operar segundo uma lógica de valorização do que é considerado patrimônio, neste caso, a estética colonial; e de descarte do que é visto como problema social, sendo as pessoas negras empobrecidas e em situação de rua. Como aponta Alves (2018), a racialização da pobreza faz com que o corpo negro na rua seja visto como um estorvo, não como um sujeito de direitos. Essa lógica se manifesta em políticas de remoção, higienização urbana e perseguição policial, que atuam diretamente na expulsão desses corpos dos espaços centrais.

A ausência do Quilombo Urbano nos roteiros turísticos de Goyaz é, portanto, reveladora. Essa invisibilidade patrimonial não decorre da falta de relevância histórica, mas da negação institucional de reconhecer como patrimônio aquilo que remete à história negra. A patrimonialização em Goyaz se mostra como um processo seletivo e racializado, que celebra o passado colonial e branco, ao mesmo tempo em que apaga as contribuições negras para a formação da cidade e criminaliza seus descendentes.

Além disso, a presença do rio que separa o centro do “outro lado da cidade” atua como fronteira simbólica. A geografia da cidade reforça a exclusão: de um lado, o patrimônio protegido; do outro, os territórios esquecidos. Rolnik (2015) aponta que o urbanismo contemporâneo opera como um campo de disputa política pelo direito à

memória, ao território e à permanência. Em Goyaz, essa disputa é evidente quando a cidade é estruturada para celebrar determinadas narrativas enquanto silencia outras especialmente aquelas que envolvem resistência negra, pobreza e exclusão.

A luta pelo reconhecimento do Quilombo Urbano, por mobilidade, segurança, por políticas públicas que respeitem a dignidade das pessoas negras em situação de rua é, portanto, uma luta pelo direito à cidade e à memória. É necessário compreendermos que a exclusão dessas populações não é um desvio do projeto urbano, mas parte estrutural dele. Enquanto não houver políticas que reconheçam o patrimônio negro como parte legítima da história local, Goyaz continuará sendo uma cidade dividida, onde a colonialidade organiza tanto o espaço quanto a memória.

O Capítulo 2 analisa a discriminação racial no âmbito do patrimônio cultural da cidade de Goyaz (GO), evidenciando que os processos de patrimonialização não são neutros, mas historicamente associados à exclusão da população negra, em especial das pessoas negras em situação de rua. O capítulo demonstra que a cidade patrimonializada é atravessada por heranças coloniais e escravocratas que continuam a estruturar o uso, a ocupação e o controle do espaço urbano, produzindo uma lógica de pertencimento seletivo que privilegia determinadas narrativas históricas e estéticas. Nesse contexto, a presença de pessoas negras em situação de rua nos espaços patrimonializados explica desigualdades raciais persistentes, uma vez que seus corpos são frequentemente tratados como incompatíveis com o projeto turístico e simbólico da cidade histórica. A análise evidencia que o racismo atua como elemento estruturante das práticas patrimoniais, produzindo apagamentos e silenciamentos das memórias negras e operando por meio de políticas urbanas e patrimoniais que promovem higienização, remoção e controle dos corpos considerados indesejáveis. Ao final, o capítulo reafirma a necessidade de uma leitura crítica do patrimônio cultural, reconhecendo que a exclusão das pessoas negras em situação de rua constitui parte integrante do modelo de patrimonialização vigente em Goyaz, e não uma exceção.

2 DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO ÂMBITO DO PATRIMÔNIO

A presença da população negra em situação de rua nos espaços patrimonializados da cidade de Goyaz (GO) evidência, de forma concreta, as persistentes desigualdades raciais e sociais que estruturam o tecido urbano brasileiro. A cidade patrimônio é marcada por um passado colonial e escravocrata que se reflete nas formas atuais de ocupação e uso do espaço urbano patrimonializado.

Nesse cenário, é fundamental problematizar a quem serve o patrimônio e quem, de fato, é incluído nas dinâmicas de valorização e preservação desses bens culturais. Este capítulo se propõe a discutir como o racismo estrutural se manifesta nas políticas de patrimonialização e como a exclusão racial opera no cotidiano da população negra em situação de rua, especialmente no centro histórico tombado na cidade de Goyaz, revelando tensões entre memória, pertencimento e sobrevivência.

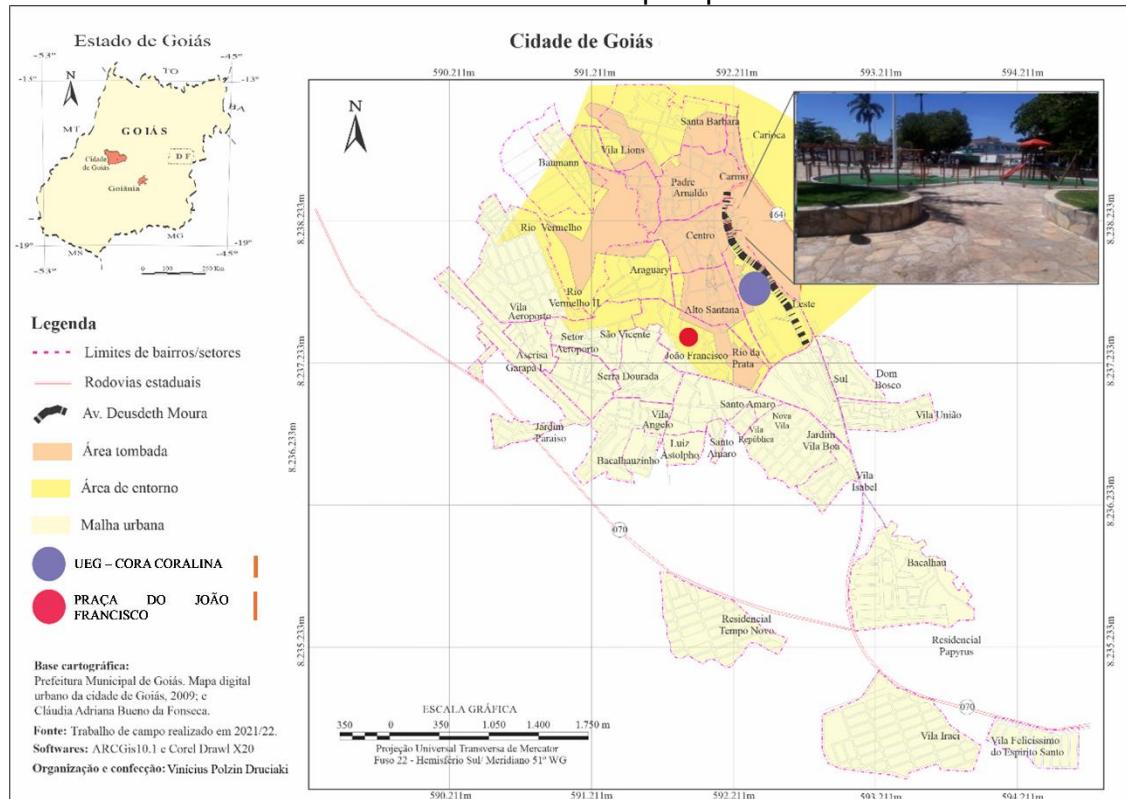
A pesquisa consiste em uma abordagem qualquantitativa, com base na realização de entrevistas semiestruturadas, considerando a necessidade de captar não apenas dados objetivos, mas também as subjetividades, sentimentos e experiências dos entrevistados. A escolha por entrevistas semiestruturadas se justifica pela flexibilidade que essa técnica oferece, permitindo que as falas fluam de forma espontânea e que os sujeitos abordem temas relevantes a partir de seus próprios referenciais culturais, sociais e afetivos. Trata-se, portanto, de uma metodologia centrada no protagonismo dos sujeitos, em consonância com a perspectiva da pesquisa-intervenção e da escuta sensível.

As entrevistas foram realizadas majoritariamente aos sábados, ao longo de um ano de trabalho de campo. Esse período foi escolhido estratégicamente, pois é quando as pessoas em situação de rua se reúnem em pontos específicos da cidade, especialmente na praça do João Francisco e na ponte do Rio Vermelho próximo ao Mercado Municipal, para receber doações da ONG Ação do Bem. Esses momentos de encontro, socialização e cuidado coletivo se mostraram propícios para a escuta e o diálogo, proporcionando um ambiente harmônico onde as entrevistas ocorreram de forma espontânea e dialógica.

Com o objetivo de situar espacialmente o território da pesquisa, apresenta-se,

a seguir, a cartografia utilizada como referência para a análise. Inicialmente, é apresentado um mapa de menor escala, que localiza o município de Goyaz no contexto do estado de Goiás, permitindo compreender sua posição geográfica no território estadual. Em seguida, apresenta-se um mapa de maior escala da cidade de Goyaz, no qual estão destacados os principais bairros, setores e áreas de interesse da pesquisa, com ênfase nos espaços do centro histórico e nos pontos onde se concentra a população negra em situação de rua. A utilização desses mapas contribui para a compreensão das dinâmicas espaciais analisadas ao longo do trabalho, evidenciando a relação entre patrimonialização, organização urbana e desigualdades raciais.

Figura 1- Mapa da cidade de Goyaz com delimitação de bairros/setores e áreas de interesse da pesquisa



Fonte: DRUCIAKI (2022). Reorganização e destiques realizados pela autora (2025).

Figura 2 – Ponte sobre o Rio Vermelho, próximo ao Mercado Municipal, cidade de Goyaz: Local de concentração de pessoas em situação de rua no perímetro tombado

como patrimônio cultural.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022).

Figura 3 – Praça João Francisco, cidade de Goyaz: Espaço central de permanência de pessoas em situação de rua fora da zona de proteção patrimonial.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022).

As imagens acima evidenciam dois espaços centrais na dinâmica urbana da cidade de Goyaz (GO) em que se concentram pessoas em situação de rua. A Figura

1 retrata a ponte sobre o Rio Vermelho, nas imediações do Mercado Municipal, dentro da área reconhecida como patrimônio cultural, conforme o tombamento pelo IPHAN. Já a Figura 2 mostra a Praça João Francisco, situada fora da zona de proteção patrimonial, mas igualmente representativa para os grupos em situação de rua.

Essa distinção espacial entre o “centro patrimonializado” e as áreas periféricas, que também abrigam vivências significativas, aponta para a exclusão simbólica e territorial vivenciada por esses sujeitos. Apesar de ocuparem cotidianamente espaços importantes da cidade, suas presenças são invisibilizadas nos discursos oficiais de preservação e turismo cultural (Chuva, 2009; GOMES, 2022).

A presença constante dessas pessoas em espaços públicos, tanto dentro quanto fora da área tombada, revela o tensionamento entre o direito à cidade, o usufruto do espaço urbano e os projetos de valorização cultural que, frequentemente, operam de forma excludente. Como aponta Montero (2011), o patrimônio não é neutro, sendo atravessado por disputas de classe, raça e pertencimento.

A metodologia utilizada durante a pesquisa, adota uma abordagem qualitativa, por compreender que esse tipo de investigação é a mais adequada para acessar a complexidade das vivências, percepções e significados atribuídos pelos sujeitos à sua própria realidade. A pesquisa qualitativa não se preocupa com a quantificação dos dados, mas sim com a intensidade dos fenômenos e com a busca por compreender suas singularidades, sentidos e significados. Trata-se de um olhar atento para a “dimensão sociocultural que se expressa por meio de crenças, valores, opiniões, representações, formas de relação, simbologias, usos, costumes, comportamentos e práticas” (Minayo, 2017, p. 2).

Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa é um instrumento potente para dar visibilidade às experiências de sujeitos socialmente invisibilizados, como é o caso das pessoas em situação de rua. Para isso, foi necessário o emprego de uma metodologia sensível, que respeitasse a singularidade dessas trajetórias e o contexto em que estão inseridas. O processo metodológico adotado para a coleta e análise dos dados seguiu três etapas principais: pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista.

Na etapa prévia às entrevistas, foram realizadas ações preparatórias fundamentais. Primeiramente, foi realizada a escolha dos entrevistados, considerando os critérios de tempo em situação de rua, circulação no centro histórico da cidade e

envolvimento com espaços patrimoniais formais ou informais. Em seguida, buscou-se conhecer o contexto local, o histórico da presença dessas pessoas nos espaços públicos da cidade e os conflitos relacionados ao patrimônio. Com base nesse levantamento, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada, contemplando perguntas abertas organizadas em torno de eixos temáticos. Também foi definida a logística da realização das entrevistas, incluindo a escolha de locais seguros e confortáveis para os entrevistados, a preparação dos equipamentos tecnológicos (gravadores, celulares com boa captação de áudio), bem como a realização de ensaio prévio para testar a fluidez do roteiro e o funcionamento dos aparelhos.

A etapa da entrevista foi conduzida por meio de uma abordagem semiestruturada, caracterizada pela combinação entre perguntas previamente elaboradas e a possibilidade de explorar temas emergentes durante a conversa. Segundo Gil (2008), a entrevista semiestruturada permite ao entrevistador certa liberdade para aprofundar aspectos que surgem espontaneamente, sem perder o foco do objeto investigado. A entrevista, nesse formato, é uma técnica que visa obter informações mais ricas e subjetivas, acessíveis apenas por meio da comunicação verbal e da escuta ativa. Lakatos e Marconi (2017) reforçam que esse instrumento é valioso para captar elementos que só podem ser revelados na interação direta entre entrevistador e entrevistado.

A entrevista é, ainda, um processo de interação social, em que o pesquisador precisa estabelecer uma relação de confiança com o entrevistado. Duarte (2004) ressalta que, apesar de haver críticas sobre a suposta subjetividade excessiva da entrevista qualitativa, principalmente em formatos abertos ou semiestruturados, essa técnica, quando aplicada com rigor e fundamentação teórica, é profundamente eficaz.

De fato, como afirmam Bogdan e Biklen (2013), boas entrevistas são aquelas em que os participantes se sentem à vontade para falar livremente, sendo o papel do pesquisador garantir que os sujeitos compreendam o objetivo da pesquisa e se sintam seguros quanto ao uso das informações compartilhadas. No início de cada entrevista, foi apresentada uma breve explicação sobre os propósitos da pesquisa, garantindo a confidencialidade das falas e solicitando autorização para a gravação dos áudios, conforme os princípios éticos da pesquisa com seres humanos.

Durante o processo de escuta, buscamos minimizar as perturbações do

ambiente de pesquisa, escolhendo locais mais calmos e protegidos, embora essa não seja uma realidade fácil de alcançar, quando se trata de sujeitos em situação de rua. Ainda assim, o acolhimento, o respeito à escuta e a valorização da fala foram princípios norteadores.

Na etapa pós-entrevista, os áudios foram transcritos fielmente, com pequenas edições apenas para facilitar a leitura e preservar a oralidade dos entrevistados. Essa transcrição foi a base para a análise dos dados, que seguiu os princípios da categorização temática. A categorização, conforme explicam Bogdan e Biklen (2013), é um processo central na análise de dados qualitativos, pois permite organizar grandes volumes de informação em unidades significativas, agrupando falas semelhantes por temas. Essa análise foi feita de forma iterativa, ou seja, com leituras sucessivas, até alcançar um grau de saturação dos dados, conforme propõe Minayo (2017).

Além disso, sempre que possível, buscamos a validação dos dados junto aos entrevistados, permitindo que eles confirmassem ou complementassem as informações fornecidas, como forma de assegurar fidelidade às suas narrativas. Por fim, os resultados foram socializados com a comunidade, por meio de atividades públicas e devolutivas coletivas, respeitando o compromisso ético com os sujeitos da pesquisa.

Assim, a metodologia adotada permitiu uma compreensão aprofundada das experiências de pessoas em situação de rua em relação ao patrimônio cultural da cidade. Ao reconhecer o valor das narrativas individuais e a densidade simbólica de seus relatos, a pesquisa buscou romper com o silenciamento estrutural que muitas vezes recai sobre essas populações. Com base em autores como Minayo (2001; 2017), Duarte (2004), Gil (2008), Lakatos e Marconi (2017), e Bogdan e Biklen (2013), defendemos aqui a legitimidade e a robustez da entrevista como técnica fundamental para o campo das ciências humanas e sociais.

A metodologia de tabulação e análise dos dados das entrevistas seguiu os princípios da categorização temática, conforme discutido por autores como Bogdan (2013), Duarte (2004), Gil (2008), Lakatos e Marconi (2017), e Minayo (2017; 2021). Para isso, foram estabelecidas três etapas metodológicas principais:

Levantamento de palavras-chave e categorização primária: A partir da

leitura bibliográfica sobre o tema desse trabalho, foram elencadas palavras e conceitos centrais que se relacionavam diretamente ao objetivo da pesquisa. As palavras selecionadas foram: *memória e afetividade, exclusão urbana e racial, patrimônio e pertencimento, sobrevivência e cotidiano nas ruas*. Tais palavras foram categorizadas de acordo com o grau de importância para a pesquisa.

Categorização secundária, por coerência cronológica e temática: Em um segundo momento, as palavras-chave foram reorganizadas de forma a permitir uma leitura mais fluida e coerente das entrevistas, partindo da materialidade do patrimônio para os aspectos subjetivos das vivências ali dispostas. Assim, a nova ordem foi: *patrimônio, exclusão urbana e racial, sobrevivência e cotidiano, memória e afetividade*.

Afunilamento e categorização final: Na etapa final, as categorias foram refinadas a partir da interseção entre os dados empíricos e os referenciais teóricos da pesquisa. Chegou-se, então, às categorias definitivas: *patrimônio, memória, exclusão urbana e racial, sobrevivência e cotidiano nas ruas e pertencimento*. Essa estrutura permitiu aprofundar a análise das falas a partir de suas dimensões simbólicas, afetivas e políticas, sem reduzir os sujeitos à sua condição de exclusão.

Como recurso complementar à análise qualitativa, utilizou-se também uma ferramenta digital *WordArt.com*, de geração de “nuvem de palavras”, com o objetivo de visualizar graficamente os termos mais recorrentes nas falas dos entrevistados. Esse instrumento possibilitou um olhar quantitativo inicial, servindo como subsídio para destacar os elementos mais presentes na experiência subjetiva dos participantes e suas relações com o espaço patrimonializado.

A metodologia adotada neste capítulo não apenas permitiu a escuta qualificada de sujeitos historicamente silenciados, mas também evidenciou os modos como a memória, o patrimônio e o pertencimento são vivenciados, ou negados, por aqueles que ocupam os espaços urbanos a partir das margens. Ao captar as múltiplas camadas que atravessam o cotidiano da população negra em situação de rua, foi possível construir uma análise que não dissocia a materialidade do patrimônio das relações de poder e exclusão que o estruturam.

As entrevistas realizadas com a coordenadora do CREAS tiveram caráter predominantemente quantitativo, visando à caracterização da população em situação

de rua com base nos dados sistematizados pelo órgão. Esse procedimento permitiu compreender aspectos gerais do fenômeno, como número de atendimentos, perfil etário, gênero, tempo de permanência nas ruas e principais demandas registradas. Embora esses dados ofereçam um panorama relevante para dimensionar a situação no município, é importante ressaltar que eles refletem apenas as pessoas que buscaram ou aceitaram atendimento institucional, não abrangendo, portanto, toda a complexidade da população em situação de rua. Dessa forma, os registros do CREAS foram utilizados como ponto de partida para a análise, em diálogo com as entrevistas qualitativas realizadas com os sujeitos em situação de rua, de modo a articular os números oficiais com as experiências, vozes e vivências cotidianas dessa população.

2.1 Caracterização da população em situação de rua

A tabela a seguir apresenta a caracterização demográfica dos entrevistados que participaram da pesquisa. Foram entrevistados oito indivíduos que se autodeclararam negros, pretos ou pardos, todos em situação de rua no município de Goyaz. A amostra é composta majoritariamente por homens adultos, com idades variando entre 29 e 72 anos, refletindo o perfil predominante da população em situação de rua na cidade.

Tabela 1 – Caracterização dos entrevistados em situação de rua na cidade de Goyaz (GO)

Entrevistado	Idade	Cor/Raça Autodeclarada	Naturalidade	Tempo de Residência em Goyaz	Situação de Rua	Escolaridade
Entrevistado 1	29 anos	Negro/Pardo	Roraima	4 anos	Sim	Alfabetizado; não concluiu o ensino médio.
Entrevistado 2	33 anos	Negro/Pardo	-	1 ano	Sim	Alfabetizado; não concluiu o ensino fundamental.
Entrevistado 3	43 anos	Negro/Pardo	cidade de Goyaz	-	Sim	Alfabetizado; ensino fundamental completo.
Entrevistado 4	47 anos	Negro/Preto	cidade de Goyaz	-	Sim	Alfabetizado; não concluiu

							o ensino fundamental.
Entrevistado 5	48 anos	Negro/Preto	Jussara	Desde os primeiros anos da infância.	Sim	Alfabetizado; não concluiu o ensino médio.	
Entrevistado 6	50 anos	Negro/Preto	cidade de Goyaz	-	Sim	Alfabetizado; não concluiu o ensino fundamental	
Entrevistado 7	-	Negro/Pardo	cidade de Goyaz	-	Sim	Alfabetizado; não concluiu o ensino fundamental.	
Entrevistado 8	72 anos	Negro/Preto	cidade de Goyaz	-	Sim	Não alfabetizado.	

Fonte: Organizado pela autora da pesquisa, 2025.

No que diz respeito à naturalidade, observamos que cinco entrevistados são naturais da própria cidade de Goyaz, enquanto os demais migraram de outras localidades: um de Roraima, um de Jussara (GO), e um cuja origem não foi especificada, mas que reside na cidade há cerca de um ano. É importante destacarmos que, embora nem todos sejam naturais do município, a maioria possui um vínculo territorial estabelecido, seja por tempo de permanência ou por relações afetivas construídas no local.

Quanto ao nível de escolaridade, todos os entrevistados relataram algum grau de alfabetização, com exceção de um deles, que se declarou não alfabetizado. Nenhum dos entrevistados concluiu o ensino médio, o que evidencia a precariedade no acesso e na permanência no sistema educacional formal, fator que contribui para a desigualdade social vivenciada por essa população. Alguns possuem o ensino fundamental incompleto, e apenas um declarou ter concluído essa etapa da educação básica.

A autodeclaração racial de todos os participantes reafirma o recorte étnico-racial desta pesquisa: quatro se identificam como negros/pardos e quatro como negro/preto. Tal dado reforça a centralidade da discussão sobre a intersecção entre racismo estrutural, pobreza e exclusão territorial. A presença dessas pessoas nos espaços patrimonializados da cidade não se dá de forma integrada, mas sim a partir de vivências de marginalização e invisibilização.

A partir da leitura e análise dos dados dispostos na tabela, podemos constatar

que a tabela evidencia portando não apenas a sistematização de informações básicas sobre os sujeitos da pesquisa, mas também ajuda a compreender o contexto social mais amplo em que estão inseridos, possibilitando a análise crítica das relações entre patrimônio, pertencimento e exclusão racial na cidade de Goyaz.

Tratando-se de grupos historicamente marginalizados e excluídos do contexto social em diferentes momentos, não surpreende que, no campo do patrimônio, o processo de reconhecimento também se mostre excludente. A valorização patrimonial, em grande medida, foi construída a partir da legitimação de bens arquitetônicos moldados segundo padrões europeus coloniais, associados à preservação de estruturas de pedra e cal, técnicas que, no Brasil do século XVIII, substituíram o pau-a-pique e o adobe, tornando-se expressão da riqueza oriunda da exploração do ouro e do trabalho escravo. Dessa forma, consolidaram-se padrões sociais ocidentais e elitistas que determinam quem ocupa, usufrui e representa tais espaços.

Márcia Chuva (2012) aborda em sua obra a relevância da síntese das três raças, o branco português, o indígena autóctone e o negro escravizado, na formação da identidade nacional no contexto brasileiro. Essa ideia, que remonta à construção histórica do país, destaca a influência e a coexistência das raças indígena, branca e negra. A liderança de arquitetos, engenheiros e formados em belas artes é associada a esse processo, em que a diversidade é percebida como um elemento essencial na construção da identidade cultural.

A autora explora também a importância dada à preservação de elementos coloniais, reconhecendo neles não apenas vestígios do passado, mas elementos que contribuem para a compreensão da complexidade e riqueza da formação brasileira. Essa perspectiva ressalta a interconexão entre história, arquitetura e arte na construção da identidade nacional brasileira, permanênci a ideia da síntese das três raças para a formação dessa identidade nacional e justificava a importância dada para a preservação de elementos coloniais (Chuva, 2012, p. 156).

A percepção de que o patrimônio é destinado apenas a certos grupos sociais é evidente nas falas dos entrevistados, que associam os espaços patrimoniais a práticas de exclusão. Essa percepção reforça o argumento de que a patrimonialização, quando conduzida por lógicas excludentes e eurocentradas, pode perpetuar violências

simbólicas e materiais contra populações que vivem em desigualdades sociais.

A Tabela 2 reúne fragmentos de falas de pessoas em situação de rua na cidade de Goyaz, colhidas ao longo da pesquisa, que expressam percepções, sentimentos e vivências relacionadas ao patrimônio cultural local. Com base nessas reflexões, apresentamos, a seguir, falas sobre o patrimônio da cidade que revelam como as pessoas em situação de rua se percebem e são excluídas desse universo simbólico e institucional.

Tabela 2 – Falas sobre Patrimônio

Entrevistados	Categoria: Patrimônio
Entrevistado 1	<p>– “Eu conheço ali a casa né, Cora né, mas nunca entrei desde quando eu cheguei aqui até hoje eu nunca coloquei nem meu pé lá dentro, nem no museu e nem na onde tem o negócio de cinema ali, o teatro, eu ainda num entrei não, mas tinha vontade.”</p> <p>– “Ah, eu tô esperando a hora certa é da igreja que tá abrindo ali na praça do coreto a catedral [...] eu fico curioso pra querer conhecer, abrir meu coração né e fazer uma oração... Em relação ao patrimônio, eu não vejo essa qualidade ainda em relação a ser ouvido.”</p>
Entrevistado 2	<p>– “Eu acho muito bom, tem que preservar que é uma história que merece ser valorizada, um povo que foi escravo sofrido que construiu a cidade e eles têm que ser lembrado.”</p> <p>– “Eles só explicam essas coisas de patrimônio e tudo nas escolas, pra gente na rua eles não explicam não.”</p>
Entrevistado 3	<p>– “Conheço as casas lá do centro mas nunca entrei não, não não não, uai eu num tenho contato mas se arrumar pra mim eu vou, tem que ser preservado as coisas nossa, mas direito ao patrimônio não, do jeito que eles faz aí não.”</p> <p>– “Nois não vai no carnaval, nois não vai em nada, nois não vai porque as pessoas não entende a gente, a gente não pode participar se a gente for eles bate na gente e tira a gente de lá.”</p>
Entrevistado 6	<p>– “Eu já trabalhei naquelas casas há muito tempo, por isso já entrei lá, trabalhei na casa de Cora Coralina. Se pudesse queria visitar lá porque eu conheci ela né viva né vi ela lá na janela então isso ai trás uma lembrança boa né, pena que eles mexeram modificaram de como que era...”</p> <p>– “Uai eu não acho que é bem agradável a preservação não, porque fica só naquele miolinho ali... você não manda nem na casa que você mora [...] Então eu acho isso uma palhaçada pra mim aqueles negócio de patrimônio não mudou em nada não.”</p> <p>– “Um lugar no centro histórico e especial é a igreja do Rosário, já fui várias vezes é muito bonito lá, e a igreja da catedral também... o mercado velho, que hoje lá só tem aquele chão assim, liso... eles</p>

	derrubou e fizeram aquele pátio... como que eles querem preservar, patrimônio histórico de quem se eles desmancharam o que tinha de histórico..."
Entrevistado 7	<p>– “Algumas história interessante sobre o patrimônio. Eu iria colocar um lugar que é histórico é histórico, baum é baum e ruim é ruim né então eu queria falar pra você e levar você na Igreja Nossa Senhora do Rosário, Igreja Nossa Senhora Aparecida, Catedral de Santana, Praça do Coreto e o antigo Canta Galo.”</p> <p>– “Nunca recebi nenhuma informação sobre o patrimônio, nada, e nem me convidou pra nada, nunca fez nada desse tipo.”</p>
Entrevistado 8	– “Conheço o centro histórico, as casinhas, nunca entrei dentro dos casarões, mas eu entrei dentro daquela casa lá, da Cora Coralina, aquela outra do lado de cá da ponte, a Casa de Pedra.”

Fonte: Organizado pela autora da pesquisa, 2025.

Alguns espaços patrimoniais da cidade de Goyaz, segundo o entrevistado 6, foram modificados ao longo do tempo, como é o caso do antigo mercado e da Casa de Cora Coralina. Esses locais, embora oficialmente reconhecidos como patrimônios, são percebidos pelos entrevistados como acessíveis apenas a uma parcela elitista da população. A exclusão não se limita ao acesso físico, ela se estende também às festividades tradicionais, como o carnaval e as festas religiosas, das quais pessoas em situação de rua são excluídas, como ressalta o entrevistado 5, seja por barreiras simbólicas, econômicas ou pelo uso da força.

Parte dos entrevistados relata conhecer o interior de algumas dessas casas históricas não por terem sido convidados ou incluídos em ações educativas ou culturais, mas por já terem prestado serviços nelas, como pedreiros, jardineiros ou ajudantes. A relação, portanto, é mediada pelo trabalho precarizado e não pelo reconhecimento como sujeitos de direito à memória e ao patrimônio.

As falas também revelam o desejo de que essas pessoas possam acessar os espaços patrimoniais e, sobretudo, serem ouvidas (entrevistados 1 e 2). Há uma crítica explícita à ausência de reflexões sobre a memória das pessoas escravizadas que construíram a cidade, memórias essas que, para o entrevistado 2, deveriam ser lembradas e valorizadas. Muitos entrevistados observam que os debates sobre patrimônio são restritos ao ambiente escolar, e que a população em situação de rua não é incluída nessas discussões.

Nesse contexto, as vozes aqui transcritas desconstruem a visão idealizada e

homogênea de patrimônio, mostrando que, para quem vive à margem, a noção de pertencimento a esses bens é atravessada por exclusões, discriminações e silenciamentos. Mesmo reconhecendo o valor histórico e afetivo de certos espaços, os entrevistados denunciam um modelo de preservação que não os considera sujeitos históricos, nem os reconhece como herdeiros legítimos da cidade.

A presença física no território urbano não garante o acesso simbólico aos seus espaços de memória. Pelo contrário, os relatos indicam que, apesar de muitas vezes terem nascido, trabalhado ou vivido nas imediações dos bens tombados, essas pessoas seguem sendo tratadas como intrusas. Assim, o patrimônio, longe de representar um bem coletivo, permanece como expressão de um passado e de uma memória construída sob o viés do colonizador e da classe dominante, ignorando as camadas populares que também ajudaram a edificar esses espaços.

Sendo assim, é necessário lembrarmos que o conceito de patrimônio se encontrava inicialmente atrelado “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (Choay, 2001, p. 11). Nesse contexto, as raízes do patrimônio se entrelaçam com os arranjos familiares que permeiam a vida cotidiana, as dinâmicas econômicas que moldam o sustento da comunidade e os fundamentos jurídicos que conferem estabilidade à sociedade. Essa interconexão profunda com o espaço e o tempo enfatiza a natureza intrínseca do patrimônio como um reflexo das bases sólidas de uma cultura consolidada.

No entanto, o conceito de patrimônio passou por uma ampliação significativa por meio de debates abrangentes, evoluindo para além de sua definição inicial, tornando-se uma representação marcante de identidades e lugares. Essa transformação revela-se como um catalisador para despertar a curiosidade em relação às memórias, conforme apontado por Nora (1993).

A Historiadora Marcia Chuva (2012) examina de maneira crítica o papel dos arquitetos na determinação do que deveria ser considerado patrimônio no Brasil. Ela destaca não apenas a influência estética desses profissionais, mas também questiona como suas decisões moldam a narrativa histórica e cultural do país. Ao abordar a liderança dos arquitetos na definição do patrimônio cultural, ela levanta questões sobre como essa influência pode impactar a representação da diversidade e complexidade da identidade nacional brasileira. A análise dela sugere uma reflexão

mais profunda sobre as implicações das escolhas patrimoniais e seu papel na construção da narrativa histórica do país.

Nas narrativas sobre patrimônio e memória, englobam elementos culturais e históricos de uma sociedade, e nesse campo, o racismo estrutural pode se manifestar de diversas maneiras. A preservação e valorização de determinados locais muitas vezes refletem uma narrativa historicamente centrada na perspectiva do pensamento do colonizador eurocentrista, marginalizando as contribuições e histórias de comunidades racializadas. Ou seja, criam-se narrativas que se tornam quase como verdades absolutas, mesmo negando a exclusão de determinadas pessoas e suas histórias, vivências, culturas, apegos simbólicos entre outros, ali entrelaçadas ao processo de construção e ocupação desses espaços.

Como exemplo, Tolentino (2018, p. 42), lembra-nos que o caso emblemático do primeiro processo de tombamento de um terreiro de candomblé, a Casa Branca em Salvador, Bahia, em 1984⁹, destaca-se nas práticas preservacionistas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O antropólogo Gilberto Velho, relator da proposta, descreve uma votação conturbada no Conselho Consultivo do IPHAN, marcada por conflitos e embates de interesses. Esse episódio revela como, por muito tempo, as políticas de patrimônio no Brasil lideradas pelo IPHAN foram influenciadas por práticas eurocentradas e colonialistas. O conflito evidente nesse evento ilustra a presença duradoura de abordagens elitistas nas políticas de patrimônio do Brasil. A proteção legal de certos bens, simbolizando a herança cultural, foi assumida pelo Estado, dando origem às noções modernas de monumento histórico, patrimônio e preservação. No entanto, Tolentino (2018) salienta que:

Essa característica, ademais, não se restringe à trajetória do IPHAN, mas abarca outros equipamentos culturais ligados ao patrimônio, a exemplo dos museus. Durante todo esse período, o que se observa é que a criação e configuração dos museus no Brasil estavam basicamente adstritas aos aparelhos ideológicos do Estado, bem como às classes e segmentos dominantes (Tolentino, 2018, p. 44).

Já o museu da magia negra, onde há uma coleção de objetos sagrados afro-brasileiros, oficializado pelo tombamento em 1938¹⁰, que é o primeiro bem patrimonial

⁹ BRASIL. IPHAN. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1636/>.

Acesso em: 22 jan. 2024.

¹⁰ BRASIL. IPHAN. 2014. Disponível em:
<https://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/5099?discover?rpp=10&etal=0&>

de cultura negra, reflete o contexto histórico em que foi constituída. Segundo Montero (2006), essa nomenclatura sugere a presença de um consenso silencioso, na época, que associava as práticas afro-brasileiras, genericamente rotuladas como “macumba”, “magia negra” e “feitiço” a atividades ilícitas, muitas vezes ligadas a benefícios materiais e até mesmo a crimes ou dolo. A expressão "magia negra" carrega consigo um estigma relacionado a práticas consideradas mais perigosas e propensas ao crime. Assim, a coleção de objetos religiosos da polícia, ao adotar essa denominação, incorpora implicitamente esse estigma, refletindo os preconceitos e estereótipos presentes na sociedade da época em relação às práticas religiosas afro-brasileiras.

Tais narrativas de “verdades absolutas” tornam-se hegemônicas a partir do momento que são replicadas por organizações religiosas, escolas, espaços de arte e cultura, entre outras repartições públicas e privadas, que tenham algum poder de persuasão do imaginário popular. Como salienta Paulo Freire em carta a escritora norte americana bell hooks, publicada em sua obra “Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática” (2020):

[...] a cultura dos colonizados [era] expressão de sua fórmula barbara de compreender o mundo. Cultura, só a dos colonizadores. [...] para os colonizadores que passaram pela alienante experiência da educação colonial, a “positividade” desta educação ou de alguns de seus aspectos só existe quando, independentizando-se, a rejeitam e a superam (bell hooks, 2020, p. 56).

Nesse sentido, essas histórias de valorização e validação do pensamento branco colonizador, sobrevivem via tentativas constantes de criminalização, exclusão e esquecimento das histórias e cultura dos povos colonizados, que mesmo uma vez escravizados e vítimas de todo o tipo de violência, resistiam e resistem até os dias atuais, como bem nos lembra Gomes (2012):

Ao ressignificar a raça, o movimento negro indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. Além disso, dá outra visibilidade à questão étnico-racial, interpretando-a como trunfo e não como empecilho para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos, reconhecidos na sua diferença, sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos (Gomes, 2012, p. 731).

Assim, é fundamental destacarmos os diversos movimentos que, em diferentes regiões do país, constroem frentes de resistência, especialmente aqueles ligados à arte e à cultura popular da população negra, que insistem em ecoar seus gritos de resistências, via reivindicações de direitos em espaços excludentes, bem como nos espaços patrimonializados, símbolos de poder de força, ideológico e político da classe dominante exclusivamente branca (Gomes, 2012). Essa insistência de ocupação desses espaços patrimonializados se dá exatamente pela importância e significância que essas estruturas arquitetônicas têm para o ideário elitista, como palco de um passado e ainda presente que almeja sustentar um modelo de sociedade sem grandes transformações (revolução) de classes.

Ao ocupar esses espaços de forma insistente, ainda que muitas vezes de maneira indesejada ou violenta para os padrões hegemônicos, as populações marginalizadas também reivindicam o direito à memória. Essa memória, entretanto, não é a memória celebrada nos monumentos e placas comemorativas, é uma memória viva, cotidiana, construída na experiência do corpo que habita, sobrevive e resiste. Trata-se de uma memória que desafia a versão oficial da história, pois carrega outras vozes, outros tempos e outras formas de relação com a cidade. Reconhecer essa pluralidade é essencial para romper com o monopólio simbólico da elite sobre o passado e reconfigurar o patrimônio como um campo de disputa por justiça e reconhecimento histórico.

Dessa forma, a Tabela 3 apresenta fragmentos de falas que expressam as memórias individuais e coletivas de pessoas em situação de rua na cidade de Goyaz. Esses relatos revelam como as lembranças se entrelaçam com os espaços da cidade, particularmente o centro histórico, funcionando como marcos de afetividade, resistência e, ao mesmo tempo, de dor.

As memórias compartilhadas não estão apenas relacionadas aos bens tombados ou reconhecidos oficialmente, mas também aos lugares vividos e significativos na trajetória de cada sujeito. São lembranças que resistem ao apagamento promovido por práticas patrimoniais excludentes e que reafirmam o direito à cidade e à memória mesmo em contextos de extrema desigualdade social.

Essas camadas de lembranças emergem nas falas dos entrevistados, como pode ser observado na Tabela, que evidencia os afetos, dores e resistências que

compõem as memórias daqueles que vivem à margem da cidade.

Tabela 3 – Falas sobre Memória

Entrevistado s	Categoria: Memória
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> – “Eu fico muito emocionado, porque eu já sofri demais [...] já passei por muitas coisas difíceis ...” – “Já tava o que, 30 dias — mentira, acho que tava com 2 meses sem vir aqui na carioca, hoje que eu tô vindo.”
Entrevistado 3	<ul style="list-style-type: none"> – “Lembrança boa eu tenho aqui do centro histórico de conhecer meu pai ali oh, conheci aqui no centro histórico.”
Entrevistado 6	<ul style="list-style-type: none"> – “Uma lembrança boa é da antiga Carioca, de como ela era antigamente, quando ela tinha aquele chafariz lá. Um lugar que me lembra a minha infância é o antigo mercado municipal... era bem legal, vivia lá com meu pai, era bem legal.”
Entrevistado 7	<ul style="list-style-type: none"> – “Sabe onde eu aprendi a nadar? Foi aqui oh, aqui na carioca, eu tinha uns 12 anos.” – “A Catedral de Santana lembra a minha família [...] porque eu fui batizado por lá, sou católico sim.”
Entrevistado 8	<ul style="list-style-type: none"> – “Minha filha, tá tudo bem na verdade com essas casas, só que eu tô jogado eu mais o menino aí, ó. Nois tamo na chuva passando fome, é isso, é isso.” – “Só tenho lembrança ruim desses lugares.”

Fonte: Organizado pela autora da pesquisa, 2025.

As falas reunidas na Tabela 3 revelam que a memória, mesmo marcada por perdas, sofrimento e ausência de reconhecimento institucional, segue sendo uma forma potente de pertencimento simbólico à cidade. As lembranças evocadas pelos entrevistados configuraram uma verdadeira cartografia afetiva da cidade de Goyaz, em que os espaços patrimonializados não são apenas estruturas físicas, mas suportes de experiências de vida, afetos familiares e vínculos identitários.

Os entrevistados falam com emoção sobre o patrimônio e suas relações com ele. Relatam sentimentos ambíguos, lembranças de infância e experiências familiares vividas nesses espaços. Relemboram pais, mães, irmãos e amigos com quem frequentavam locais como o antigo Mercado, o Parque da Carioca, e especialmente as igrejas, referências recorrentes em suas memórias. Espaços como a Catedral de Santana, a Igreja de Santa Bárbara, a Igreja de Nossa Senhora Aparecida e a Igreja do Rosário são mencionados como marcos afetivos e espirituais, ainda que nem sempre acolhedores.

Para muitos, os espaços patrimonializados remetem à dor da fome, da chuva, do frio e da invisibilidade. São lugares em que se sentem marginalizados, onde sua presença é vista como incômoda ou indesejada, como relatam os entrevistados 3 e 8. Assim, embora reconheçam que esses lugares são, sim, espaços de memória, não se sentem autorizados a pertencê-los, nem ao espaço, nem à narrativa que ele simboliza.

Essa exclusão também se estende às festividades tradicionais, como a Procissão do Fogaréu, a Semana Santa e o Carnaval, eventos que compõem o calendário patrimonial da cidade e, ao mesmo tempo, operam como dispositivos simbólicos de negação. Esses eventos, embora públicos, tornam-se inacessíveis para os sujeitos entrevistados, que são sistematicamente afastados, ignorados ou reprimidos nesses momentos de celebração, como nos lembra o entrevistado 4.

2.2 Os impactos da discriminação étnico-racial nas vivências da população em situação de rua

A discriminação racial interfere diretamente nas experiências vivenciadas por aqueles que estão em situação de rua, e constitui uma barreira substancial, que permeia de maneira acentuada as experiências enfrentadas no cotidiano. Este fenômeno, lamentavelmente, traduz-se em uma série de obstáculos que dificultam consideravelmente o acesso a recursos essenciais como abrigos, serviços de saúde física e mental, e oportunidades de emprego, muitas vezes exacerbada para indivíduos em situação de rua, que segundo as estatísticas, são em maioria racializados. Além disso, a representação limitada de suas histórias no patrimônio cultural, e na sociedade como um todo, contribui para uma invisibilidade persistente e desconsideração de suas contribuições à sociedade.

A realidade é que a interligação entre a falta de moradia e o preconceito racial, cria uma teia complexa de desafios, ampliando as disparidades sociais e econômicas. O acesso limitado a abrigos seguros e serviços de apoio é amparado pela discriminação, deixando esses indivíduos em situação de rua, em uma posição de desigualdade socioeconômica, que os priva de recursos cruciais para enfrentar o processo de desumanização a que são acometidos.

No âmbito da saúde mental, a discriminação racial viabiliza uma camada adicional de uma complexidade de problemas crônicos, que dificultam o acesso a tratamentos humanizados a que qualquer pessoa tem o direito de ter. Aqui é importante salientarmos que indivíduos racializados que vivem em situação de rua, muitas vezes enfrentam barreiras significativas para obter suporte psicológico, resultando em um agravamento das condições de saúde mental. Obviamente, não podemos aqui nos esquecermos dos demais campos da saúde.

Os dados recentemente divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2022)¹¹, revelam um aumento alarmante na população em situação de rua no Brasil, evidenciando um crescimento significativo de 38% entre os anos de 2019 e 2022. Esse aumento substancial, atingindo um total de 281.472 pessoas, destaca o impacto direto da pandemia de Covid-19 nesse segmento populacional refletindo desafios estruturais e sociais.

A pandemia de Covid-19, com suas consequências socioeconômicas e sanitárias, emergiu como um fator crítico na elevação desses números. A perda de empregos, fechamento de negócios e a fragilização das redes de segurança social contribuíram para o aumento das desigualdades sociais de muitos, levando um contingente significativo à situação de rua (Ipea, 2022). Essa atualização na estimativa da população em situação de rua no Brasil denuncia a urgência de ações coordenadas para enfrentar não apenas os desafios imediatos relacionados à falta de moradia, mas também abordar as raízes sistêmicas que perpetuam essa realidade.

Nesse cenário, torna-se evidente que a exclusão urbana é estruturante no processo de marginalização dessas pessoas. A expansão das desigualdades no espaço urbano brasileiro se reflete na segregação territorial que empurra os mais pobres, em especial os negros, para regiões periféricas ou para a vivência nas ruas. Os centros urbanos são organizados para privilegiar os fluxos turísticos e os interesses econômicos, enquanto os sujeitos que não se encaixam nesse modelo são removidos, criminalizados ou invisibilizados. Essa geografia da exclusão urbana não

¹¹ Ipea, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457%20populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no%20brasil#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situ%C3%A7%C3%A7%C3%A0%20de,2022%2C%20quando%20atingiu%20281.472%20pessoas>. Acessado em: 18 de jan. 2024.

é apenas espacial, ela é política, simbólica e profundamente racializada.

Já a Tabela 4 reúne os depoimentos dos entrevistados em relação às suas vivências, marcadas pela exclusão urbana cotidiana. As falas apontam para uma cidade estruturada de forma seletiva, que restringe o acesso de determinados corpos, especialmente os pobres, negros e sem moradia, a serviços, espaços e direitos básicos.

Diante desse cenário de marginalização territorial e institucional, a Tabela abaixo sistematiza as falas que revelam os efeitos concretos da exclusão urbana sobre os entrevistados.

Tabela 4 – Falas sobre Exclusão Urbana

Entrevistado	Categoria: Exclusão Urbana
Entrevistado 1	<p>“Eles quer escutar os mais grandes e a gente que tá na situação mais fraca? [...] não é só eu nesse mundo que passo por uma necessidade.”</p> <p>“Tá difícil pra mim também [...] é tão bom tá debaxo duma casa e dum teto pra você descansar seu corpo pra você dormir.”</p>
Entrevistado 2	<p>“As pessoas em situação de rua não são bem aceitas em muitos lugares, às vezes nem é só em praça, mas às vezes em entrar em bar e restaurante as pessoas não aceitam assim porque vai pedir, aí as pessoas não gostam, tipo nesses lugares chiques, de restaurantes e bares.”</p>
Entrevistado 3	<p>“Nois tava lá no casarão lá embaixo enfrente o moto táxi mas ai jogaram nois pra rua, o cara lá tirou nois, lá pertinho do mercado, o guarda tirou a gente de lá bateu o pau na gente ainda.”</p> <p>“Não, não pode chegar em lugar nenhum, pra nada, os cara bate em nois lá os cara tá batendo em nois lá não deixa gente ficar não, os guarda lá bate em nois tudo.”</p>
Entrevistado 6	<p>“Exclui as pessoas e os outros bairros, aqui do João Francisco, do Papyrus, tempo nodo, tá tudo excluído...”</p> <p>“Nunca recebi nenhuma informação sobre o patrimônio cultural nem nada não. Não envolveu nada pra nós não soma em nada, ficou só naquilo ali, aquela panelinha ali no centro ali, não pensa na população em geral dos outros lados. Tem um rapaz soltando as fezes pela barriga e eles passam aqui oh e faz de conta de nem tá vendendo isso aqui...”</p>
Entrevistado 7	<p>“O que poderia ser feito pra ajudar as pessoas em situação de rua que vive no centro histórico era dá uma cesta básica pra cada um: macarrão, feijão, o arroz, a bolacha, pra não passar fome.”</p> <p>“Quando eu vou lá eu acho que não sou bem-vindo [...] porque eu peço, não é só um lugar nem outro não, no centro pra lá [...] aí tem umas pessoas que humilha a gente lá. Não pode entrar no mercado e pedir uma comida que o guarda vem bater na gente, ele machuca a gente, e dói.”</p>

	<p>“As pessoas em situações de rua não são bem-vindas no centro histórico e nem aceitas, porque faz maltratação com a gente, maltrata demais.”</p> <p>– “Preconceito, porque maltrata a gente [...] os turista trata bem, é o que mais ajuda, mas o povo da cidade não, ajuda, mas é de maltratação, de ruindades.”</p> <p>“Se eu for chegar lá eles me chamam de mendigo, aí nos fica que jeito panguando, aí manda a gente sair e bate na gente, e dói.”</p>
Entrevistado 8	<p>“Olha aqui onde nós tá oh, se essa mangueira cair em cima de mim né, a casa abandonada que a gente tava caiu em cima de nois, me ajuda.”</p> <p>“Tô aqui na rua mais meu filho aqui na chuva aí oh, oh o colchão que nois tamo nele, tudo molhado.”</p> <p>“Chama os meninos do CREAS pra mim, eles veio e não voltou mais não, não veio mais não.”</p>

Fonte: Organizado pela autora da pesquisa, 2025.

As falas reunidas na Tabela 4 evidenciam que as pessoas em situação de rua, na cidade de Goyaz, não apenas enfrentam a ausência de moradia digna, mas também são sistematicamente impedidas de existir nela com respeito e segurança. Desse modo, a exclusão urbana relatada vai além da pobreza material, ela se concretiza por meio da negação de direitos básicos, da violência institucional e da invisibilização promovida tanto pelas autoridades quanto por parte da população local.

A ausência de políticas públicas efetivas e a atuação hostil de guardas municipais e policiais são elementos recorrentes nos relatos. Os entrevistados mencionam episódios de remoção forçada, espancamentos e destruição de pertences, inclusive quando tentam se abrigar em prédios abandonados do centro histórico. Essa atuação violenta revela como a patrimonialização, nesse contexto, opera como instrumento de expulsão e silenciamento, priorizando a estética urbana e os interesses econômicos em detrimento da vida e da dignidade humana.

A exclusão urbana em Goyaz é estrutural e territorializada. Ela mostra uma contradição evidente entre o discurso oficial de valorização cultural e a prática cotidiana de segregação. Os corpos pobres e racializados, mesmo sendo parte da história viva da cidade, são continuamente empurrados para as margens. Os bairros periféricos, como o Setor João Francisco, o Papyrus e o Tempo Novo, são mencionados como territórios esquecidos, que formam uma “outra Goyaz”, distante das políticas patrimoniais e do investimento público.

Os entrevistados relatam, também, o sentimento de não pertencimento nos espaços públicos. Afirmam que não são bem-vindos nem mesmo para pedir comida. Em bares e restaurantes, são expulsos ou humilhados. No centro histórico, ao tentarem circular, descansar ou solicitar ajuda, são abordados com violência, como expressa um dos relatos: “os guarda bate na gente e machuca... isso é uma maltratação e ruindades”. São chamados de “mendigos” e forçados a sair dos locais, mesmo sem cometer qualquer infração.

Além da violência, aparecem sugestões sobre o que poderia ser feito para melhorar suas vidas. Os entrevistados mencionam a importância de receber apoio do governo por meio de cestas básicas, moradias e programas sociais. Ações que poderiam mitigar o sofrimento da fome e do abandono. Também pedem que o CREAS seja acionado para auxiliá-los, principalmente em situações de crise ou exposição climática, como frio intenso ou chuvas.

No campo do emprego, as oportunidades para aqueles que experimentam a confluência de falta de moradia e discriminação racial são frequentemente escassas. Estereótipos, preconceitos e a pouca escolaridade, precarizam substancialmente as chances de busca por emprego, agravando assim o ciclo de pobreza e exclusão urbana (Gomes, 2012). Somados a esses problemas crônicos, a fragilidade das estruturas familiares, também impactadas pelo pauperismo e pela violência, e o abandono estatal configuram-se como raízes que sustentam esse fenômeno.

Quando se fala em abandono do Estado em relação à população negra, especialmente àquelas pessoas em situação de rua, é necessário compreender que tal processo não ocorreu de forma incidental, tampouco apenas por desarticulação. Trata-se, ao contrário, de um projeto bem estruturado, sustentado por mecanismos que pouco falham. Esse “abandono” corresponde, na verdade, ao silenciamento de histórias reais, substituídas por narrativas distorcidas e permeadas por conceitos criminalizatórios e marginalizantes, cujo objetivo é rebaixar social e moralmente as pessoas racializadas, enquanto se exalta a branquitude elitista.

Nessa perspectiva, Rotondano (2021) afirma que:

O debate racial foi tratado de diversas formas pela sociedade e por instituições públicas ao longo da história brasileira. As distintas perspectivas com as quais os conceitos de etnia e de raça foram abordados refletem, por certo, modelos de manipulação destes

preceitos de forma coerente com os anseios dos grupos hegemônicos. Assim como o branco colonizador evidenciou diferenças étnico-raciais entre o indivíduo europeu e os povos subalternizados, a elite branca contemporânea atua em um processo de tentativa de mascaramento da diversidade étnica e racial da população, como estratégia para evitar o crescimento do debate pela formulação de políticas de redução do déficit histórico imposto para tais sujeitos (Rotondano, 2021, p. 149).

Assim, conceitos-chave relacionados à caracterização socioeconômica e étnico-racial da população negra no Brasil foram elaborados de modo a mascarar as especificidades desse grupo e a moldar o imaginário popular, inclusive entre a própria população negra, em torno da ideia de que tais diferenças não existiriam. Estudos consistentes, fundamentados em referenciais que respeitam a dignidade humana, poderiam, contudo, evidenciar a urgência de políticas públicas específicas para cada grupo, como é o caso da política de cotas, cuja implementação confronta diretamente os interesses e o ego dos grupos hegemônicos.

2.3 Racismo como estrutura que alicerça a exclusão de pessoas em situação de rua dos espaços patrimonializados de Goyaz

Goyaz foi reconhecida em 2001, pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, devido as suas estruturas arquitetônicas do período colonial. A exuberante cidade, cercada por morros e serpenteada por rios de balneabilidade, teve seu processo de ocupação iniciada no chamado ciclo do ouro no Brasil.

Assim como ocorreu em outras cidades coloniais com potencial aurífero e de pedras preciosas, o antigo Arraial de Santana rapidamente se consolidou como centro de extrativismo mineral no interior do Brasil. Para viabilizar o árduo trabalho da mineração, bem como a construção de casarões, ruas e becos de pedra, os bandeirantes e a elite branca da época recorreram à “necessidade” do tráfico de pessoas negras escravizadas, destinadas aos trabalhos braçais (Palacin, 1994).

Esse processo, pós-1888, resultou numa massa de “ex-escravizados” sem direitos civis e em situação de pauperização, vivendo nas ruas e nas margens da

franja urbana da cidade (Gomes, 2012). Isso provocou a construção de casas e barracos, além de consolidar o que é hoje a zona periférica da cidade, majoritariamente composta por pessoas pobres e racializadas. Essa configuração espacial evidencia uma profunda exclusão racial, marcada pela negação histórica do direito à cidade para a população negra.

As áreas centrais e tombadas da cidade foram, ao longo do tempo, sendo apropriadas por grupos brancos e elitizados, enquanto o racismo estrutural empurrou as pessoas negras para as margens urbanas e simbólicas. Com exceção de uma parte da população em situação de rua, que insiste em ocupar alguns poucos pontos da área patrimonializada, a exclusão persiste como parte do projeto urbano e patrimonial de cunho racista, como podemos observar nas falas dos entrevistados.

A Tabela 5 apresenta relatos que revelam como a população em situação de rua, majoritariamente negra, sofre com formas explícitas e sutis de exclusão racial na cidade de Goyaz. A patrimonialização, nesse contexto, não se limita a uma valorização estética de estruturas arquitetônicas; ela opera como um processo seletivo e racializado, em que corpos negros são marcados pela suspeição, pelo controle e pela violência institucional.

As falas transcritas na Tabela 5, apresentadas a seguir, expõem como o racismo estrutura a experiência de viver (e sobreviver) na cidade, marcando corpos e restringindo acessos.

Tabela 5 – Falas sobre Exclusão Racial

Entrevistado	Categoria: Exclusão Racial
Entrevistado 1	<p>“A gente pede com respeito, mas eles não quer, eles não aceita [...] pra mim é o racismo, eles não aceita, aí às vezes ameaça a gente, bate na gente, chama a polícia pra gente.”</p> <p>“Eu acho que deveria ter uma melhoria em questão das polícias daqui [...] as polícias tá batendo, tá pegando gente inocente, ta pegando a gente na rua e em qualquer espaço que a gente tá. Eles pega a gente e maltrata a gente, maltrata a gente!”</p> <p>“Inclusive eu sou cursado em vendas [...] geralmente gostam de chamar a gente pra trabalhar porque a gente tá no trecho, na rua [...] e aí quando vão pagar, pagam um mixaria, uma pinga, uma bebida, mas num tem coragem de dar um prato de comida.”</p> <p>“A gente não pertence não, num vai receber a gente nem não vai olhar pra gente assim porque a gente anda meio sujo.”</p>

	"Pra incluir a gente nesses lugares deveria ter menos desriminalização porque a gente não merece ser descriminalizado não, a gente merece ser bem tratado, a gente tem coração [...] a gente tem vida, a gente tem alma também que nem todo mundo tem."
Entrevistado 2	"[...] um povo que foi escravo sofrido que construiu a cidade e eles têm que ser lembrado."
Entrevistado 3	"A gente não é ladrão [...] as pessoas não entendem a gente [...] os guarda da rodoviária lá, eles bate na gente."
Entrevistado 7	"Uai, ter tem, se for de preconceito igual o povo aqui em Goiás velho, vê a gente bebendo ali na rua, porque eles não gostam não, sendo que é público pra todo mundo."
Entrevistado 8	"Lá no centro histórico eu não sou bem tratado, não, não, não. Dá remorso pra mim ali, me maltratam, não gosta da gente lá perto." "O guarda bateu em mim duas vezes na rodoviária ali oh, bateu, fui pedir um salgado e ele meteu o chute em mim, e um murro assim nas minhas costas [...]. Eu fui só pedir um salgado, eu tava com fome, eu tava com fome, bater em mim pra quê? Ninguém defendeu eu lá."

Fonte: Organizado pela autora da pesquisa, 2025.

As falas reunidas na Tabela 5 revelam como o racismo estrutura, de forma cotidiana, a exclusão das pessoas negras em situação de rua na cidade de Goyaz. Os entrevistados relatam que, mesmo quando se aproximam de forma respeitosa para pedir comida ou algum auxílio financeiro, são frequentemente tratados com violência, desconfiança e desprezo. O entrevistado 1 afirma com clareza: "pra mim é o racismo", ao relatar que são ameaçados, agredidos e até denunciados à polícia simplesmente por existirem em espaços públicos.

A presença da polícia e dos guardas espalhados em pontos estratégicos do centro histórico, onde há uma movimentação mais intensa de turistas, aparece de forma constante nos relatos, independentemente da categoria temática em que a fala está inserida. Isso indica que a repressão e a criminalização dos corpos negros e empobrecidos não são pontuais, mas sim uma política de controle social profundamente calculada e enraizada.

As condições de trabalho a que essas pessoas são submetidas também escancaram a lógica racista e exploratória. Quando conseguem algum trabalho, geralmente braçal, como limpeza, capina ou carga, são mal remunerados ou recebem pagamento em bebidas alcoólicas, como relata o entrevistado 1. Segundo ele, "não têm coragem de oferecer sequer um prato de comida." Isso reflete uma relação marcada pela desumanização: seus corpos servem para o trabalho, mas suas vidas, desejos e necessidades básicas são ignoradas.

O preconceito também aparece no olhar. Muitos relatam que são julgados e rejeitados pela aparência, pela roupa suja ou pela condição de rua. O sentimento de não pertencimento é reforçado pela forma como são vistos e tratados. Para serem aceitos nos espaços patrimoniais e públicos da cidade, dizem que seria necessário um processo de “desriminalização dos seus corpos”, bem como expressa o entrevistado 1: “a gente tem coração, a gente tem vida, a gente tem alma também que nem todo mundo tem”. Essa fala ecoa criticamente a história da escravização no Brasil, quando os colonizadores negavam humanidade as pessoas negras, justificando a escravidão com a ideia de que não possuíam alma ou sentimentos.

Ao trazer essa memória à tona, os entrevistados atualizam os vínculos entre racismo histórico e racismo institucional contemporâneo. O entrevistado 2 reforça essa perspectiva ao afirmar que o povo “que foi escravo sofrido e que construiu a cidade” precisa ser lembrado.

Outras falas ressaltam o esforço dos entrevistados em dissociar sua imagem de estigmas impostos. “A gente não é ladrão”, dizem. Um dos relatos mais impactantes é o do entrevistado 8, um senhor de 72 anos, que descreve ter sido agredido duas vezes por um guarda na rodoviária, ao tentar pedir um salgado porque estava com fome. Ele pergunta: “bater em mim pra quê?”, e lamenta: “ninguém me defendeu naquele momento”.

Ressaltamos que, mesmo quando algumas falas não mencionam explicitamente a questão racial, os trechos analisados evidenciam a estigmatização social de pessoas negras em situação de rua, em estreita relação com o racismo estrutural e institucionalizado.

O sentimento de pertencimento entre a população em situação de rua, no âmbito da cidade patrimônio, é um desafio marcante, visto que, não são lidos como pessoas pertencentes desses espaços, o que os fazem enfrentarem desconexão profunda com a comunidade e o poder público devido à falta de moradia e apoio social. A ausência de laços obtidos e a marginalização social, os direcionam para um senso de exclusão, dificultando a identificação com a cidade e sua história.

As políticas públicas, embora existentes, muitas vezes são insuficientes para atender às necessidades complexas da população, ou mesmo não considera as especificidades de cada grupo, levando-os a uma situação de isolamento e

desamparo.

Mesmo em contato com serviços como o CRAS, CAPS e CREAS, os relatos revelam que o acesso efetivo aos benefícios é limitado e cheio de obstáculos. A precariedade do suporte institucional revela uma lógica de desresponsabilização do Estado, que obriga essas pessoas a dependerem da sorte, da caridade ou da própria resiliência.

Dessa forma, a desigualdade econômica vivida pela população em situação de rua revela, por um lado, uma dimensão moral atravessada por relações culturais tensas e, por outro, a formação de uma comunidade cujos valores estão limitados ao cotidiano das ruas, em que suas subjetividades são constantemente vilipendiadas e censuradas em sua alteridade. No contexto vilaboense, essa realidade evidencia as distâncias culturais e socioespaciais entre indivíduos que compartilham a mesma cidade, assim como as trocas e contribuições culturais que dela decorrem.

No que se refere à preservação do patrimônio cultural da cidade, os participantes da pesquisa demonstraram percepções que revelam consciência histórica e valorização da memória coletiva. Ao ser questionado sobre sua opinião a respeito desse tema, um dos entrevistados afirmou:

É muito bom, tem que preservar porque é uma história que merece ser valorizada, um povo que foi escravo, sofrido, que construiu toda a cidade, e eles têm sim que ser lembrado (Entrevistado 2, 2025).

Essa declaração revela a compreensão de que o patrimônio cultural não é apenas um conjunto de edificações ou monumentos, mas representa a memória viva de um povo historicamente marginalizado. A fala do entrevistado reforça a importância de reconhecer e valorizar a contribuição da população negra, especialmente daqueles que foram escravizados na formação da cidade. A preservação, nesse sentido, é entendida não apenas como conservação física dos espaços, mas como um ato de justiça histórica e de afirmação identitária.

Apesar do cenário de distâncias culturais e do desamparo vivido por essas pessoas, é importante ressaltarmos suas contribuições para a memória histórica do patrimônio, fruto de um legado histórico construído ao longo do tempo em ambos os espaços ocupados.

Conforme Assis (2009), as ruas da antiga Vila Boa eram ocupadas por uma

numerosa população marginalizada da sociedade colonial, banida de toda ordem social. Esses aspectos revelam não apenas as dificuldades enfrentadas pela população em situação de rua em Goyaz desde o início do seu processo de ocupação territorial, mas também a necessidade de um olhar mais amplo e inclusivo sobre suas contribuições e vivências na dinâmica urbana da cidade.

Esse legado da memória da população em situação de rua, enraizado às paredes tombadas da antiga capital do estado de Goiás, vem de encontro à compreensão de Nora (1993), ao afirmar que “a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história” (Nora, 1993, p. 07). Dessa forma, ampliação da compreensão do patrimônio, ao se tornar um elemento representativo e evocativo de identidade, destaca seu papel crucial na preservação e no entendimento das raízes culturais e históricas de uma sociedade.

Nessas circunstâncias, o legado da memória dessa população, enquanto elemento representativo de suas identidades, revela uma condição em que a consciência da ruptura com o passado se entrelaça a um sentimento de memória fragmentada. Ainda que despedaçada, essa memória permanece suficiente para suscitar a reflexão sobre suas formas de manifestação. O vínculo emocional com a continuidade torna-se residual nos lugares, e, nesse sentido, a existência de locais de memória emerge como alternativa diante da ausência de outros meios de preservação. Esses locais se estabelecem como testemunhas tangíveis de um passado que, embora fragmentado, ainda é capaz de ecoar e desafiar a problemática (Nora, 1993).

Ainda assim, mesmo diante do silenciamento institucional, as pessoas em situação de rua criam e mantêm vínculos afetivos e históricos com o território. Esses laços afetivos e de memória desafiam a lógica que marginaliza essas pessoas e reafirmam que elas são, de fato, parte constitutiva da cidade e de sua história.

Na Tabela a seguir, as falas dos entrevistados evidenciam os modos de sobrevivência e as dinâmicas do cotidiano das pessoas em situação de rua na cidade de Goyaz. Mais do que retratos de precariedade, esses relatos revelam redes de solidariedade, estratégias de resistência, abandono institucional e a ausência de políticas públicas efetivas, que garantam condições mínimas de dignidade. A cidade,

reconhecida como patrimônio mundial, mostra-se inóspita para aqueles que a habitam de maneira mais desigual, negando-lhes não apenas o direito ao patrimônio, mas o direito à própria vida digna.

Dessa forma, a Tabela 6 reúne falas que expressam o cotidiano nas ruas, evidenciando as estratégias de sobrevivência, as ausências do poder público e a força da resistência diária.

Tabela 6 – Falas sobre Sobrevivências e Cotidiano nas Ruas.

Entrevistado	Categoria: Sobrevivências e Cotidiano
Entrevistado 1	<p>“Tá faltando pra mim é mais capacidade, oportunidade também.”</p> <p>“Pra quem tem seu benefício dá valor, vamos correr atrás [...] se a gente não correr atrás a gente não tem não é a gente fica todo mundo na rua, ninguém ganha.”</p>
Entrevistado 2	<p>“Poderia fazer um abrigo tipo um lar de idoso, porque tem o lar de idoso, aí poderia fazer um abrigo só pra moradores de rua, pra gente entrar, comer, tomar banho, comida quentinha, banho quentinho.”</p> <p>“A gente tá na rua não é porque quer, é por falta de oportunidade, de emprego, alguém ajudar a gente a fazer um curso, a formar em alguma coisa, com mais qualidade.”</p> <p>“Falta ajuda do governo e do povo também, tá na rua, mas é gente, tem que entender que a gente não tem condição de ter casa aí fica na rua, ou passa por muitas situações difíceis.”</p>
Entrevistado 3	<p>“Os cara queimou tudo nossas coisas aí, não tinha ido lá em cima, chegou aqui tinha tudo queimado, pura maldade.”</p> <p>“A gente pede as coisas, nois não roba, a gente pede, o pessoal do bar essas coisas as da coisa pra gente comer.”</p>
Entrevistado 6	“Tinha que criar uma casa de recuperação... vê que tá precisando e ir porque ela quer, né, não é você ir forçar e trancar...”
Entrevistado 7	“Direto eu durmo mais com os meninos na rua, porque dói o meu coração de larga eles sozinho, não gosto de largar amigo meu assim não, estamos juntos e misturados, mas a gente precisa comer e beber também.”
Entrevistado 8	<p>“Tô passando necessidade, ontem fui roubado, ontem, meu dinheiro que eu recebi foi roubado.”</p> <p>“Nois tamo na chuva e passando fome [...] oh o colchão que nois tamo nele, tudo molhado. Colchão, coberta, tá tudo molhado.”</p> <p>“A gente não tem telefone, não tem nada não, ninguém escuta a gente.”</p>

Fonte: Organizado pela autora da pesquisa, 2025.

As falas reunidas na Tabela 6 desmontam a ideia recorrente de que a população em situação de rua permanece nessa condição por desinteresse, falta de esforço ou “desordem moral”. Pelo contrário, os relatos revelam sujeitos conscientes

de sua realidade, articulando críticas, demandas e desejos de inclusão. Trata-se de pessoas que enfrentam a exclusão social e institucional com estratégias de sobrevivência que evidenciam resistência, solidariedade e humanidade.

A luta diária por comida, abrigo e dignidade está diretamente relacionada à ausência de políticas públicas efetivas, à criminalização da pobreza e à seletividade de quem é considerado “cidadão pleno” no espaço urbano. Os entrevistados não apenas denunciam essas ausências, como também propõem soluções, pois pedem acesso a abrigos com estrutura básica, lugares onde possam se higienizar, alimentar e descansar. O entrevistado 2 afirma que “a gente tá na rua não é porque quer, é por falta de oportunidade, de emprego ou de alguém para ajudar a gente”. Ele destaca que essa ajuda deveria vir não apenas dos governos, mas também da sociedade civil, revelando uma percepção crítica das responsabilidades sociais coletivas do povo vilaboense.

Outros entrevistados reforçam a necessidade de espaços de cuidado e acolhimento. O entrevistado 6 propõe a criação de uma casa de recuperação, não como mecanismo de imposição ou internação forçada, mas como possibilidade de recomeço, acessível a quem realmente deseje. A proposta de espaços humanizados e voluntários evidencia o desejo de reconstruir trajetórias e reafirma a capacidade dessas pessoas de planejar e reivindicar novos caminhos.

Destacamos, ainda, a construção de laços comunitários entre eles. Há relatos de pessoas que, mesmo tendo residência, permanecem dormindo nas ruas para não “largar o outro”. Essas atitudes revelam formas profundas de afeto, empatia e solidariedade que resistem à lógica individualista imposta pela sociedade. Essa coletividade construída no cotidiano nas ruas contesta a ideia de que a marginalização destrói os vínculos sociais, ao contrário, ela pode fortalecê-los.

Os depoimentos também reafirmam as múltiplas violências enfrentadas por essas pessoas: agressões físicas, fome, frio, desamparo institucional e perdas materiais. O entrevistado 8 relata que seu colchão e cobertas estavam molhados da chuva, além de já ter seus pertences queimados e que, muitas vezes, ninguém escuta o que dizem.

A preservação dessa memória mencionada, revela-se como um ponto crucial a ser minuciosamente analisada, uma vez que incorpora em seu desenho lacunas e

estratégias presentes no domínio do poder. O controle, especialmente evidente no caso específico de Goyaz, destaca-se por meio de uma política eficaz de exclusão e eliminação da memória das comunidades racializadas, obstruindo sua participação na construção das identidades culturais através de uma herança patrimonial traiçoeira e pouco confiável. A memória histórica, conforme destacado por Prado (2014), é marcada por uma construção que reforça a segregação da população negra de Goyaz.

Esse contexto evidencia a necessidade de questionar e desvelar as dinâmicas de poder subjacentes à preservação e representação do patrimônio cultural. A herança patrimonial, longe de ser uma mera testemunha passiva do passado, é manipulada para servir a determinadas narrativas, silenciando vozes e distorcendo a compreensão da construção das identidades culturais, especialmente no que diz respeito às comunidades racializadas.

Ao considerarmos o contexto histórico de silenciamento de vozes negras e de tentativa de apagamento de suas memórias, torna-se necessário retomar as discussões iniciais sobre o racismo estrutural no âmbito do patrimônio. No caso específico da dinâmica urbana de Goyaz, essa reflexão ganha relevância quando observamos as massas de pessoas excluídas do contexto patrimonial urbano, destacando-se, nesse cenário, o exemplo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

Nesse período, a região previamente selecionada para a instalação da capela foi progressivamente ocupada por construções de caráter mais duradouro do que aquelas presentes em fases anteriores. Do outro lado do rio, também em uma elevação superior à ocupada pela atividade mineradora, foi erguida a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, associada à irmandade dos pretos. Este momento marcou a inauguração da segregação social e racial na cidade.

De acordo com Carvalho (2021), a irmandade dos vilaboenses brancos e pretos, originadas no século XVIII, tiveram destinos distintos. A primeira resistiu às reformas religiosas do século XIX, mantendo atividades em cidade de Goyaz, como a Procissão do Fogaréu. A segunda, ligada à Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, encontra-se extinta, sendo mencionada na literatura memorialista branca como uma "expressão folclórica" vilaboense até meados do século XX.

Figura 4 – Antiga Igreja nossa Senhora do Rosario dos Homens Pretos, cidade de

Goyaz



Fonte: Acervo Frei Simão Dorvi (s.d.).

Figura 5 – Atual Igreja Irmandade do Rosário, cidade de Goyaz: Importante símbolo da presença negra na formação histórica e religiosa da cidade.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2025).

A Igreja do Rosário, construída e frequentada por pessoas negras escravizadas e libertas organizadas na Irmandade dos Homens Pretos, é um dos marcos da presença negra na formação histórica e religiosa da cidade. No entanto, apesar de sua importância simbólica, cultural e histórica, essa presença continua marginalizada nos discursos e práticas de patrimonialização.

A reconfiguração da igreja como ponto turístico frequentemente esvazia a memória coletiva da população negra, dissociando-a da centralidade que ocupou na construção do espaço urbano. Esse processo opera dentro de uma lógica de apagamento histórico que reforça o racismo estrutural, pois silencia os sujeitos negros enquanto agentes históricos e culturais.

Como discutem Gomes (2022) e Tolentino (2020), o racismo no Brasil não se limita a atitudes individuais, mas estrutura as instituições, as políticas públicas, os modos de narrar a história e até mesmo as formas pelas quais determinados grupos são autorizados ou não a ocupar simbolicamente os espaços. Assim, a patrimonialização que transforma a Igreja do Rosário em um objeto de contemplação turística, sem reconhecimento efetivo das experiências negras que lhe deram origem, é expressão de um projeto de memória seletivo, que privilegia a estética da preservação em detrimento da justiça histórica e da presença viva de grupos historicamente subalternizados.

A igreja de Sant'Anna, rivalizando com a igreja do Rosário na história vilaboense, enfrentou desafios marcados por hiatos informacionais, desabamentos e incêndios. A origem remonta a 1735, quando um grupo do Anhanguera destinou multas para a construção da Matriz. Carvalho (2021) salienta que antes disso, havia uma edificação sólida no local, erguida sobre a primeira capelinha de Bartolomeu Bueno da Silva. A construção, iniciada em 1735, representava a terceira tentativa, mas em 1743 já estava em ruínas. Em contraste, a igreja do Rosário dos Pretos, datada de 1734, destaca-se como o templo religioso mais antigo da cidade de Goyaz.

Segundo Prado (2014), a primeira dessas edificações passou a ser utilizada pelos brancos e senhores que já se estabeleciam na área circundante, enquanto a segunda foi destinada aos negros e pardos, que compunham a maioria dos habitantes da Rua da Cambaúba, atual Bartolomeu Bueno. É relevante observarmos que essas

duas construções religiosas, situadas em margens opostas do rio, cada uma com sua praça (ou largo, como era denominado à época), acabaram por concentrar e centralizar, de certa forma, a ocupação do espaço urbano. Este cenário reflete não apenas a configuração física do local, mas também as dinâmicas sociais alicerçadas no racismo estrutural que delinearam a segregação e a distribuição desigual de recursos e oportunidades.

Conforme a visão de Nora (1993, p. 13), a memória não se manifesta de forma espontânea, ao contrário, é imperativo o ato de criar arquivos de memória. Essa assertiva destaca a ideia de que a preservação e o compartilhamento da memória não ocorrem de maneira automática, requerendo um esforço consciente para estabelecer registros e meios que garantam a retenção das experiências passadas. A criação de arquivos, nesse contexto, torna-se um processo ativo e intencional, fundamental para assegurar que as narrativas históricas sejam preservadas e transmitidas às gerações futuras.

Nessa perspectiva, Prado (2014, p. 175) testifica que:

[...] apegados a esta concepção observamos não só o lugar de memória, mas a ausência deste lugar de memória, encarado como signo da ação do campo de poder e controle presentes em Goiás e, capazes de manipular datas, acontecimentos, lembranças e a própria história.

Na década de 1990, a Praça do Coreto, localizada na cidade de Goyaz, foi palco de um emblemático processo de segregação social. Um cercadinho foi instalado no local, restringindo o acesso apenas à elite da época. Essa divisão física simbolizava as profundas desigualdades sociais e econômicas que marcavam a região, excluindo grande parte da população, que não tinha permissão para adentrar o espaço reservado aos grupos privilegiados.

Figura 6 – Antiga Praça do Coreto, cidade de Goyaz, início do século XX. Espaço de

sociabilidade das elites locais, no centro urbano da cidade.



Fonte: Acervo desconhecido.

Figura 7 – Foto atual da Praça do Coreto, cidade de Goyaz



Fonte: Acervo pessoal da autora (2025).

O contraste entre a antiga e a atual Praça do Coreto evidencia tanto transformações quanto permanências nos usos e significados dos espaços públicos centrais da cidade. Historicamente frequentado pela elite como espaço de sociabilidade seletiva e de valorização estética, o Coreto hoje é voltado majoritariamente para o turismo e lugar de encontro de famílias e amigos. Ainda assim, suas formas de uso permanecem marcadas por uma lógica excludente, em que população em situação de rua, por exemplo, não frequenta esse espaço de forma plena ou legitimada.

Essa exclusão cotidiana se articula com “políticas higienista” ordenamento urbano que visam preservar a “imagem turística” da cidade. Como discute Chuva (2009), os discursos patrimoniais atuam na seleção do que deve ser lembrado e

preservado, muitas vezes apagando presenças e experiências que não se encaixam na narrativa oficial do patrimônio construída, quase sempre, sob um ideal de cidade ordenada, limpa e harmônica.

Essa prática refletia não apenas a estratificação social, mas também a manutenção de tradições excludentes que perpetuavam o poder e o status de uma minoria. A Praça do Coreto, que deveria ser um local de convivência coletiva, tornou-se um símbolo das divisões que caracterizaram a sociedade goiana naquele período. Com o tempo, pressões sociais e mudanças culturais levaram ao fim desse cercadinho, mas a memória desse episódio ainda ressoa como um lembrete das lutas por inclusão e igualdade.

Essa abordagem ressalta a importância da ação humana na construção e manutenção da memória coletiva, que pode ser intencionalmente política, enviesada de concepções racistas ou não. Assim, ao aprofundarmos a análise, identificamos não apenas a presença de lugares de memória, mas também a ausência deles, o que se configura como símbolo da atuação de diferentes instâncias de poder e de controle social nesses espaços.

Este campo demonstra a capacidade de manipular datas, eventos, lembranças e até mesmo a própria história. A ausência desses lugares de memória não é apenas uma lacuna na narrativa histórica, mas também um reflexo das dinâmicas de poder que moldam a interpretação e a preservação do patrimônio cultural. Isso ressalta a importância não só de identificar e reconhecer os lugares de memória existentes, mas também de questionar e abordar as lacunas propositadamente deixadas, a fim de compreender de maneira mais completa as complexas camadas da história de Goyaz.

2.4 Condições de saúde e acesso

De acordo com o CREAS, todos os indivíduos acompanhados recebem algum tipo de benefício assistencial, ainda que de forma pontual e condicionada à solicitação e ao vínculo com a unidade. Entre os auxílios disponíveis estão o vale-feira municipal, auxílio alimentação (cesta básica), cobertores e kits de higiene pessoal, que são

fornecidos mediante atendimento e acompanhamento pela equipe técnica.

Quanto ao histórico de acolhimento institucional, o CREAS nos informou que o município não possui atualmente casas de passagem ou abrigos permanentes. Diante disso, a orientação oferecida se dá principalmente por meio de encaminhamentos para os serviços de saúde, especialmente quando há agravamento do quadro psíquico ou necessidade de atenção especializada. Entretanto, a internação, voluntária ou compulsória, não é de responsabilidade da assistência social, sendo de competência da política de saúde.

No que se refere à situação laboral, o perfil identificado é de trabalhadores autônomos, em sua maioria atuando de maneira informal como catadores, recicladores ou prestadores de pequenos serviços. Essa informalidade revela tanto formas de sobrevivência quanto a precariedade da inserção social e econômica dessas pessoas, além da ausência de políticas efetivas de empregabilidade ou geração de renda específicas para esse público. Complementando essa análise, foi também abordada a situação habitacional e as formas de organização nas ruas.

Segundo o CREAS, não é possível estimar de forma precisa o número de pessoas que vivem sozinhas, em pequenos grupos ou com animais, uma vez que essa configuração varia conforme os vínculos afetivos e familiares mantidos por cada indivíduo. No entanto, destaca-se que todos os usuários acompanhados possuem alguma referência familiar, ainda que esses laços sejam frágeis ou intermitentes. Em muitos casos, observam-se arranjos provisórios nos quais a pessoa transita entre a rua e casas de familiares.

Os locais de permanência mais recorrentes, apontados pelo CREAS, incluem espaços públicos centrais e periféricos da cidade, como a Praça do João Francisco, o Mercado Municipal, a saída para Jussara, o ponto de ônibus do bairro Goiás II e o Parque da Carioca. Esses locais, geralmente com alguma infraestrutura mínima ou fluxo constante de pessoas, são escolhidos por representarem certa “estabilidade” dentro do cotidiano da rua.

A inexistência de abrigos ou casas de acolhimento no município agrava ainda mais a precariedade vivida por essas pessoas, pois não há, na rede local, um espaço seguro para pernoite, proteção contra as intempéries ou acompanhamento continuado. A rua, nesse contexto, torna-se simultaneamente espaço de moradia,

sobrevivência e socialização, onde a organização se dá de maneira informal e desigual.

Encerrando o levantamento realizado junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), foi abordada a questão da participação da população em situação de rua em políticas públicas, projetos de reinserção social e ações culturais ou educativas. As respostas fornecidas demonstram que, apesar das dificuldades estruturais enfrentadas, há um esforço contínuo da rede de assistência para promover o envolvimento desses sujeitos em ações que busquem a reconstrução de seus vínculos sociais.

Além disso, foi informado que a rede disponibiliza frequentemente oportunidades de participação em atividades culturais, educativas e fóruns públicos, buscando garantir o acesso desses indivíduos a espaços de convivência e expressão. A efetiva participação, no entanto, varia de acordo com a motivação e o contexto de vida de cada pessoa, bem como das condições oferecidas para seu envolvimento (transporte, alimentação, escuta qualificada etc.).

As falas dos entrevistados revelam um cotidiano marcado por resistência, abandono e exclusão sistemática dos espaços patrimoniais. “Até no CRAS e no CAPS (dizem que) tem a cesta, aí a gente vai [...] eu chego lá no mês e não tem.” (Entrevistado 1). Esse tipo de depoimento contrasta fortemente com o discurso institucional apresentado pelo CREAS, que aponta para ações contínuas e articuladas. No entanto, a percepção de quem vive nas ruas mostra que essas políticas muitas vezes não se materializam na prática.

Apesar da retórica oficial, como o slogan da prefeitura da cidade “Nossa gente, nosso patrimônio”, a realidade mostra que grande parte da população permanece à margem. Como retrata o fragmento: “Mas pra nós mesmo não resolveu nada porque o único que ajuda os moradores de rua daqui é o irmão... o único.” (Entrevistado 6). Nesse contexto o entrevistado se refere a ajuda da ONG independente Ação do Bem. Assim, o entrevistado 8 reforça: “O menino lá que ajuda nois, ele traz marmita no sábado enquanto o resto nois tem que se virar”.

Enquanto o CREAS afirma oferecer acesso a serviços de saúde e acolhimento, os relatos apontam para lacunas e falhas, como afirma o entrevistado 6: “A assistência social por um lado trabalha e por outro já é falha.” (Entrevistado 6).

Ações pontuais são mencionadas: “O CRAS às vezes ajuda, passa aqui dá um cobertorzinho...” (Entrevistado 6), mas não são suficientes frente às complexas demandas cotidianas. Em especial quando se trata de questões de saúde como aponta o entrevistado 3: “Eu tô mijando aqui oh, na beirada aqui, as pessoas trás pra mim a coberta pra mim embrulhar que eu não do conta de levantar.”

Além disso, ações voluntárias, como a do “pastor” – líder da ong Ação do Bem - citado pelos entrevistados, para eles são mais presentes e efetivas que as políticas públicas: “O pastor, eu chamo ele de pastor o rapaz lá, ele que traz a comida pra gente no sábado, uma cobertinha, um cume.” (Entrevistado 3).

A questão central que emerge é: patrimônio para quem? Os dados e relatos indicam que o patrimônio cultural da cidade de Goyaz pertence, de fato, apenas à parcela socialmente privilegiada, que usufrui e participa da sua construção simbólica. Somente quando a cidade for capaz de valorizar essas experiências e reconhecer esses sujeitos como parte da sua história será possível transformar o patrimônio em espaço de pertencimento real, não apenas de pedra e cal, mas de vida, dignidade e memória coletiva.

Nesse sentido, elaboramos uma nuvem de palavras a partir das entrevistas realizadas com pessoas em situação de rua na cidade de Goyaz. Esse recurso visual permite destacar as palavras mais recorrentes nos relatos, revelando temas centrais como *rua, cidade, ajuda, exclusão, patrimônio, fome, violência e dignidade*.

A metodologia da nuvem de palavras, ao sintetizar graficamente a frequência de termos, torna-se uma importante ferramenta de tratamento e análise qualitativa das informações coletadas. A nuvem de palavras foi elaborada com o auxílio da ferramenta digital *WordArt.com* (2024), que permite a visualização gráfica da frequência de termos em textos.¹²

Figura 8 – Nuvem de palavras elaborada a partir das entrevistas com pessoas em

¹² WORDART.COM. *Word cloud art creator*. [S. I.], 2024. Disponível em: <https://wordart.com>. Acesso em: 21 jul. 2025.

situação de rua na cidade de Goyaz.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A análise da nuvem evidencia um panorama das vivências, sentimentos e perspectivas dessa população marginalizada. Palavras como sofrimento, saúde, abrigo, memória, família e moradia refletem tanto as carências materiais, quanto os vínculos afetivos e o desejo de pertencimento.

O destaque de termos como patrimônio e exclusão indica uma percepção crítica em relação aos processos patrimoniais, frequentemente excludentes e distantes da realidade desses sujeitos. Assim, a nuvem de palavras contribui significativamente para a compreensão das múltiplas camadas de exclusão urbana, afetiva e institucional enfrentadas pelas pessoas em situação de rua em Goyaz, reafirmando a importância de escutá-las para repensar políticas públicas e práticas patrimoniais mais inclusivas.

2.5 Desconstrução de narrativas discriminatórias

Uma abordagem eficaz para mitigar esses impactos envolve a desconstrução de narrativas discriminatórias no campo do patrimônio. Isso implica revisitar e reinterpretar lugares históricos, com o reconhecimento e a valorização das contribuições de comunidades racializadas. Iniciativas que buscam ouvir a voz da

população em situação de rua e que compartilham suas experiências e perspectivas são fundamentais para criar uma representação mais justa e inclusiva no patrimônio cultural.

Nesse sentido, fez-se necessário questionarmos aos entrevistados sobre o pertencimento à cidade, que expressaram sentimentos ambíguos de (não)pertencimento à cidade de Goyaz. Por um lado, os entrevistados revelam vínculos afetivos com a cidade muitos nasceram ali, construíram documentos, têm familiares ou lembranças da infância nos espaços urbanos. Por outro, esses mesmos sujeitos denunciam constantemente que, apesar de viverem e contribuírem para a vida da cidade, são tratados como estranhos, intrusos ou indesejados.

O (não)pertencimento, nesse contexto, não é apenas uma questão de origem ou tempo de moradia. Ele envolve o reconhecimento social, o direito de ocupar e circular e, sobretudo, a forma como o poder público e a sociedade local constroem as fronteiras simbólicas de quem é, ou não, “parte” da cidade histórica.

Como veremos a seguir, as falas expõem esse paradoxo: estar na cidade, mas não ser reconhecido por ela.

Tabela 7 – Falas sobre Pertencimento à Cidade.

Entrevistado	Categoria: Pertencimento
Entrevistado 1	<p>“Eu vim pra cá, eu tirei minha identidade outra aqui [...] meu título eu fiz aqui também, fiz tudo aqui. Mesmo eu sendo de outra cidade [...] eu me sinto cidadão e gosto daqui.”</p> <p>“A cidade muito linda maravilhosa, que nem eu não sou também daqui eu não sou daqui eu cheguei de penetra, tem 4 anos que eu tô aqui.”</p> <p>“A gente não pertence aos lugares dentro não, num vai receber a gente nem vai olhar pra gente, assim, porque a gente anda meio sujo e tudo.”</p>
Entrevistado 2	“Uai, eu acho muito bom fazer parte dessa cidade histórica e eu já me considero vilaboense.”
Entrevistado 4	“As pessoas em situações de rua não são bem-vindas no centro histórico e nem são aceitas, porque faz maltratação com a gente, maltrata demais. Eu fico lá na beira da ponte... tem umas pessoas que humilham a gente lá.”
Entrevistado 5	“Aqui no centro, não pensa na população em geral dos outros lados, olha que praça mais feia essa aqui do João Francisco.”
Entrevistado 6	<p>“Sou cidadão brasileiro vilaboense, nascido e criado, aqui é minha raiz. Nós tamo na rua, mas temos uma raiz ué...”</p> <p>“A Sota é um lugar muito bonito, lá passa o rio...”</p>
Entrevistado 7	“Eu sinto carinho porque a minha cidade, eu nasci aqui e vou ser sempre aqui [...] eu queria que todos me ajudem aqui e não me maltratem, porque a cidade eu amo, mas eles não dá uma chance pra gente.”

	<p>“Eu acho que eu faço parte dessa cidade e tenho sentimento por essa cidade e o sentimento é bom porque eu fui nascido e criado em Buriti Queimado.”</p> <p>“Tenho irmão, tenho irmã, mas ninguém vem aqui visitar nós [...] pede pra eles me visitar, fala pra eles que eu tô morrendo aqui viu, não esquece não, por favor.”</p> <p>“Eu acredito que tenha oportunidade nessa cidade, mas como que eu vou fazer?”</p> <p>“No centro histórico a gente não é bem tratado, não, não... me maltratam, não gostam da gente lá perto.”</p>
Entrevistado 8	<p>Fonte: Organizado pela autora da pesquisa, 2025.</p>

As falas reunidas na Tabela 7 evidenciam que, embora juridicamente a cidade de Goyaz pertença a todos, na prática social e simbólica ela é negada àqueles que não se enquadram nos padrões esperados de aparência, classe e comportamento, sobretudo nos espaços centrais e patrimonializados.

A população em situação de rua, mesmo estando fisicamente presente na cidade e emocionalmente conectada a ela, relata cotidianamente o sentimento de não pertencimento. Trata-se de uma exclusão imposta não apenas por barreiras materiais, mas também por olhares, políticas e práticas que os desautorizam a ocupar plenamente a cidade.

A patrimonialização, neste contexto, atua como um filtro que seleciona o que deve ser lembrado e quem pode fazer parte dessa memória. A cidade é moldada para o turista, para a elite local e para os eventos festivos. “Eles não vão olhar pra gente porque a gente anda meio sujo”, dizem. O entrevistado 4, por exemplo, reforça essa rejeição ao relatar: “maltratam a gente demais, fico lá na beira da ponte... tem umas pessoas que humilham a gente lá”.

A exclusão se estende também a bairros periféricos, como João Francisco, Papyrus e Tempo Novo, onde vivem muitas dessas pessoas. O entrevistado 5 afirma: “olha que praça mais feia essa aqui do João Francisco”, apontando a desigualdade no cuidado urbano entre o centro histórico e as margens da cidade. Os relatos demonstram que a população em situação de rua reconhece com clareza essa divisão: enquanto o centro recebe investimentos, iluminação, saneamento e pavimentação, os bairros periféricos enfrentam a precariedade, a ausência de água,

a insegurança e o abandono.

Essas desigualdades apontadas nas entrevistas evidenciam a existência de “duas cidades dentro de uma só”: uma visível, turística, valorizada; outra invisível, negligenciada e segregada. Os entrevistados revelam que, mesmo excluídos do processo oficial de patrimonialização, atribuem valor simbólico e afetivo a lugares como o *Largo da Carioca*, a *Sota* e a *Casa de Pedra*. São espaços que, embora nem sendo tombados oficialmente, são compreendidos por eles como lugares de memória, de história e de afeto, ou seja, patrimônios da humanidade vivida.

Há também um forte apelo ao pertencimento familiar, como expressa o entrevistado 8 ao dizer: “tenho irmão, tenho irmã, mas ninguém vem aqui me visitar... fala pra eles que eu tô morrendo aqui, viu, não esquece não, por favor”. Essa fala não apenas expressa um sentimento profundo de abandono, mas também revela o desejo de conexão, de ser visto, lembrado e acolhido, tanto pela família quanto pela cidade.

A desconstrução de narrativas discriminatórias ou o que autores como Fanon chama de “descolonização do ser” no seu livro “*Os condenados da Terra* (2022)”, emerge como uma estratégia eficaz para atenuar os impactos desfavoráveis de preconceitos enraizados. O autor, desafia a noção de que o racismo é apenas um acidente ou desvio na trajetória histórica e sociopolítica. Pelo contrário, ele argumenta que o racismo é a própria gramática moderna da política, da economia, do ethos social e da produção do conhecimento. Em outras palavras, a estrutura racial permeia e molda todos os aspectos fundamentais da sociedade, agindo como uma força central e não como uma ocorrência isolada.

A abordagem ressoa de maneira particular no cenário brasileiro, onde as questões de raça e racismo são intrinsecamente entrelaçadas com a história e a cultura. Ele desafia a concepção simplificada de que a violência racial é apenas um fenômeno episódico, destacando sua presença arraigada nos fundamentos da modernidade. Nesse sentido, Fanon (2022) convida a uma reflexão profunda sobre como as estruturas sociais, políticas e econômicas são moldadas e perpetuadas pelo racismo.

Ao reconhecer o racismo como uma gramática moderna, Fanon (2022) incita à compreensão de que a luta antirracista não pode ser limitada a medidas superficiais. Em vez disso, ele propõe uma transformação profunda, uma reconfiguração das

bases sobre as quais a sociedade está construída. Isso implica não apenas combater manifestações específicas de discriminação racial, mas desmantelar as estruturas que sustentam a violência racial em todas as suas formas, o que sugere uma compreensão mais profunda e abrangente da luta antirracista como um desafio às bases mesmo da modernidade.

No âmbito do patrimônio, essa abordagem implica uma profunda reavaliação e reinterpretarão de lugares históricos, visando reconhecer e valorizar as significativas contribuições culturais das comunidades racializadas ao longo do tempo. A revisitação crítica desses locais não apenas revela a riqueza das histórias muitas vezes silenciadas, mas também desafia os estereótipos prejudiciais que perpetuam a discriminação. A integração dessas narrativas mais inclusivas no tecido cultural promove uma compreensão mais completa e equitativa da história, destacando o papel vital desempenhado por diversas comunidades na construção do presente.

Além disso, essas iniciativas de revisão crítica das vivências da população negra, e em especial no âmbito dos espaços patrimonializados, desempenham um papel crucial na sensibilização da sociedade para as complexidades enfrentadas por aqueles em situação de rua e nas interseções com o preconceito racial. Ao criar plataformas que amplificam as vozes marginalizadas, contribuem para um diálogo mais inclusivo e informado sobre as questões sociais e estruturais subjacentes.

2.6 Leis de garantia de direitos as populações em situação de rua

A Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, representa um marco fundamental na garantia dos direitos básicos¹³ da população brasileira. Seu texto estabelece princípios e normas voltados à promoção da dignidade da pessoa humana e da justiça social. Entre os direitos assegurados, destacam-se a educação, a moradia, a propriedade e o acesso ao patrimônio¹⁴, elementos que

¹³ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

¹⁴ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o

reforçam o compromisso constitucional com a inclusão e a igualdade.

No que se refere à educação, a Constituição, em seu Artigo 6º, reconhece a educação como um direito social, garantindo seu acesso a todos. O Estado tem a responsabilidade de promover políticas educacionais que visem à erradicação do analfabetismo e à universalização do ensino fundamental e médio, assegurando igualdade de oportunidades a todos.

No tocante à moradia, a Carta Magna estabelece, implicitamente, a importância da moradia digna como um dos elementos fundamentais para a garantia da vida com dignidade. Além disso, o Estatuto da Cidade, instituído pela Lei Federal nº 10.257/2001¹⁵, oferece diretrizes específicas para a política urbana, incluindo medidas que visam assegurar o direito à moradia adequada e a função social da propriedade urbana.

Quanto ao direito à propriedade, o Artigo 5º da Constituição reconhece que é assegurado a todos o direito à propriedade, condicionado, no entanto, à sua função social. Isso significa que a propriedade deve cumprir uma função que beneficie a coletividade, evitando a especulação imobiliária e garantindo o acesso à terra para fins de moradia e desenvolvimento urbano sustentável.

Apesar desses direitos constitucionais, observamos dois fatores que ressaltam aos olhos quando o assunto é pessoas racializadas e patrimônio. O primeiro diz

transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

¹⁵ Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os art. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

respeito ao fato de que as garantias fundamentais, citadas acima, não especificam quanto a raça/cor/etnia da população brasileira, mesmo não sendo um segredo para o Estado de que as pessoas racializadas (negros e indígenas) são historicamente desprovidas de bens e direitos se comparado a população branca. Já o segundo afirma que o direito ao patrimônio histórico se quer é mencionado, independentemente se dirigido a pessoas brancas, negras ou indígenas. O que revela uma deficiência das leis fundamentais quando o assunto é direitos básicos da população negra (considerando suas especificidades, passado de escravidão e cultura), bem como os seus direitos em relação ao patrimônio material e imaterial.

O direito ao patrimônio, consagrado em inúmeras constituições globais, representa um dos pilares fundamentais dos direitos humanos e das garantias individuais. Reconhecido como um direito inerente, transcende a mera posse de bens e propriedades, abrangendo um espectro amplo que incorpora aspectos culturais, históricos, naturais e econômicos. Nas constituições de diversos países, esse direito é previsto como um alicerce para a proteção e preservação da identidade cultural, do legado histórico e da diversidade natural. Por meio dele, garantimos não apenas a propriedade, mas também o acesso e a segurança de elementos que representam a riqueza e a herança de uma sociedade (Campos, 2020).

O reconhecimento do direito ao patrimônio vai além da simples titularidade, abraçando a responsabilidade de manter e transmitir esses recursos para as futuras gerações. Ele reforça a ideia de que o patrimônio cultural, por exemplo, não é meramente um conjunto de objetos, mas um reflexo da identidade de um povo, suas tradições, expressões artísticas e saberes acumulados ao longo do tempo. Por meio da inclusão do direito ao patrimônio nas constituições, os países assumem o compromisso de adotar medidas para proteger o patrimônio, e equilibrando os interesses individuais com o bem-estar coletivo e o respeito aos direitos das gerações futuras (Radum, 2020).

Para um prognóstico sobre a garantia das leis fundamentais em relação às pessoas em situação de rua em Goyaz, é indispensável que nos atentemos para as vozes desses indivíduos; afinal, quem mais poderia descrever com precisão seus anseios, angústias, medos, tristezas e alegrias, bem como suas reais necessidades se não eles mesmo? Por isso a necessidade de apresentarmos, neste trabalho, relatos pessoais de pessoas em situação de rua que enfrentam o racismo estrutural,

destacando suas lutas e resiliência.

O legado histórico de opressão e marginalização acometidas historicamente contra a população negra no Brasil, reflete-se nas estruturas presentes, criando barreiras que perpetuam a desigualdade. E o engajamento efetivo com essas questões exige políticas abrangentes e sensíveis às necessidades variadas das populações negras marginalizadas.

Somente através do reconhecimento e enfrentamento desses desafios é que podemos aspirar a criar sociedades mais justas e igualitárias, onde cada indivíduo, independentemente de sua origem racial ou situação habitacional, possa desfrutar plenamente de um contexto social menos desigual, e de ter a garantia de seus direitos constitucionais plenamente resguardados, inclusive ao que cabe ao acesso e permanências de forma digna nos espaços patrimonializados.

Um aspecto crucial para a efetivação desses direitos e acessos consiste na desconstrução de narrativas racistas, o que se materializa em iniciativas voltadas a escutar a população em situação de rua. Ao compartilhar suas experiências e perspectivas, tais iniciativas não apenas desafiam estigmas persistentes, mas também contribuem para construir uma representação mais justa e inclusiva no âmbito do patrimônio cultural. Ao valorizar as histórias individuais e coletivas desses sujeitos, essas ações promovem a humanização de uma realidade frequentemente negligenciada, oferecendo um contraponto necessário às narrativas discriminatórias.

Portanto, a desconstrução de narrativas discriminatórias não é apenas uma ferramenta poderosa para desafiar estereótipos, mas também uma estratégia fundamental para construir uma sociedade mais justa e compreensiva. Ao reformular a maneira como percebemos e contamos nossas histórias, podemos construir um futuro mais inclusivo, onde as diversas contribuições de todas as comunidades sejam devidamente reconhecidas, respeitadas e celebradas.

2.7 Dados quantitativos gerais sobre pessoas em situação de rua

As condições de saúde e o acesso a direitos sociais da população em situação

de rua revelam aspectos fundamentais para a compreensão das múltiplas desigualdades que atravessam suas trajetórias. As informações apresentadas a seguir foram coletadas junto à equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município, com base em um conjunto de perguntas qualiquantitativas e semiestruturadas, formuladas no intuito de compreender as realidades enfrentadas por esse público e os encaminhamentos realizados pela rede de proteção social.

O levantamento quantitativo apresentado nesta seção busca oferecer um panorama geral do atendimento à população em situação de rua, a partir de dados obtidos junto aos registros do CREAS. Apesar das limitações na mensuração precisa do número total de atendimentos devido à natureza contínua e rotineira do serviço, foi possível identificar um número fixo de usuários acompanhados frequentemente, o que permite refletir sobre os desafios e a constância da demanda.

Tabela 8 – Dados Quantitativos Gerais sobre Pessoas em Situação de Rua

Indicador	Dados
Número total de pessoas em situação de rua atendidas atualmente	06 (de forma frequente)
Número de atendimentos registrados entre 2021 e 2025	Não é possível estimar concretamente, pois o serviço é contínuo e rotineiro
Número de pessoas acompanhadas de forma contínua ou reincidente	06 usuários atualmente acompanhados de maneira recorrente

Fonte: Organizado pela autora da pesquisa, a partir dos dados do CREAS, 2025.

A análise revela que, embora os registros não possibilitem uma contagem exata de todos os atendimentos realizados entre 2021 e 2025, observa-se um acompanhamento consistente de pelo menos seis pessoas em situação de rua. Este dado indica um núcleo estável de usuários que demandam atenção continuada, o que ressalta a importância de políticas públicas estruturadas e permanentes voltadas a esse grupo, considerando suas recorrências no sistema e as complexidades que envolvem sua permanência nas ruas. A invisibilidade estatística de atendimentos pontuais também evidencia a necessidade de aprimoramento dos sistemas de registro e monitoramento.

O levantamento do perfil sociodemográfico das pessoas em situação de rua atendidas atualmente permite compreender as características básicas deste grupo, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas. Os

dados a seguir foram coletados com base no acompanhamento direto realizado pelos serviços de assistência social no município de Goyaz.

Tabela 9 – Perfil Sociodemográfico das Pessoas em Situação de Rua

Indicador	Dados
Sexo	05 homens e 01 mulher
Faixas etárias	20 a 65 anos
Escolaridade	Maioria com anos primários; alguns analfabetos
Cor/raça (autodeclarada)	Preto, pardo
Tempo em situação de rua	Mais de um ano
Possuem documentação civil?	Sim. Em atendimento constante, todos têm documentação civil
Estado civil	Solteiros
Município de origem	Goyaz

Fonte: Organizado pela autora da pesquisa, a partir dos dados do CREAS, 2025.

A análise do perfil sociodemográfico evidencia um grupo predominantemente masculino, com idades variadas entre 20 e 65 anos. A baixa escolaridade, combinada com o fato de estarem há mais de um ano em situação de rua, aponta para trajetórias marcadas por exclusões sociais prolongadas. A presença da documentação civil entre todos os acompanhados, ainda que o desafio da reintegração social permaneça.

O capítulo a seguir apresenta o produto final do relatório técnico : o guia afetivo em formato de fanzine intitulado Patrimônio para Quem?. O produto nasce como uma devolutiva ética, simbólica e política às pessoas participantes da pesquisa. O fanzine reúne ilustrações anonimizadas e trechos reais das falas das pessoas em situação de rua, representadas em espaços patrimoniais onde afirmam não se sentirem aceitas. O capítulo detalha o formato, o público-alvo e o impacto esperado do produto, destacando seu potencial educativo, artístico e crítico.

3 PRODUTO

A construção do produto final desta pesquisa está diretamente vinculada às experiências narradas por pessoas negras em situação de rua na cidade de Goyaz, em sua relação com os espaços patrimoniais.

Frente às camadas de exclusão, silenciamento e deslegitimação que atravessam suas existências, optou-se por um formato que pudesse unir expressão visual, ética de cuidado, crítica social e devolutiva simbólica. Assim, propõe-se a criação de um guia afetivo em formato de fanzine, que articule desenho, fala e presença, revelando as tensões entre a memória oficial e as memórias vividas nas ruas da cidade.

O produto nasce como parte do compromisso ético e político da pesquisa, na tentativa de devolver à comunidade pesquisada um material sensível, acessível e crítico, capaz de deslocar olhares e instigar novos sentidos sobre quem pertence aos espaços tombados e preservados como patrimônio.

3.1 Formato definido

O produto final desta pesquisa consiste na criação de um guia afetivo em formato de fanzine intitulado *Patrimônio para Quem? Dinâmicas da Exclusão em Goyaz*, cuja proposta é tensionar as narrativas tradicionais de patrimonialização da cidade de Goyaz, incorporando as vozes, presenças e memórias das pessoas negras em situação de rua que habitam (e são constantemente expulsas) desses mesmos espaços.

O fanzine será desenvolvido a partir de ilustrações digitais baseadas em foto-referência das pessoas participantes da pesquisa, representadas nos espaços patrimoniais da cidade nos quais elas afirmaram não se sentirem aceitas ou bem-vindas.

Em respeito à ética da pesquisa e ao que foi acordado junto ao Comitê de Ética,

as imagens não apresentarão rostos, nem dados que possibilitem a identificação direta dessas pessoas. Elas serão desenhadas de forma simbólica, como silhuetas, contornos ou figuras anônimas que ocupam visualmente os espaços onde normalmente são invisibilizadas.

Cada imagem será acompanhada por frases reais ditas pelas pessoas em situação de rua, transcritas em sua forma original, que expressam seus sentimentos, vontades, dores e percepções sobre o patrimônio da cidade. Com isso, o fanzine torna-se também uma narrativa coletiva construída a partir de experiências de exclusão, resistência e desejo de pertencimento.

O formato gráfico será o de fanzine artesanal, impresso em folha única dobrada, com seis páginas internas, capa e contracapa. A técnica escolhida permite não apenas a produção em escala reduzida e de baixo custo, mas também a possibilidade de transformação das imagens em peças expositivas, podendo ser ampliadas (em A4 ou A3), emolduradas e utilizadas em instalações em espaços públicos, educativos ou culturais. Assim, o produto transita entre o objeto impresso de circulação livre e o suporte artístico de denúncia e memória.

3.2 Público-alvo

O público-alvo do produto envolve diferentes camadas da comunidade, com atenção especial às populações que historicamente foram invisibilizadas nas políticas de preservação cultural.

São eles: Pessoas em situação de rua da cidade de Goyaz, especialmente as que participaram da pesquisa, para que se reconheçam nos espaços que ajudaram a construir com sua fala, presença e história; Comunidade em geral da cidade de Goyaz, que muitas vezes desconhece ou naturaliza os processos de exclusão urbana e patrimonial; Agentes públicos e profissionais das áreas de assistência social, cultura, turismo e patrimônio histórico, como forma de sensibilização e provocação sobre práticas institucionais excluientes; Estudantes, professores e coletivos de arte e educação, que poderão utilizar o material como recurso pedagógico em discussões

sobre direitos humanos, racismo estrutural, patrimônio e desigualdade social; Visitantes e turistas da cidade, para que acessem narrativas que não estão presentes nos roteiros oficiais, promovendo uma leitura crítica da cidade histórica.

3.3 Impacto esperado sobre a comunidade e na preservação do bem cultural

O fanzine em formato de guia afetivo *Patrimônio para Quem? Dinâmicas da Exclusão em Goyaz* busca produzir um impacto simbólico e político na forma como o patrimônio é compreendido, representado e apropriado. Seu objetivo é incluir os afetos, as memórias e as presenças das pessoas em situação de rua como parte legítima da história da cidade de Goyaz, tensionando as políticas oficiais de patrimonialização que, muitas vezes, operam por meio da exclusão, do silenciamento e da higienização urbana.

Esperamos que o produto reforce o reconhecimento da população em situação de rua como sujeito histórico, dotado de memória, sensibilidade e direito à cidade, ao mesmo tempo em que provoque uma reflexão pública sobre os processos de patrimonialização e sobre os critérios que definem quem é considerado digno de ser lembrado, protegido ou exibido nos espaços turísticos e culturais.

Buscamos, ainda, ampliar o acesso ao debate sobre patrimônio por meio de uma linguagem acessível, visual e direta, mas sem perder a profundidade crítica, valorizando sobretudo o patrimônio afetivo construído pelas vivências cotidianas, e não apenas as estruturas arquitetônicas ou os valores oficiais de tombamento.

Nesse sentido, o produto visa contribuir para políticas públicas inclusivas e atuar como material educativo, artístico e formativo em diferentes espaços, configurando-se, ao mesmo tempo, como devolutiva às pessoas que participaram da pesquisa e como instrumento crítico de denúncia e transformação social. Trata-se de um convite a compreender o patrimônio não como algo estático e museificado, mas como campo dinâmico que exige reinvenção a partir das margens.

O último capítulo descreve a aplicação prática do produto, que será realizada na Praça João Francisco, espaço de convivência da maior parte da população em

situação de rua, durante ações da ONG Ação do Bem. A proposta inclui a entrega do fanzine, a realização de roda de conversa e a escuta coletiva, permitindo que os participantes se reconheçam no material produzido. Também é apresentado o manual de uso do produto, com orientações para mediações pedagógicas, exposições e atividades educativas, reforçando o compromisso ético com o uso responsável das imagens e falas.

4 APLICAÇÃO DO PRODUTO

A aplicação do produto final desta pesquisa, o guia afetivo em formato de fanzine intitulado *Patrimônio para Quem? Dinâmicas da Exclusão em Goyaz* se estrutura como uma ação concreta de devolutiva simbólica, crítica e sensível à comunidade participante, especialmente às pessoas em situação de rua da cidade de Goyaz (GO).

O *fanzine* reúne desenhos que representam, de forma anonimizada e respeitosa, pessoas que vivem nas ruas da cidade inseridas em espaços patrimoniais onde afirmam não se sentirem aceitas. Cada ilustração é acompanhada por frases reais dessas pessoas, revelando seus afetos, desejos e percepções sobre o pertencimento (ou não) aos espaços simbólicos da cidade histórica.

A proposta de aplicação do produto prevê uma ação presencial de devolutiva, que ocorrerá na Praça João Francisco, local de sociabilidade e convivência da população em situação de rua, durante a entrega de almoço realizada pela ONG *Ação do Bem*.

Nesse momento, será organizada uma roda de conversa aberta, permitindo que os participantes interajam diretamente com o material que ajudaram a construir: poderão visualizar os desenhos, reler suas falas e refletir coletivamente sobre sua relação com os espaços patrimoniais da cidade.

A roda de conversa será também um espaço de escuta, onde novas falas e percepções poderão surgir, enriquecendo ainda mais o sentido do produto.

4.1 Manual de uso do produto

O *fanzine*, já finalizado, conta com um manual de uso em formato digital, elaborado como complemento do material, contendo orientações para a mediação de atividades pedagógicas, rodas de conversa, oficinas e exposições.

Esse manual reúne sugestões de perguntas norteadoras para debates sobre

patrimônio, pertencimento e exclusão social; indicações sobre a organização de rodas de conversa com diferentes públicos comunidade, escolas, universidades e projetos sociais; bem como instruções para a exposição das ilustrações em ambientes educativos e culturais, em formatos ampliados (A4 ou A3).

Também foram incluídas recomendações éticas sobre o uso da imagem e da fala de pessoas em situação de rua, ainda que apresentadas de forma anonimizada. O objetivo do manual é garantir que o fanzine seja utilizado com respeito, sensibilidade e compromisso social, possibilitando a formação de olhares críticos acerca dos processos de patrimonialização excluente.

4.2 Devolutiva para a comunidade

A devolutiva do produto será realizada como um momento de reconhecimento e escuta coletiva, tendo como cenário a Praça João Francisco, local de encontro e circulação da população em situação de rua. Durante a ação de entrega de alimentos promovida pela ONG *Ação do Bem*, os participantes da pesquisa serão convidados a visualizar os desenhos finalizados, reler suas falas impressas e dialogar sobre sua presença (ou ausência) nos espaços patrimoniais da cidade.

Cada pessoa participante da pesquisa receberá seu próprio exemplar impresso do fanzine, como forma concreta de retorno pelo tempo e pela confiança dedicados durante as entrevistas. O fanzine torna-se, assim, um objeto de devolutiva simbólica, afetiva e material, um gesto de reconhecimento e valorização da história, da palavra e da presença dessas pessoas na construção do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, evidenciamos a importância de se ampliar o conceito de patrimônio cultural para além das delimitações oficiais e tradicionais, incorporando as experiências e os afetos da população em situação de rua, grupo social historicamente marginalizado e invisibilizado nos espaços públicos e simbólicos da cidade de Goyaz.

Esta pesquisa nasce do desconforto, da inquietação e da recusa em aceitarmos como natural a presença sistematicamente excluída de pessoas negras em situação de rua nos espaços patrimonializados da cidade de Goyaz.

Longe de ser um estudo neutro ou distante, este trabalho se constrói a partir da escuta atenta, do diálogo e da imersão em experiências concretas de vida. Mais do que uma dissertação acadêmica, trata-se de um ato político de denúncia e de reivindicação de memória, pertencimento e humanidade.

Através de uma metodologia participativa, o projeto ressignificou o patrimônio cultural, destacando elementos afetivos que fazem parte do cotidiano dessas pessoas e que não são reconhecidos pelas políticas públicas e pelo discurso patrimonial dominante. Isso reforça a necessidade urgente de práticas inclusivas que considerem as múltiplas narrativas e memórias presentes no espaço urbano, especialmente as daqueles que vivem nas margens da sociedade.

A cidade de Goyaz, reconhecida como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, ostenta o slogan institucional “Nossa gente, nosso patrimônio” uma frase que, à primeira vista, soa inclusiva e acolhedora, mas que se revela profundamente contraditória quando confrontada com a realidade concreta da exclusão. A quem se refere essa “nossa gente”? Quem, de fato, está incluído no “novo patrimônio”?

As respostas que emergem das entrevistas, da observação participante e da escuta sensível realizada ao longo do processo de pesquisa evidenciam um abismo entre esse discurso institucional e a experiência cotidiana da população negra em situação de rua.

O slogan da Prefeitura, longe de ser apenas uma frase publicitária, atua como ferramenta simbólica de apagamento e silenciamento. Percebemos que a mensagem

“Nossa gente, nosso patrimônio” não contempla aqueles que vivem nas margens, que dormem nas calçadas do centro histórico, que são sistematicamente removidos dos espaços públicos durante festas e eventos, e que têm seus corpos racializados tratados como incômodos diante do projeto turístico e estético da cidade.

Em vez de representar uma inclusão real, o slogan reforça a ideia de pertencimento seletivo, limitando quem pode ser considerado parte legítima do “nós” da cidade patrimonializada.

As entrevistas com pessoas em situação de rua revelaram que esses sujeitos mantêm relações profundas com o território. Muitas dessas pessoas nasceram na cidade ou vivem nela há décadas. Reconhecem igrejas, praças, mercados, festas e personagens históricos com familiaridade, memória e afeto. Suas falas desmentem o estigma de que são “de fora” ou “intrusas” na cidade. Apesar da exclusão sistemática, seus saberes sobre o patrimônio, seu cotidiano e suas experiências constroem outras formas de pertencimento que resistem ao apagamento institucional.

Neste trabalho, apresentamos uma leitura crítica do processo de patrimonialização em Goyaz. Embora seja reconhecido como instrumento relevante de preservação cultural, o patrimônio, quando desvinculado de práticas democráticas e inclusivas, corre o risco de converter-se em ferramenta de gentrificação, “higienização” e reprodução das desigualdades sociais e raciais. Nesse cenário, passa a funcionar como dispositivo de valorização simbólica e econômica para determinados grupos, ao mesmo tempo em que exclui e marginaliza outros.

Foi a partir dessa crítica que nasceu o produto final desta dissertação: o guia afetivo em forma de *fanzine Patrimônio para Quem? Dinâmicas da Exclusão em Goyaz*, fruto de uma escuta sensível às vozes da população em situação de rua.

Composto por ilustrações e trechos de falas dos próprios sujeitos entrevistados, o guia busca ressignificar os sentidos do patrimônio, reconhecendo como legítimos os vínculos afetivos e culturais dessa população com a cidade. Ele atua como uma ferramenta de denúncia, mas também como proposta de reconstrução simbólica do espaço urbano, dando visibilidade a quem foi historicamente silenciado.

Essa produção documental alternativa rompe com os critérios técnicos e normativos dos órgãos oficiais, ao valorizar as memórias subterrâneas que formam a

cidade viva e real.

Evidenciamos, neste trabalho, a necessidade de ampliar o conceito de patrimônio cultural para além das delimitações legais e tradicionais, incorporando as experiências e os afetos de grupos historicamente marginalizados. A metodologia adotada, baseada na escuta, na presença e na coautoria, possibilitou dar visibilidade às subjetividades da população em situação de rua, reconhecendo suas formas de habitar, narrar e pertencer à cidade. Como resultado, o guia afetivo configura-se como instrumento pedagógico e político, capaz de sensibilizar gestores públicos, educadores, estudantes e moradores para as desigualdades que atravessam o centro histórico de Goyaz.

Neste contexto, a crítica ao slogan “Nossa gente, nosso patrimônio” assume centralidade. A frase, ao mesmo tempo que pretende afirmar um pertencimento coletivo, acaba revelando os limites desse pertencimento quando colocada em contraste com a realidade de exclusão. Para que o slogan tenha sentido verdadeiro, é preciso que a gestão pública se comprometa com práticas efetivas de inclusão, com o direito à cidade e com o reconhecimento da diversidade de experiências que formam o tecido social goyano. Do contrário, permanece como peça retórica, desconectada das vozes e corpos que ela afirma representar.

Concluímos, portanto, que o patrimônio cultural precisa ser descolonizado, democratizado e reterritorializado. Isso implica reconhecer as disputas em torno da memória, as desigualdades que atravessam os usos e significados da cidade, e, sobretudo, incorporar as vozes de quem historicamente foi silenciado.

A população negra em situação de rua é parte da cidade, da história e da cultura goiana e não figurante ou estigma urbano, mas sujeito histórico com direito à memória, ao afeto e ao patrimônio.

A cidade de Goyaz, com toda a sua beleza e importância histórica, precisa confrontar suas contradições. Não basta conservar fachadas; é preciso cuidar de pessoas. Não basta contar histórias; é necessário ouvir aquelas que ainda não foram narradas.

Por fim, esperamos que este trabalho contribua para que essas presenças não apenas ocupem os bancos das praças, mas também os livros, os guias, as placas e

os arquivos que narram o que fomos e o que ainda podemos ser.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.
- ALVES, Jaime Amparo. **The anti-black city: police terror and black urban life in Brazil.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.
- ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888–1988).** Bauru: EDUSC, 1998.
- ASSIS, Wilson Rocha. **Estudos de história de Goiás.** 2. ed. Goiânia: Editora Vieira, 2009.
- BAETA, R. E. A crítica de cunho modernista à arquitetura colonial e ao barroco no Brasil: Lúcio Costa e Paulo Santos. **Caderno de Arquitetura e Urbanismo,** Belo Horizonte, v. 10, n. 11, p. 35–56, dez. 2003.
- BO, João Batista Lanari. **Proteção do patrimônio na UNESCO:** ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003. 186 p. ISBN: 85-87853-62-7.
- BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. Urbanização em Goiás no século XVIII. 2007. **Tese** (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI: 10.11606/T.16.2007.tde-13052010-090028. Acesso em: 01 fev. 2024.
- BORGES, Fabiana Craveiro Silva Ferraz. Cidade de Goiás: o uso do patrimônio histórico como recurso turístico. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul. **Semintur**, ISSN 1806-0447, 2010, p. 01-16.
- BOSI, Alfredo. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. **Lei nº 601, de setembro de 1850.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm. Acesso em: 10 de jan. de 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.** Institui o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 150, p. 1, 7 ago. 2000.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional para a População em**

Situação de Rua. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. 12. ed. Porto: Porto Editora, 2013.

BULLARD, Robert D. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (org.). **Justiça ambiental e cidade.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 40–68.

BURY, John. Arquitetura e arte no Brasil colonial / org. Myrian Andrade Ribeiro de Oliveira. Brasília, DF: **IPHAN/MONUMENTA**, 2006. 256 p. ISBN: 978-85-7334-034-1.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. Patrimônio e a constituição de 1988. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (org.). **Dicionário temático de patrimônio:** debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. p. 43–49.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CAPIBERIBE, A. Patrimônio indígena. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (Org.). **Dicionário temático do patrimônio:** debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.

CARNEIRO, Keley Cristina. Cartografia de Goiás: patrimônio, festas e memórias. Coord. Yussef Daibert Salomão de Campos. Belo Horizonte: **Letramento**, 2023. 132 p. ISBN 978-65-5932-310-4.

CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (org.). SPHAN/IPHAN. In: **Dicionário temático de patrimônio:** debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. p. 91–94.

CARVALHO, Euzébio. Temporalidades negras: memória testamentária da Igreja dos Pretos da Cidade de Goiás. **Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens**, v. 6, n. 2, 2021. ISSN 2448-1793.

CHAUL, Nasr Fayad. A identidade cultural do goiano. **Ciências e Cultura**, São Paulo, v. 63, n. 3, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2000.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio**, n. 34, 2012. Rio de Janeiro: IPHAN.

CHUVA, Márcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (org.). **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012. p. 67–78.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**: intelectuais, Estado e patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

COELHO, Gustavo N. **Goiás: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano**. Goiânia: ED. UCH, 1996.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Textos & Contextos**, n. 4, dez. 2005.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 24, p. 213–225, 2004.

DRUCIAKI, Vinícius Polzin. **Mapa digital urbano da cidade de Goiás**, 2022. Mapa elaborado a partir de trabalho de campo (2021/2022) e base cartográfica da Prefeitura Municipal de Goiás (2009).

ESCOREL, Sarah. Exclusão social no Brasil contemporâneo: um fenômeno sociocultural? In: **Anais**. XIX Encontro da Anpocs, Caxambu, out. 1995.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, Mariana. **A hidra e os pântanos**: senhores e escravos no Rio de Janeiro, c. 1790–1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Contexto, 2009.

FREITAS, J. F. B. Portos e o regime de concessões: construção, exploração e aterros. **USJT - Arq.Urb**, n. 2, segundo semestre de 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 48. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Editora 34, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. **História da África e dos africanos**: experiências e dilemas da diáspora negra. São Paulo: Selo Negro, 2019.

GOMES, Flávio dos Santos. **História da África e dos africanos**: antologia

crítica. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 727–744, jul./set. 2012.

GONÇALVES, Regina Célia Barbosa. **Quilombos urbanos: resistência e invisibilidade**. São Paulo: FAPESP; Selo Negro, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: PINHO, E. C. et al. (org.). **O lugar do negro na história**. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 215–223.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HENRIQUES, R.; DODEBEI, V. Os museus e os novos patrimônios. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, jul. 2011.

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. Tradução: Bhumi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

LEMKE, Maria. **Trabalho, família e mobilidade social – notas do que os viajantes não viram em Goiás, c. 1770 – c. 1847**. 2012. ix, 304 f. : il., tab. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, 2012.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Novos Estudos** – CEBRAP, n. 74, 2006.

MONTEIRO, Ynaê Lopes dos Santos. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país**. São Paulo: Todavia, 2022.

MOREIRA, Rafael. A arquitetura dos primeiros tempos do Brasil. Lisboa: **Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses**, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 01-12, abr. 2017.

NONATO, D. do Nascimento; RAIOL, R. W. G. Pessoas em situação de rua e violência: entrelaçados em nome da suposta garantia de segurança pública. **Direito em Debate**, n. 49, jan./jun. 2018.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto de História, São Paulo: PUC-SP, n. 10, 1993.

OLIVEIRA, David Barbosa de. A referência cultural do Inventário Nacional de proteção dos bens imateriais. **Políticas Culturais em Revista**, v. 3, p. 138–150, 2010.

OLIVEIRA, E. C. “Um dia a Igreja cai”: a importância cultural dos templos religiosos na cidade de Goiás. **Patrimônio e Memória** (UNESP), v. 10, p. 28–47, 2014.

PALACÍN, Luís. **O século do ouro em Goiás: 1722–1822. Estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. 4. ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PALACÍN, Luís. **Quatro tempos de ideologia em Goiás**. Goiânia: Cerne, 1986.

PEIXOTO, G. R. A arquitetura do café. In: BICCA, B. E. P.; BICCA, P. R. S. (org.). **Arquitetura na formação do Brasil**. Brasília: UNESCO, 2006. p. 198–231.

PRADO, Paulo Brito do. Patrimônio inquirido: por uma história de memórias subterrâneas nos sertões de Goiás em 1930. **Tempo de Histórias**, Brasília, n. 24, jan./jul. 2014.

RADUM, D. Patrimônio e direito. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (org.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. p. 59–66.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROTONDANO, Ricardo Oliveira. É preciso falar sobre etnia e raça: afirmando a diferença para construir a igualdade. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 8, p. 1–25, 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870–1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SEGAWA, Hugo. Rumo à industrialização: arquitetura da primeira metade do século XX. In: BICCA, B. E. P.; BICCA, P. R. S. (org.). **Arquitetura na formação do Brasil**. Brasília: UNESCO, 2006. p. 310–342.

SEVCENKO, Nicolau. A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: **Scipione**, 1992.

SILVA, G. P. da. Noções de identidade de Stuart Hall e o diálogo com o patrimônio cultural. In: **Anais**. 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019.

SILVA, L. A. Aspectos sociais, políticos e religiosos da arquitetura colonial vilaboense: uma análise semiótica. **Via Litterae**, Anápolis, v. 2, n. 2, p. 451–473, 2010. ISSN 2176-6800.

SILVA, Maria Aparecida Daniel da. Terra “sem lei, nem rei”: Goiás (1822–1850). 2000. **Tese** (Doutorado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. **Afro-Ásia**, n. 23, 1999, p. 87–144.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMITH, Robert. Arquitetura colonial. In: SMITH, Robert. **Robert Smith e o Brasil**: arquitetura e urbanismo. Brasília: Iphan, p. 257-328, 2012.

TAMASO, Isabela. Os patrimônios como sistemas patrimoniais e culturais: notas etnográficas sobre o caso da cidade de Goiás. **Revista Antropológicas**, 2015, p. 156–185.

TOLENTINO, Atila Bezerra. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **SiLLogés**, v. 1, n. 1, jan./jun. 2018.

UNESCO. **O projeto “A Rota do Escravo” e a preservação da memória da escravidão**. Paris: UNESCO, 2017. Disponível em: <https://www.unesco.org>. Acesso em: 09 maio 2025.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Paris: UNESCO, 2002. CARNEIRO, Keley Cristina. *Cartografia de Goiás: patrimônio, festa e memórias*. 1. ed. [S.I.]: Editora Letramento, 2023. 132 p. ISBN 978-65-5932-310-4.

VAZ, A. M. R.; BALTAZAR, N. C. O processo de ocupação do território brasileiro: do período colonial à Revolução Verde. In: **Anais** do IV Simpósio Regional de Geografia, Universidade Federal de Goiás, 28–30 maio 2019, p. 115–129.

APÊNDICES

Perguntas Norteadoras da Pesquisa

- 1)** Você conhece algum monumento ou edifício histórico na região em que estamos?
- 2)** Qual é a sua opinião sobre a preservação do patrimônio cultural da cidade?
- 3)** Você já teve alguma experiência positiva relacionada ao patrimônio cultural?
- 4)** Você acredita que a população em geral valoriza o patrimônio histórico?
- 5)** Se você pudesse visitar ou explorar qualquer local histórico, qual seria e por quê?
- 6)** O que você acha que poderia ser feito para envolver as pessoas em situação de rua na preservação do patrimônio cultural?
- 7)** Você já recebeu algum tipo de atendimento ou informação relacionada ao patrimônio cultural?
- 8)** Você sente que sua opinião sobre o patrimônio cultural é levada em consideração pelas autoridades ou pela comunidade em geral?
- 9)** Você tem alguma história interessante ou conhecimento sobre a história local que gostaria de compartilhar?
- 10)** Como você acha que a preservação do patrimônio cultural pode impactar a vida das pessoas em situação de rua?
- 11)** Como você se sente em relação a fazer parte desta cidade?
- 12)** Você se considera um cidadão desta cidade? Por quê?
- 13)** Quais são os lugares ou espaços nesta cidade que você considera especiais ou intensos para você?
- 14)** Existe alguma história pessoal que você gostaria de compartilhar sobre o seu vínculo com esta cidade?
- 15)** Você acredita que as pessoas em situação de rua têm oportunidades suficientes para se envolver e contribuir para a vida comunitária nesta cidade?
- 16)** Você já teve alguma experiência positiva de inclusão ou reconhecimento nesta cidade?
- 17)** O que você acha que poderia ser feito para melhorar o sentimento de pertencimento de pessoas em situação de rua nesta cidade?
- 18)** Existem iniciativas voluntárias ou programas de apoio que você conhece e acha

que são eficazes para promover o pertencimento à cidade?

19) Como você acha que a cidade poderia criar mais espaços de acolhimento e inclusão para pessoas em situação de rua?

20) Existe algo que você gostaria de compartilhar com os moradores desta cidade para que entendam melhor a realidade das pessoas em situação de rua e promovam um maior senso de pertencimento?

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Silêncios do Patrimônio na Cidade de Goiás (GO): Panorama das diferentes formas de resistência dessa população no âmbito da cidade patrimonializada”. Meu nome é Tayná Michele Rocha da Costa, sou mestrand(a), pesquisador(a) responsável por esta pesquisa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubrique todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(à) pesquisador(a) responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo(a) pesquisador(a) responsável, via e-mail tynamichele0@gmail.com, endereço Avenida Dr, Av. Deusdete Ferreira de Moura - Centro, Goiás - GO, 76600-000 e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, acrescentando o número 9090 antes do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (62) 994376979/62) 993275620.

Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Estadual de Goiás (CEP/UEG), localizado no Prédio da Administração Central, BR 153, Km 99, Anápolis/GO, CEP: 75132-903. O funcionamento presencial e pelo telefone (62) 3328-1439 ocorre das 9h às 12h e das 13h às 16h30min às terças e quartas-feiras. O atendimento por e-mail cep@ueg.br poderá ser feito de segunda à sexta 9h às 12h e das 13h às 16h30min. O CEP é responsável por realizar a análise ética das pesquisas com seres humanos, sendo aprovadas apenas aquelas que seguem os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares brasileiras sobre ética, como é o caso desta pesquisa.

Os pesquisadores que compõem essa equipe de pesquisa são Tayná Michele Rocha da Costa e Ricardo Oliveira Rotondano.

A leitura desse TCLE deve levar aproximadamente 20 minutos e a sua participação na pesquisa 50 minutos.

Será possível que as entrevistas aconteçam de forma oral, desde que a pessoa

autorize a gravação do áudio.

Caso alguma dessas pessoas tenha dificuldades para assinar o terno, poderá ser feito um desenho indicando que aceita a participação na pesquisa.

As opções: () prefiro não dizer () outro será incluída nas perguntas caso as pessoas não queiram responder.

Justificativa, objetivos e procedimentos:

O motivo que nos leva a propor esta pesquisa é compreender através da visão da população em situação de rua o que é o patrimônio para esse grupo em específico, e como esses se relacionam com o centro histórico, na tentativa de identificar se essas pessoas se sentem realmente representadas por estas referências no que diz respeito ao patrimônio.

O objetivo desta pesquisa é conseguir identificar o que é o patrimônio a partir da visão da população que vive em situação de rua na cidade de goiás, e se essa população se sente pertencentes a esses espaços.

Os procedimentos de coleta de dados serão de entrevistas, onde serão feitas perguntas pelo (a) pesquisador (a). Será usado gravador de voz e celular para registrar as respostas, e câmera fotográfica para que seja registrado fotos e vídeos. O tempo previsto para realização das perguntas e respostas são 50 minutos. O local onde será feito a entrevista será indicado pelos entrevistados. Isso será abordado em dois momentos, para a coleta de dados da entrevista e no momento da devolutiva, que ocorrerá após a conclusão da pesquisa, para receber o resultado e conclusão do trabalho. Considerando tal procedimentos, marque a opção abaixo:

() Não permito a gravação/obtenção da minha imagem/ voz. () Permito a gravação/obtenção da minha imagem/voz.

Em caso de permissão da gravação/obtenção da imagem/voz:

() Permito a divulgação da minha imagem/voz nos resultados publicados da pesquisa.

() Não permito a divulgação da minha imagem/voz nos resultados publicados da pesquisa.

Riscos e formas de minimizá-los:

O risco relacionado à participação neste estudo é o de sensibilização emocional do entrevistado, caso este se recorde de momentos da sua vida que desperte forte emoção. Para evitar e/ou reduzir os riscos de sua participação, será garantido aos entrevistados a confidencialidade das informações coletadas, para proteger a

privacidade dos participantes, um diálogo tranquilo, de forma que o mesmo se sinta acolhido, oferecer suporte emocional durante o processo e tomar medidas para evitar a revitimização ou agravamento de traumas passados.

Para deixar o entrevistado mais seguro, será demonstrado prontidão para responder suas dúvidas, evidenciando que ele tem direito de recusar sua participação, será demonstrado disposição para ouvir seus relatos, suas vivências e respeitá-lo em sua subjetividade e cultura e esclarecido que poderá desistir a qualquer momento caso se sinta desconfortável. Por fim, fazer os agradecimentos quanto ao tempo que foi doado para a entrevista, a confiança em expressar suas histórias e memórias.

Assistência:

Se você sentir qualquer desconforto é assegurado assistência imediata e integral de forma gratuita, para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios de qualquer natureza, decorrentes de sua participação na pesquisa.

Caso você se sinta desconfortável por qualquer motivo, poderemos interromper a sua participação na entrevista a qualquer momento e esta decisão não produzirá penalização ou prejuízo.

Benefícios:

Esta pesquisa terá como benefício desenvolver material científico que seja útil para criação de projetos posteriores e possivelmente contribuindo na produção de políticas públicas que favoreça essa população, a partir da compreensão de como ela se relaciona com o patrimônio da sua cidade, além do acesso ao produto, o que garante retorno social.

Sigilo, privacidade e guarda do material coletado:

Não há necessidade de identificação, ficando assegurados o sigilo e a privacidade. Você poderá solicitar a retirada de seus dados coletados a qualquer momento, deixando de participar deste estudo, sem prejuízo. Os dados coletados nesta pesquisa serão guardados em arquivo digital, sob nossa guarda e responsabilidade, por um período de cinco anos após o término da pesquisa. Após esse período, o material obtido será picotado e/ou reciclado e terá todas as mídias apagadas.

Indenização:

Se você sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a buscar indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder.

Você não receberá nenhum tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo, mas caso tenha algum gasto decorrente do mesmo, como deslocamento ou alimentação, este será resarcido por mim, pesquisador responsável.

Em qualquer etapa do estudo você poderá entrar em contato comigo, pesquisador(a) responsável, para esclarecimentos de eventuais dúvidas.

Os resultados da sua participação poderão ser consultados por você a qualquer momento, para isso, nós disponibilizaremos pelo e-mail taynamichele0@gmail.com ou pelo telefone 62 99437-6979, que também está disponível para receber mensagens via WhatsApp.

Declaração do(a) Pesquisador(a) Responsável

Eu,....., pesquisador(a) responsável por este estudo, esclareço que cumprirei as informações acima e que o participante terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios devido a sua participação nesse estudo; e que suas informações serão tratadas com confidencialidade e sigilo. O participante poderá sair do estudo quando quiser, sem qualquer penalização. Se tiver algum custo por participar da pesquisa, será resarcido; e em caso de dano decorrente do estudo, terá direito a buscar indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder. Declaro também que a coleta de dados somente será iniciada após a aprovação do protocolo pelo sistema CEP/CONEP.

Declaração do(a) Participante

Eu,....., abaixo assinado, discuti com o pesquisador(a) Tayná Michele Rocha da Costa, sobre a minha decisão em participar como voluntário(a) do estudo “Silêncios do Patrimônio na Cidade de Goiás (GO): Panorama das diferentes formas de resistência dessa população no âmbito da cidade patrimonializada”. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de assistência, confidencialidade e esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é voluntária e isenta de despesas e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

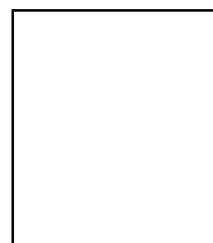
Cidade de Goiás, ____ de ____ de ____.

Assinatura do(a) participante de pesquisa/Responsável legal

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Data: ____ / ____ / ____



ANEXOS

Documento de Aprovação do Comitê de Ética



Continuação do Parecer: 7.597.022

conhecimentos sobre o patrimônio da região.

Através desse trabalho conjunto, espera-se que ocorra uma maior conscientização e compreensão por parte da sociedade sobre as questões enfrentadas pela população em situação de rua, reduzindo o estigma e a discriminação associados a elas. No entanto, é importante ressaltar que essa hipótese pressupõe a existência de estruturas de apoio adequadas, para oferecer suporte à população de rua durante e após a participação nesse trabalho.

METODOLOGIA

Para Minayo (2003), a metodologia de pesquisa ocupa lugar central na teoria, pois, se trata do conjunto de técnicas que deverão ser adotadas para construir uma realidade, isto é, com abordagens, qualitativa e de pesquisa-ação, observações, sínteses e explicações sobre os resultados. Dito isto, por meio de uma pesquisa com Método Histórico Crítico Qualitativo, a metodologia utilizada será num primeiro momento, a pesquisa bibliográfica, de forma norteadora de todo o processo investigativo, e arquivos históricos da cidade, trabalhos de campo em ambos os espaços já mencionados, entrevista de cunho qualitativa com a assistente social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas, também de cunho qualitativo com a população em situação de rua, considerando suas vozes no centro da investigação, e destacando o processo como um dos focos principais de abordagem. Assim, Denzin (2008, p. 109) ressalta que:

Apesar de quebras e rupturas constantes definirem o campo da pesquisa qualitativa, há um centro de mudança no projeto: um compromisso humanístico e de justiça social professado ao estudo do mundo social a partir da perspectiva das interações do indivíduo.

Serão analisados parâmetros da cidade onde se encontram o maior número de população em situação de rua no município de Goiás, um dos pontos é a ponte do Rio Vermelho próximo ao mercado municipal da cidade, e a outra localidade é a Praça do João Francisco onde se tem um número mais expressivo de pessoas em condições de rua diariamente. Um desses pontos localizados dentro do território onde se tem prédios e monumentos que fazem parte do patrimônio, e o outro um espaço marginalizado, que se tem o centro urbano que segregava a população pobre, onde os turistas desconheciam a existência desse ponto dentro da cidade patrimonial.

Durante o período proposto para a pesquisa, será feito a produção de um diário de campo,

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO CEP: 75.132-903
UF: GO Município: ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1439

E-mail: cep@ueg.br



Continuação do Parecer: 7.597.022

onde será observado as vivencias do cotidiano dessa população, os espaços que esses ocupas e a tentativa de captar a visão dos cidadãos com essa população, sob a ótica do patrimônio. Será feito entrevista com essa população, e também haverá a busca de dados a respeito dessa população junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que prestam assistência especificamente a essa população. Em momento algum da pesquisa será utilizado o nome dessas pessoas, serão dados nomes fictícios para eles quando se fazer necessário utilizar alguma de suas falas no decorrer do trabalho, as fotográficas que serão utilizadas durante a pesquisa serão dos espaços físicos da cidade e não dessas pessoas, pensando na preservação de sua dignidade humana e em uma possível exposição desses, para evitar possíveis constrangimentos futuros, caso saia da condição de rua.

Serão utilizadas também, documentos referentes ao processo de patrimonialização da cidade de Goiás, ocorrido em 2001, juntamente com o plano diretor da cidade, no intuito de dar visibilidade aos problemas sociais, estruturais e culturais sem deixar de dar ênfase a memória e a história desses indivíduos inseridos na paisagem da cidade patrimônio. Assim, eticamente responsável com a população em situação de rua, expressada no seio da questão social, com desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatisadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais entre outras. (IAMAMOTO, 1999, p. 28)

A presente pesquisa tem como objetivo investigar a realidade de indivíduos que vivenciam a condição de rua, visando compreender e evidenciar os desafios enfrentados por esse segmento da sociedade. Para garantir a eficácia e a ética na condução deste estudo, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão. Os participantes selecionados deverão atender aos seguintes requisitos: Devem se encontrar em situação de rua, caracterizada pela ausência de residência fixa, podendo habitar temporariamente espaços públicos, abrigos ou locais improvisados; maioria, conforme preconizado pela legislação em vigor no país; devem manifestar assinatura voluntária para participar da pesquisa, formalizada mediante assinatura de um termo de consentimento informado; os participantes devem possuir a habilidade de responder às perguntas formuladas e participar das atividades propostas no decorrer da pesquisa.

A exclusão se aplica aos seguintes casos: Indivíduos que não atendem à maioria exigida pela legislação do país; a exclusão se aplica a indivíduos que expressam explicitamente sua recusa em participar da pesquisa; participantes que apresentam condições de saúde que impossibilitem sua participação no estudo; pessoas que, embora possam enfrentar

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo

Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO

CEP: 75.132-903

UF: GO

Município: ANAPOLIS

Telefone: (62)3328-1439

E-mail: cep@ueg.br



Continuação do Parecer: 7.597.022

adversidades, possuem uma residência permanente; Pessoas que não estão disponíveis no momento da realização da pesquisa.

A abordagem e o recrutamento dos participantes serão conduzidos estrategicamente, considerando a sensibilidade da situação. A pesquisa será realizada durante as distribuições de almoços promocionais da ONG "Ação do bem, colabore você também". As estratégias incluem o estabelecimento de uma parceria com uma ONG, elaboração de um documento de consentimento informado, sensibilização da equipe para lidar com as particularidades da população em situação de rua, entrevistas durante a distribuição de almoços, garantia de sigilo e anonimato, e a devolutiva à comunidade com recursos e informações úteis, além da elaboração de um produto final envolvendo o público pesquisado.

As entrevistas serão realizadas em locais públicos ou durante as entregas do almoço, ajustando-se à transitoriedade da população em situação de rua. O mesmo local será utilizado para a coleta de dados e a devolutiva, garantindo uma abordagem consistente ao longo do processo de pesquisa.

Critério de Inclusão:

¿Indivíduos que se encontram em situação de rua, ou seja, que não possuem uma residência fixa e estão vivendo temporariamente em espaços públicos, abrigos ou outros locais improvisados.

¿Maiores de idade, de acordo com a legislação vigente no país.

¿Pessoas que consentem em participar da pesquisa e assinam um termo de consentimento informado.

¿Indivíduos que possuam a capacidade de responder às perguntas ou participar das atividades propostas na pesquisa.

Critério de Exclusão:

¿Menores de idade, de acordo com a legislação vigente no país.

¿Indivíduos que não consentem em participar da pesquisa.

¿Pessoas que possuam condições de saúde que impossibilitem a participação na pesquisa.

¿Indivíduos que não estão vivendo em situação de rua, mas que tenham um teto permanente.

¿Pessoas que não possuam a capacidade de responder às perguntas ou participar das atividades propostas na pesquisa.

¿Indivíduos que não estejam disponíveis ou acessíveis ou não queiram fazer parte da coleta de dados no momento da realização da pesquisa.

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO **CEP:** 75.132-903
UF: GO **Município:** ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1439 **E-mail:** cep@ueg.br



Continuação do Parecer: 7.597.022

Tamanho da Amostra Brasil 17

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

O presente trabalho, se justifica pela necessidade de um resgate da memória histórica de vida nas ruas da cidade patrimônio, no contexto de invisibilidade, sobretudo, de cunho racial, que acirra a condição de segregação em que se encontram essas pessoas. Analisar a vida nas ruas como uma forma de resistência é preciso, expondo ainda, o processo histórico, e todas as mudanças que foram feitas ao longo do tempo, em favor ou desfavor dessa população, bem como, as transformações sofridas ao patrimônio. Neste contexto, essa pesquisa objetiva evidenciar as vulnerabilidades vividas dia após dia, e as transformações paisagísticas de ambos espaços, além de propiciar visibilidade a esses, que buscam por sua sobrevivência nas ruas, e que deixam legado importante para a memória e identidade social da comunidade vilaboense.

Objetivos Específicos

- ¿ Analisar a relação entre condição de rua e raça, e como o racismo estrutural fundamenta a condição de vivências precarizadas da população negra em situação de rua;
- ¿ Problematizar o conceito de alteridade na relação das instituições e da sociedade civil com a população em situação de rua;
- ¿ Caracterizar o processo de construção da identidade e memória dessa população.
- ¿ Desenvolver um diagnóstico sobre as políticas de assistência às pessoas, e de preservação patrimonial nos espaços aqui a serem analisados;
- ¿ Identificar as transformações paisagísticas ocorridas na praça do setor João Francisco e da ponte Rio Vermelho desde o reconhecimento da cidade como Patrimônio Histórico Mundial da Humanidade;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O riscos existentes com a pesquisa envolvendo a população em situação de rua é o cansaço ou aborrecimento ao responder questionários; constrangimento ao se expor durante a realização de testes de qualquer natureza; desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio; alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO CEP: 75.132-903
UF: GO Município: ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1439 E-mail: cep@ueg.br



Continuação do Parecer: 7.597.022

ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante; possibilidade de constrangimento ao responder o instrumento de coleta de dados; medo de não saber responder ou de ser identificado; estresse; quebra de sigilo; cansaço ou vergonha ao responder às perguntas; dano; quebra de anonimato, além de riscos físicos.

Benefícios:

A pesquisa com a população em situação de rua é essencial para entender suas necessidades, planejar a transferência dos recursos, avaliar as políticas existentes e promover a conscientização e a justiça social. Ao realizar estudos com essa população, a pesquisa pode auxiliar na criação de políticas públicas que sejam efetivas para essa população que vivem em desigualdade socio econômica.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A presente emenda ao plano original de defesa do Relatório Técnico e do Produto justifica-se pela necessidade de readequação do cronograma inicialmente previsto, tendo em vista fatores imprevistos que impactaram diretamente o andamento da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa " Patrimônio para quem? População negra em situação de rua e as dinâmicas da desigualdade nos espaços patrimonializados em Goyaz - GO " demanda um processo sensível de aproximação com sujeitos em situação de vulnerabilidade extrema, o que impõe desafios metodológicos e éticos que exigem mais tempo para serem restrições de maneira responsável e respeitosa. Além disso, questões de ordem pessoal, sobretudo relacionadas à saúde mental do pesquisador, influenciam diretamente na continuidade das atividades previstas, exigindo uma pausa para cuidado e recuperação, conforme documentos comprobatórios anexos. Cabe destacar que a pesquisa já possui embasamento teórico consolidado, entrevistas realizadas em fase de transcrição e elaboração em andamento do Produto Educacional, em diálogo constante com o orientador. Dessa forma, a prorrogação solicitada visa garantir a finalização do trabalho com qualidade, responsabilidade social e rigor acadêmico. Assim, foi solicitado ao Colegiado a aprovação da presente emenda, que prevê a prorrogação do prazo de defesa por mais seis meses, estendendo-se até setembro de 2025.

Informações atualizadas nos arquivos Informações Básicas da Pesquisa ("PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2326710_E1.pdf", de 11/05/2025) e projeto detalhado ("02ProjetoTaynaAlteracoesparaocomitedeeticaNovo.docx", de 11/05/2025).

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO

CEP: 75.132-903

UF: GO

Município: ANAPOLIS

Telefone: (62)3328-1439

E-mail: cep@ueg.br



Continuação do Parecer: 7.597.022

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Verificar item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

✓ Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

✓ Não foram observados óbices éticos nos documentos da emenda.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS n.º 510, de 2016, na Resolução CNS n.º 466, de 2012, e na Norma Operacional n.º 001, de 2013, do CNS, manifesta-se pela aprovação da emenda proposta para o projeto de pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2326710_E1.pdf	11/05/2025 09:14:39		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	02ProjetoTaynaAlteracoesparaocomitedeeticaNovo.docx	11/05/2025 09:12:12	Tayná M R Costa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLETAYNAMICHELEROCHADACOSTA.docx	20/03/2024 11:50:11	Tayná M R Costa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoTaynaAlteracoesparaocomitedeeticaNovo.docx	20/03/2024 11:49:35	Tayná M R Costa	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoAssinada.pdf	30/11/2023 13:52:04	Tayná M R Costa	Aceito
Outros	peguntasnordeadoras.docx	21/11/2023 10:43:44	Tayná M R Costa	Aceito
Outros	006_TAYNA__TERMO_DE_COMPROMISSO_assinado.pdf	05/09/2023 18:17:39	Tayná M R Costa	Aceito

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO CEP: 75.132-903
UF: GO Município: ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1439 E-mail: cep@ueg.br